



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 66

QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1992

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da Quadragésima Nona Legislatura.

2 — ATAS DE COMISSÃO

Ata da 1ª Sessão Conjunta, em 16 de dezembro de 1992

5ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

SENADORES:

E OS SRS. DEPUTADOS:

Affonso Camargo — Albano Franco — Álvaro Pacheco — Beni Veras — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eva Blay — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Júnia Marise — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Teixeira — Rachid Saldanha Derzi — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

RORAIMA

**ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
JOAO FAGUNDES
JÚLIO CABRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO
TERESA JUCÁ**

**BLOCO 1
PDC
PMDB
BLOCO 2
BLOCO 2
BLOCO 1
PDS**

AMAPA

**AROLD GOES
ERALDO TRINDADE**

**PDT
BLOCO 1**

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PARA'

ALACID NUNES
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMERA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
VALDIR GANZER

AMAZONAS

ÁTILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
ÉZIO FERREIRA
JOSE DUTRA
RICARDO MORAES

RONDÔNIA

ANTÔNIO MORIMOTO
CARLOS CAMURÇA
MAURÍCIO CALIXTO

BLOCO 1
PMDB
PT
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 2

BLOCO 1
PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
BLOCO 1
PDS
BLOCO 2
PMDB
PMDB
PT
PMDB
PT

NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL
ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
FRANCISCO DIOGENES
JOÃO MAIA
MAURI SERGIO
ZILA BEZERRA

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA
EDMUNDO GALDINO
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO
OSVALDO REIS

MARANHÃO

CÉSAR BANDEIRA
CID CARVALHO
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
EDUARDO MATIAS
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA
JAYME SANTANA
JOÃO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE REINALDO

BLOCO 2
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1

PMDB
PDS
PDS
BLOCO 2
PMDB
PMDB

PMDB
PSDB
BLOCO 1
PMDB
BLOCO 2

BLOCO 1
PMDB
BLOCO 2
PDS
PDC
PDC
PT
PSDB
PDS
BLOCO 1
PSB
BLOCO 1

NAN SOUZA	BLOCO 2	PARAÍBA	
PEDRO NOVAIS	PDC		
RICARDO MURAD	BLOCO 1	ADAUTO PEREIRA	BLOCO 1
ROSEANA SARNEY	BLOCO 1	EFRAIM MORAIS	BLOCO 1
SARNEY FILHO	BLOCO 1	EVALDO GONCALVES	BLOCO 1
		FRANCISCO EVANGELISTA	S/P
CEARÁ		IVAN BURITY	BLOCO 1
		IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
AÉCIO DE BORBA	PDS	JOSÉ LUIZ CLEROT	PMDB
ANTÔNIO DOS SANTOS	BLOCO 1	JOSÉ MARANHÃO	PMDB
ARIOSTO HOLANDA	PSB	VITAL DO REGO	PDT
CARLOS BENEVIDES	PMDB	ZUCA MOREIRA	PMDB
CARLOS VIRGILIO	PDS		
EDSON SILVA	PDT	PERNAMBUCO	
ERNANI VIANA	PSDB		
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO 1	ÁLVARO RIBEIRO	PSB
GONZAGA MOTA	PMDB	FERNANDO LYRA	PDT
JACKSON PEREIRA	PSDB	GILSON MACHADO	BLOCO 1
JOSE LINHARES	PSDB		
LUIZ GIRÃO	PDT	INOCÊNCIO OLIVEIRA	BLOCO 1
LUIZ PONTES	PSDB	JOÃO COLAÇO	BLOCO 2
MARCO PENAFORTE	PSDB	JOSE MENDONÇA BEZERRA	BLOCO 1
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB	JOSE MOURA	BLOCO 1
MAURO SAMPAIO	PSDB	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO 1
MORONI TORGAN	PSDB	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
PINHEIRO LANDIM	PMDB	MAURÍLIO FERREIRA LIMA	PMDB
SÉRGIO MACHADO	PSDB	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO 1
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	MIGUEL ARRAES	PSB
VICENTE FIALHO	BLOCO 1	NILSON GIBSON	PMDB
		OSVALDO COELHO	BLOCO 1
PIAUI		RENILDO CALHEIROS	PCdoB
		RICARDO FIUZA	BLOCO 1
B. SÁ	BLOCO 1	ROBERTO FRANCA	PSB
CIRO NOGUEIRA	BLOCO 1	ROBERTO FREIRE	PCB
FELIPE MENDES	PDS	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO 1
JOÃO HENRIQUE	PMDB	SERGIO GUERRA	PSB
MURILO REZENDE	PMDB	TONY GEL	BLOCO 1
PAES LANDIM	BLOCO 1	WILSON CAMPOS	PMDB
PAULO SILVA	PSDB		
RIO GRANDE DO NORTE			
ALUIZIO ALVES	PMDB	ALAGOAS	
FERNANDO FREIRE	PDS		
FLÁVIO ROCHA	PL	AUGUSTO FARIAS	BLOCO 1
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	CLETO FALCÃO	S/P
IBERÊ FERREIRA	BLOCO 1	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
JOÃO FAUSTINO	PSDB	MENDONÇA NETO	PDT
LAIRE ROSADO	PMDB	OLAVO CALHEIROS	PMDB
NEY LOPES	BLOCO 1	ROBERTO TORRES	BLOCO 1
		VITÓRIO MALTA	PDS

BLOCO	1
PMDB	
PL	
BLOCO	1
PSB	
PSDB	
PMDB	
PMDB	
PMDB	
PL	
PDS	
PSD	
PRS	
PT	
BLOCO	1
PRS	
PMDB	
PMDB	
BLOCO	1
PRS	
BLOCO	1
BLOCO	2
PMDB	
PMDB	
PL	
PT	
BLOCO	1
PSDB	
PT	
BLOCO	1
BLOCO	1
PMDB	
BLOCO	1
BLOCO	1
PDC	
PT	
PSDB	
PMDB	
PMDB	
PMDB	
PT	
PSDB	
PMDB	

ROBERTO VALADAO	PMDB	CARDOSO ALVES	BLOCO 1
ROSE DE FREITAS	PSDB	CARLOS NELSON	PMDB
		CUNHA BUENO	PDS
RIO DE JANEIRO		DELFTIM NETTO	PDS
		DIOGO NOMURA	PL
ALDIR CABRAL	BLOCO 1	EDUARDO JORGE	PT
ALVARO VALLE	PL	ERNESTO GRADELLA	S/P
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO 1	FABIO MEIRELLES	PDS
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	FAUSTO ROCHA	BLOCO 1
BENEDITA DA SILVA	PT	FLORESTAN FERNANDES	PT
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT	GASTONE RIGHI	BLOCO 1
CARLOS LUPI	PDT	GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
CARLOS SANTANA	PT	HEITOR FRANCO	BLOCO 1
CIDINHA CAMPOS	PDT	HELIO BICUDO	PT
CYRO GARCIA	PT	HELIO ROSAS	PMDB
EDUARDO MASCARENHAS	PDT	IRMA PASSONI	PT
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO 1	JOSE CICOTE	PT
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO 1	JOSE DIRCEU	PT
FRANCISCO SILVA	BLOCO 2	JOSE GENOINO	PT
JAIR BOLSONARO	PDC	JOSE MARIA EYMAEL	PDC
JANDIRA FEHALI	PCdoB	JOSE SERRA	PSDB
JOSE CARLOS COUTINHO	PDT	LIBERATO CABOCLO	PDT
JOSE EGYDIO	BLOCO 1	LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT	LUIZ GUSHIKEN	PT
JUNOT ABI-RAMIA	PDT	MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB
LAERTE BASTOS	PDT	MALULY NETTO	BLOCO 1
LUIZ SALOMAO	PDT	MANOEL MOREIRA	PMDB
MARCIA CIBILIS VIANA	PDT	MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS
MARINO CLINGER	PDT	MARCELO BARBIERI	PMDB
MIRO TEIXEIRA	PDT	MAURICI MARIANO	PMDB
NELSON BORNIER	PL	MENDES BOTELHO	BLOCO 1
PAULO RAMOS	PDT	NELSON MARQUEZEELLI	BLOCO 1
ROBERTO CAMPOS	PDS	PAULO NOVAES	PMDB
ROBERTO JEFFERSON	BLOCO 1	PEDRO PAVAO	PDS
RUBEM MEDINA	BLOCO 1	RICARDO IZAR	PL
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO 1	ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB
SERGIO AROUCA	PCB	ROBSON TUMA	PL
SERGIO CURY	PDT	SOLON BORGES DOS REIS	BLOCO 1
SIDNEY DE MIGUEL	PV	TADASHI KURIKI	BLOCO 1
SIMAO SESSIM	BLOCO 1	TUGA ANGERAMI	PSDB
VIVALDO BARBOSA	PDT	VALDEMAR COSTA	PL
VLADIMIR PALMEIRA	PT	WALTER NORY	PMDB
WANDA REIS	S/P		
SAO PAULO		MATO GROSSO	
ALBERTO HADDAD	BLOCO 2	AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO 1
ALDO REBELO	PCdoB	JOAQUIM SUCENA	BLOCO 1
ALOIZIO MERCADANTE	PT	JONAS PINHEIRO	BLOCO 1
ANDRE BENASSI	PSDB	JOSE AUGUSTO CURVO	PL
ARY KARA	PMDB	RODRIGUES PALMA	BLOCO 1
NETO MANSUR	PDT	WELINTON FAGUNDES	PL

DISTRITO FEDERAL		MAX ROSENMANN	BLOCO 1
		MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
AUGUSTO CARVALHO	PCB	ONATREVES MOURA	BLOCO 1
CHICO VIGILANTE	PT	OTTO CUNHA	BLOCO 1
EURIDES BRITO	BLOCO 2	PAULO BERNARDO	PT
JOFRAN FREJAT	BLOCO 1	PEDRO TONELLI	PT
MARIA LAURA	PT	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO 1
OSÓRIO ADRIANO	BLOCO 1	REINHOLD STEPHANES	BLOCO 1
PAULO OCTÁVIO	BLOCO 1	RENATO JOHNSON	S/P
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	RUBENS BUENO	PSDB
		SAID FERREIRA	PMDB
		WERNER WANDERER	BLOCO 1
		WILSON MOREIRA	PSDB
GOIAS			
ALANO DE FREITAS	PMDB		
ANTONIO DE JESUS	PMDB		
ANTONIO FALEIROS	PSDB		
JOAO NATAL	PMDB		
LUCIA VANIA	PMDB		
LUIZ SOYER	PMDB		
MARIA VALADAO	PDS		
MAURO BORGES	PDC		
PAULO MANDARINO	PDC		
PEDRO ABRÃO	BLOCO 2		
ROBERTO BALESTRA	PDC		
RONALDO CAIADO	BLOCO 1		
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB		
ZÉ GOMES DA ROCHA	BLOCO 1		
		SANTA CATARINA	
		ÂNGELA AMIN	PDS
		CÉSAR SOUZA	BLOCO 1
		DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
		HUGO BIEHL	PDS
		LUCI CHOINACKI	PT
		LUIZ HENRIQUE	PMDB
		NEUTO DE CONTE	PMDB
		ORLANDO PACHECO	BLOCO 1
		PAULO DUARTE	BLOCO 1
		RENATO VIANNA	PMDB
		RUBERVAL PILOTTO	PDS
		VASCO FURLAN	PDS
MATO GROSSO DO SUL			
ELÍSIO CURVO	BLOCO 1		
FLAVIO DERZI	BLOCO 1		
NELSON TRAD	BLOCO 1		
VALTER PEREIRA	PMDB		
WALDIR GUERRA	BLOCO 1		
PARANA			
ANTÔNIO BARBARA	BLOCO 1		
BÁSILIO VILLANI	PDS		
CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO 1		
CARLOS SCARPELINI	BLOCO 2		
DELCELO TAVARES	BLOCO 2		
EDESIO PASSOS	PT		
EDI SILIPRANDI	PDT		
ÉLIO DALLA-VECCHIA	PDT		
FLÁVIO ARNS	PSDB		
IVÂNIO GUERRA	BLOCO 1		
JONI VARISCO	PMDB		
LUIZ CARLOS HAULY	BLOCO 2		
MATHEUS IENSEN	BLOCO 1		
		RIO GRANDE DO SUL	
		ADÃO PRETTO	PT
		ADROALDO STRECK	PSDB
		ADYLSO MOTTA	PDS
		AMAURY MULLER	PDT
		ARNO MAGARINOS	BLOCO 1
		CARLOS AZAMBUJA	PDS
		CARRION JUNIOR	PDT
		CELSO BERNARDI	PDS
		EDEN PEDROSO	PDT
		FERNANDO CARRION	PDS
		FETTER JUNIOR	PDS
		GERMÃO RIGOTTO	PMDB
		HILARIO BRAUN	PMDB
		IBSEN PINHEIRO	PMDB
		IVO MAINARDI	PMDB
		JOSE FORTUNATI	PT
		LUIZ ROBERTO PONTE	PMDB
		MENDES RIBEIRO	PMDB
		NELSON JOBIM	PMDB
		NELSON PROENÇA	PMDB
		ODACIR KLEIN	PMDB

OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
RAUL PONT
TELMO KIRST
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WILSON MULLER

PDS
PT
PT
PDS
PDT
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro aberta a presente sessão, destinada a inaugurar a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional, da 49ª Legislatura, convocada pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na forma do inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal.

Sobre a mesa, Ato Convocatório que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

ATO CONVOCATÓRIO

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerando o interesse público relevante, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 16 a 24 de dezembro de 1992, para acompanhar, em plena atividade, os fatos políticos que ora se desenrolam e para deliberar sobre:

1. processo de **impeachment** contra o Senhor Presidente da República e demais matérias de competência privativa do Senado Federal, compreendidas no art. 52 da Constituição Federal;
2. matérias de que trata o art. 166 da Constituição Federal;
3. eleição do Conselho de Comunicação Social, criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;
4. Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992;
5. proposições de competência privativa da Câmara dos Deputados;
6. proposições de iniciativa parlamentar;
7. proposições de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público;
8. Proposta de Emenda à Constituição;
9. trabalhos de Comissões Parlamentares de Inquérito em funcionamento.

Congresso Nacional, Brasília, 15 de dezembro de 1992. — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente da Câmara dos Deputados — Senador **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrada a leitura do Ato Convocatório, declaro instalados os trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura e, ao fazê-lo, desejo encarecer a todos os Srs. Congressistas que permaneçam em Brasília até o próximo dia 24 a fim de que, no âmbito do Congresso Nacional e de suas duas Casas,

possam ser apreciadas as matérias que constam do edital de convocação.

Na noite de hoje o Congresso Nacional deverá realizar a sua primeira sessão desta fase extraordinária de convocação para apreciar, dentre outras matérias, a Medida Provisória nº 311 e várias Mensagens solicitando abertura de crédito extraordinário.

A Presidência está absolutamente convicta de que os Srs. Deputados e Senadores, fiéis cumpridores dos seus encargos parlamentares, aqui estarão presentes às 19 horas, dando, assim, a demonstração inequívoca do seu inexcedível espírito público.

Estando certa de que todos estarão presentes, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação de projetos de lei.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

16ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 1992

Às dez horas e cinquenta minutos do dia quinze de outubro de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Elcio Alvares, Marco Maciel, Beni Veras e Jonas Pinheiro, Deputados Luiz Girão e Giovanni Queiroz. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Declara aberta a reunião o Senhor Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, fazendo referência ao desaparecimento do Senhor Deputado Ulysses Guimarães e comunicando o objetivo da reunião: mesa-redonda sobre "Movimentos Migratórios no Brasil e seu Relacionamento com as Desigualdades Espaciais do Desenvolvimento: Causas e Efeitos". Em seguida, o Senhor Presidente convida o Presidente do Instituto Sociedade, População e Natureza — ISPN —, Dr. George Martins, a tomar assento à mesa e informa que o Dr. Winston Fritsch, também convidado a participar dos trabalhos, não pode comparecer devido problemas particulares, passando a palavra, em seguida, ao Senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o Senhor Senador Beni Veras faz referências ao currículo do palestrante. Em seguida o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. George Martins para que faça sua exposição. Concluída a exposição, o Senhor Presidente dá início à fase de interpeleções, onde fazem uso da palavra os Senhores Congressistas Deputado Luiz Girão, Senador Marco Maciel, Senador Beni Veras e Deputado Giovanni Queiroz. Terminada a fase de interpeleções o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Beni Veras, que faz comentários finais sobre a exposição. Em seguida o Senhor Presidente agradece a presença do convidado, Congressistas e demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Elcio Alvares

Relator: Senador Beni Veras

(Integra o apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Declaro aberta mais uma reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991, de autoria do Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

Esta Comissão, a exemplo de todo o segmento do Congresso brasileiro e de todos os segmentos da sociedade brasileira, manifesta, neste momento, o seu profundo pesar pelo acontecimento que enlutou o País, falecendo não só o grande e admirável Deputado Ulysses Guimarães, mas também o nosso ex-Colega, Senador Severo Gomes, acompanhados de suas esposas, D. Mora e D. Henriqueta.

Este registro é feito com consonância com todo o sentimento que toma conta desta Casa. Ficamos, praticamente, paralisados e, conforme conversamos com o Senador Mauro Benevides, não iríamos, nesses dias finais desta semana, fazer qualquer tipo de trabalho em respeito ao grande sentimento nacional. Mas, infelizmente, o corpo do Deputado Ulysses Guimarães não foi resgatado até agora, e a Casa está retomando normalmente as suas atividades, razão por que esta Comissão Especial Mista, dando prosseguimento a sua linha de trabalho, realiza a sessão de hoje, mas não deixando de fazer esse registro, porque é decorrência, naturalmente, do sentimento de todos que, de uma forma ou de outra, trabalham nesta Casa em favor do nosso País.

Inicialmente, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Beni Veras, para que faça comunicações ou qualquer outro tipo de comentário.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O nosso convidado de hoje, que será anunciado aqui pelo Presidente da Comissão, Senador Elcio Alvares, é um especialista em demografia.

A questão dos movimentos da população é muito importante para se chegar ao esclarecimento da questão regional.

Há vários movimentos que marcam profundamente o País, como esse deslocamento migratório do Nordeste para o Norte para o Centro-Sul, com reflexos importantes na reação das populações no ajustamento desses fluxos migratórios.

A meu ver, é fundamental que se conheça bem a natureza desses fluxos, sua tendência, para que se possa avaliar melhor a questão inter-regional nacional. Mesmo agora, temos em São Paulo e no Rio de Janeiro um movimento muito sério

de resistência à integração das populações do Nordeste vindas para o Sudeste. Conhecendo a extensão desse movimento migratório, podemos discutir melhor a questão do ajustamento dessas populações nas regiões Sudeste e Norte. Está aqui o Dr. George Martins para nos apresentar sua visão sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Convidamos S. Sª para integrar a Mesa. Gostaria, apenas, de fazer um ligeiro registro da personalidade do nosso palestrante de hoje.

S. Sª é sociólogo e demógrafo; PhD pela Universidade Brown, nos Estados Unidos, ex-Consultor da Cepal por quatro anos e da OIT por quinze. Atualmente, é Presidente do Instituto SPN — Sociedade, População e Natureza; é também Consultor do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a população. Autor de vários livros e artigos sobre migração, produção agrícola e política social.

Passo a palavra ao Dr. George Martins.

O SR. GEORGE MARTINS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço enormemente esta oportunidade que se deu através de um convite feito pelo gabinete do Senador Beni Veras, para trocarmos algumas idéias a respeito dos processos migratórios brasileiros e sua interação com a questão das desigualdades regionais.

Confesso-me um curioso, mais do que um especialista, sobre essa questão de desigualdade regional. Porém, todas as vezes que enfrentamos essa matéria dos processos migratórios, evidentemente, estamos lidando com a causa e a consequência das desigualdades regionais.

Inicialmente, pretendo traçar um rápido cenário das principais tendências migratórias, tais como teriam ocorrido no período moderno. Para os demógrafos, o período moderno é muito fácil de definir.

É aquele sobre o qual temos boas informações, bons dados. Basicamente, o primeiro censo confiável data de 1940. Costumamos iniciar os períodos de análise mais ou menos em torno de 1930, porque, justamente, converge aí a disponibilidade de informações com os processos sociais e econômicos de transformação da sociedade da maior importância.

Divido o período moderno, no que se refere ao processo migratório, em dois grandes períodos que são claramente demarcados: o primeiro vai de 1930 a 1980, com várias sub-etapas, e o de 1980 para cá demonstra tendências absolutamente divergentes com aquilo que vinha ocorrendo em ciclos anteriores.

Durante a minha apresentação, terei oportunidade de mencionar alguns resultados dos censos demográficos de 1991 que já apontam para algumas tendências absolutamente surpreendentes, imprevistas pelos especialistas na área de migrações internas. Se tentarmos uma visão global dos processos migratórios, de 1930 até 1980, seria útil que se pudesse utilizar as transparências. tenho uma série de auxílios audiovisuais que, talvez, canssem um pouco menos os senhores ouvintes.

Há dois processos concomitantes, iniciados em 1930, com a quebra da economia do café, que liberou uma mão-de-obra significativa, coincidindo com outro processo extremamente importante: a queda da mortalidade.

A queda da mortalidade significou não somente a liberação de um grande contingente de mão-de-obra, ocasionado pela quebra do café — o que estimulou a migração — mas também o próprio crescimento vegetativo acelerado. Aumentava — digamos assim — o pool de migrantes em potencial,

muito mais rapidamente do que outrora, mesmo com todos os esforços de importar imigrantes do exterior.

O período de 1930 até 1980 presenciou dois processos concomitantes, mas absolutamente divergentes, que podemos chamar de processos centrípetos e centrífugos.

Os processos centrípetos, ou seja, a fuga do centro, a fuga da parte já estabilizada em termos econômicos e demográficos do País, iniciam-se em 1930 e apresentam três ciclos de fronteiras.

Os processos centrípetos — um é de interiorização — consistiram na concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores. Esses dois processos ocorreram de forma simultânea, mas com impactos muito diferentes, em termos da redistribuição espacial da população. Esses três ciclos de fronteiras que os senhores estão vendo aí, basicamente constituídos pela fronteira do Paraná e adjacências, pela faixa central e, finalmente, pela ocupação da Amazônia, deram-se em momentos, em ritmos e com ciclos de duração diferentes. Não quero cansá-los com a descrição de cada um desses movimentos. Faço apenas uma descrição estilizada de como esses processos vieram ocorrendo, fenômeno de ocupação que podemos considerar absolutamente normal, no sentido de que as regiões ocupadas, primeiro, tinham enormes vantagens comparativas sobre as sucessivas. As condições melhores se deram, evidentemente, no norte e noroeste do Paraná, de Mato Grosso, parte de São Paulo e de Santa Catarina. Essa pequena região absorveu um contingente de população extremamente grande, muito maior do que aquele absorvido por Mato Grosso, Goiás e Maranhão, que é basicamente a faixa central. Vale ressaltar que a ocupação do Paraná se deu em condições muito melhores em todos os sentidos. A faixa central, por sua vez, apresentava condições muito superiores à própria ocupação amazônica. Essa enorme extensão de terra teve um crescimento, na década de 70, mais ou menos igual ao crescimento do Município de São Paulo. Essa é uma idéia geral das proporções relativas e comparativas desses ciclos.

Cada um desses processos de ocupação se deu de forma diferenciada e o ciclo de fronteira teve uma duração muito diferente em cada um deles. O ciclo de fronteira é, basicamente, um processo de atração intensiva de migrantes de destino rural, seguido por uma faixa de estagnação, que é representado pelas barras verdes, e, posteriormente, por um período de expulsão de migrantes das áreas rurais. Assim, numa sequência temporal desses três movimentos, observamos que o ciclo do Paraná, que se iniciou no final da década de 20, início da década de 30, continua atraindo migrantes para as áreas rurais até meados da década de 60. Depois, houve um período de estagnação e, na década de 70, ocorreu uma enorme expulsão de mão-de-obra. Em sete microrregiões do norte e noroeste do Paraná, por exemplo, houve uma migração rural maior do que todo o Nordeste do Brasil durante a década de 70 — apenas para dar uma idéia da magnitude comparativa.

Os movimentos para a faixa central começaram mais tarde, foram menos significativos e duraram menos tempo. Em meados da década de 60, com o processo de modernização da agricultura, a região Centro-Oeste e o Maranhão foram fortemente afetados, dando início a um processo de expulsão de migrantes das suas áreas rurais. O processo de ocupação amazônica que recebeu maior apoio governamental já visto na História do País iniciou-se, basicamente, na concepção moderna no início da década de 70; atingiu seu apogeu na primeira

metade da década de 80 e já chegou ao seu fim. A partir de uma série de incidentes que ocorreram em 1986 e 1987, verificou-se que a faixa amazônica realmente não tinha condições nem de absorver grandes contingentes nem de mantê-los. Na realidade, esse processo é menos urbano do que os outros, isto é, a ocupação da Amazônia foi muito menos rural do que as outras: fez-se sobretudo nas grandes capitais dessa região convergiu com o processo de concentração progressiva da população que vinha ocorrendo paralelamente. Por um lado, tínhamos a evolução desses três ciclos caminhando, paralelamente, com um processo de concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores e muito estimulado pelo êxodo rural que veio crescendo significativamente desde a década de 40. Calculo que durante aquela década, por exemplo, havia uma emigração do campo em torno de 3 milhões de pessoas, que subiu para 7 milhões na década de 50, pulou para 13 milhões na de 60, e passou a 16 milhões na década de 70.

A estimativa que fazemos para a década de 80 é de um declínio significativo no êxodo rural, proporcionado por diversos fatores que poderemos voltar a discutir posteriormente. Mas o fato importante é que houve uma imigração maciça do campo. Só nas décadas de 60 e 70 houve uma expulsão de população das áreas rurais para a cidade equivalente a toda a população da Argentina.

Quer dizer, a maioria dos países do mundo não tem uma população tão numerosa quanto a que o Brasil expulsou do campo nessas duas décadas. Isso, evidentemente, serviu para fortalecer o processo de concentração urbana. Isso não quer dizer que as pessoas saíam das suas áreas rurais para as grandes cidades. Mas houve um processo progressivo de esvaziamento das áreas rurais das pequenas localidades em favor das grandes cidades.

Então, em 1940, 80% da população residia no campo ou em pequenas localidades, aldeias etc. Em 1980 isso já tinha diminuído para 40%. No outro lado, no outro extremo, olhando a evolução das grandes cidades, tínhamos 12% da população total que residia nas grandes cidades, digamos, de mais de 100 mil habitantes em 1940.

Isso pula para 43% em 1980. Então, basicamente, há uma mudança — e isso se vê melhor ainda no gráfico. Houve uma transformação da parte rural, pequenas localidades, em cidades cada vez maiores. Hoje em dia, por exemplo, 3 em cada 10 brasileiros residem em cidades com mais de um milhão de habitantes.

Visto de outra forma, a população rural (essa faixa roxa) junto com a população que residia em localidades de menos de 10 mil habitantes compunha a maior parte da torta. Entretanto, em 1980, a faixa roxa já diminuiu muito, temos 32% da população residindo nas grandes cidades como 500 mil habitantes ou mais, e, como eu já dizia, de acordo com o Censo de 91,3 em cada 10 brasileiros residem numa cidade que poderíamos chamar de milionar.

Quais teriam sido a importância e as consequências desses dois grandes processos em termos da distribuição regional, que é o que mais interesse a V. Ex? Faço uma divisão do País em quatro grandes regiões, de acordo com o seu comportamento migratório.

Temos, por um lado, áreas de emigração tradicional compostas pelo Nordeste e por outros Estados que não são considerados, mas, pelos dados, isso fica muito claro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e, sobretudo, Minas

Gerais. Eles compõem, digamos, a minha primeira categoria de regiões, de acordo com o seu comportamento migratório.

Um segundo núcleo, pequeno mas extremamente importante em termos de crescimento, em termos de comportamento migratório, poderia ser considerado o núcleo industrial, composto basicamente pelos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Uma terceira grande faixa é a que eu chamo de fronteira consolidada ou fronteira estagnada, que são aqueles dois primeiros ciclos de fronteira constituídos pela faixa Paraná e pela faixa central. Essa é, digamos, assim, a fronteira já estagnada, consolidada.

E, finalmente, a fronteira recente, composta pela região Norte e pelo novo Estado de Mato Grosso. Quando olhamos essas quatro grandes categorias inter-regionais, como é que elas se comportam? Basicamente, o que se percebe é uma transferência significativa de população das áreas tradicionais de emigração, ao longo de todo o período de 1940 a 1980, para, em primeiro lugar, um núcleo industrial e, em segundo lugar, para as fronteiras — num determinado momento, a fronteira que chamo consolidada e, posteriormente, a fronteira recente ou amazônica.

O grande perdedor, em todo esse movimento, por supreendente que possa parecer, não é nem o Nordeste, senão Minas Gerais, estado esse que tem praticamente 75% da perda migratória de toda a região Nordeste. Esse é um fato extremamente interessante. Fiz um pequeno exercício, para efeito desta palestra, juntando todos os Estados do Nordeste, incluindo o Maranhão — que, na realidade, não deveria estar aqui. Se não tivesse havido nenhuma migração no período 1940-80, era provável que o Nordeste tivesse, em 1980, aproximadamente 12 milhões a 12 milhões e 200 mil habitantes a mais do que, na realidade, teve. Então, em 1980, no Nordeste, havia aproximadamente 35 milhões de habitantes, não fosse isso, contaria com 47 milhões.

O Estado de Minas Gerais, em 1980, tinha 13 milhões de pessoas. Se não tivesse havido migração, esse número pularia para quase 24 milhões. Então, é uma coisa de que eu acho que nem todo mundo se dá conta em termos de desequilíbrios regionais e movimentos. Na realidade, o Estado de maior migração proporcional é o Estado de Minas Gerais, seguido, dentro do Nordeste, pelos Estados de Pernambuco, em primeiro lugar, Paraíba, Ceará, Piauí e outros menores.

O grande ganhador nessa história — por um lado, há os perdedores — sem dúvida alguma, tem sido São Paulo, e aí os nossos mapas já não são adequados para estudos de desequilíbrios regionais, porque, na realidade, na medida em que a força do pólo econômico de São Paulo crescia, a sua influência passou a abranger outros Estados, quer dizer, é o pólo de São Paulo que, inclusive, sugou e continua sugando parte do dinamismo do próprio Rio de Janeiro e se expande para Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina e até para o Rio Grande do Sul. É esta região a grande vencedora, digamos, nessa questão dos desequilíbrios regionais e dos movimentos migratórios.

Esses são os grandes impactos inter-regionais, digamos assim, desses dois grandes processos que dominaram o período de 1930 até 1980. O que ocorreu durante a década de 80? Possivelmente é de maior interesse para o estudo dos desequilíbrios regionais. Em primeiro lugar, houve um arrefecimento da migração rural urbana, o que é de enorme importância. Até há pouco tempo estávamos nos debatendo em torno de temas como a manutenção da pequena produção agrícola,

a necessidade da reforma agrária, a necessidade de pólos alternativos, que podem ter variavelmente validade de continuar sendo debatido, mas não é esse o ponto.

Muito dessa argumentação era baseada na premissa de que, se não fizermos alguma coisa, as cidades não vão agüentar o ritmo crescente de migrações internas. Como mostrei aqui, isso era totalmente correto, isto é, a migração rural passou de 3 milhões na década de 40 para 16 milhões na década de 70. A continuar esse ritmo, estaríamos no mínimo com um êxodo rural de vinte e tantos milhões na década de 80. Teria sido o fim, o caos para as grandes cidades, que são as maiores absorvedoras, em última instância, dessa realocação da população.

Na realidade, houve durante a década de 80 vários fatores que serviram para diminuir o êxodo rural. Um deles, sem dúvida alguma, foi a redução do crescimento vegetativo. O Brasil passa por uma redução do nível de fecundidade que se encontra entre as mais rápidas da História do mundo. Entre os países grandes, só a China tem uma queda muito mais acelerada do que o Brasil. Não se trata de imperialismo; esse é um fenômeno moderno, corrente em diversos países. Ocorre na Tailândia, na China, no México, na Colômbia. É um fenômeno das décadas de 70 e 80 ligado à modernização.

Essa redução da fecundidade vem, na realidade, desde meados da década de 60, mas só viemos percebê-la no final da década de 70 e acreditar nela recentemente. Mas ela vem muito forte e já tem um impacto sobre os migrantes, que não são bebês, estão na faixa entre 15 e 30 anos, na maioria. A queda da fecundidade, que vem desde meados da década de 60, afeta a população em idades migratórias.

Um outro fator é o impacto das migrações anteriores sobre a própria população rural. Na década de 70, pela primeira vez, o êxodo rural causou uma redução na população absoluta que morava no campo. Passamos de 41 milhões para 38,5 milhões. Houve uma redução absoluta na massa potencial de migrantes no campo, o que também ajudou a reduzir o êxodo rural.

Um terceiro fator foi a grande crise econômica que nos afligiu a todos na década de 80 e que de certa forma perdura até hoje. Estou fazendo uma análise em poder documentar, mas acredito nela pois me parece bastante razoável. A crise proporcional para o migrante em potencial, o seguinte dilema:

Primeiro, faltam-lhe recursos para fazer o trajeto; segundo, a probabilidade de encontrar um emprego é muito menor; terceiro, em momento de crise, a sobrevivência é o pior problema. A subsistência física, muitas vezes, vai ser mais facilmente garantida no local de origem, numa localidade menor, onde a pessoa é conhecida pela comunidade, onde ela tem uma rede de parentes, de amigos que podem sustentá-la do que numa cidade grande. Penso que esse foi um fator extremamente importante para o arrefecimento do êxodo rural durante a década de 80.

Houve um processo de crescimento de novos pólos, também, durante a década de 80. Ou seja, parece ter havido uma certa consciência entre os empresários iniciada na década de 70 de que novas indústrias têm maior chance de vingar em localidades fora do ABC, por várias razões. Um estudo do Campolina, por exemplo, do Sedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais, demonstra que os empresários preferiam, durante a década de 70, fugir, por exemplo, da força sindical do ABC, fugir da capacidade de fiscalização da Cetesb, da atuação dos movimentos ambientais dentro daquela região. Por outro lado, eram atraídos pelas vantagens ofere-

cidas por prefeituras como em Poços de Caldas, Ribeirão Preto, Varginha etc.

Quer dizer, havia uma série de fatores compensatórios que faziam com que fosse mais atraente para o empresário localizar-se em novas áreas fora do raio da região metropolitana, com vantagens em termos de mão-de-obra, em termos de acesso a recursos naturais etc. Esse processo já vinha desde a década de 70.

A pergunta a se fazer é: por que isso, já na década de 70, não proporcionou uma redução do crescimento metropolitano em São Paulo? Penso que a resposta está sendo dada pelo censo de 91.

Pelo que se pode perceber — e esse é um dado muito preliminar — houve até uma emigração do núcleo de São Paulo e, ao mesmo tempo, um crescimento muito grande de cidades relativamente pequenas, num perímetro que pode ir até trezentos ou quinhentos quilômetros da região metropolitana, como em Uberlândia e Uberaba.

Parece que houve, na realidade, uma defasagem entre as decisões tomadas pelos empresários na década de 70 — poucos se mudaram durante a crise — e o seu impacto sobre a população. E parece haver aí uma relação muito importante para formuladores de políticas, porque, na realidade, não são somente as indústrias, mas também o seu impacto sobre outros setores da economia, sobre o comércio, sobre serviços, sobre o setor informal que acabaram atraindo uma massa populacional correspondente ao investimento industrial inicial. Quer dizer, é preciso esse motor inicial proporcionado pela realocação industrial, mas há uma defasagem até que os outros setores se instalem e gerem uma massa de empregos, de atividades — mesmo do setor informal — que permita absorver, reter uma grande massa populacional.

O censo de 91 mostra realmente que muitas localidades a centenas de quilômetros do perímetro da região metropolitana cresceram muito rapidamente; e o grande pólo, o novo pólo é Campinas — sem dúvida alguma. Há sete pequenas cidades em torno de Campinas que cresceram a ritmos extremamente acelerados durante a década de 80.

Isso é fácil de se comprovar na medida em que se faz uma avaliação dos progressos na indústria nessa região. Outras localidades apresentam também o mesmo fenômeno, como, por exemplo, Sertãozinho, próximo a Ribeirão Preto; ou Sete Lagoas, situada perto de Belo Horizonte, que teve um crescimento desmedido.

Em suma, estou pretendendo mostrar que durante a década de 80 houve um processo, já iniciado na década de 70, que impactou sobre a desconcentração populacional. Existe uma estimativa — se os dados censitários estiverem corretos — de que quase 1 milhão de pessoas teriam saído do Município núcleo de São Paulo durante a década de 80.

Esse é um fenômeno da maior importância. Como na década de 70 a grande descoberta foi a de que o Paraná havia se transformado de pólo de atração para pólo de expulsão, de repente a região metropolitana, como um todo, teve um arrefecimento. Mesmo que haja erros no censo, sem dúvida alguma, o pólo de São Paulo teve um crescimento abaixo da média do País, sobretudo no núcleo do município, que teve uma imigração extraordinária.

Além desse processo de desconcentração, existente desde a década de 70, há também o fenômeno da contra-urbanização, característico de país moderno, desenvolvido.

Na década de 70, nos Estados Unidos, percebeu-se, pela primeira vez, que os municípios situados a uma certa distância

das grandes cidades estavam crescendo a um ritmo muito mais acelerado do que a própria cidade grande. Ao se constatar a sua existência também na Europa e no Japão, concluiu-se tratar de um fenômeno pós-industrial. Quer dizer, os países chegam a um nível de desenvolvimento que as pessoas podem se dar ao luxo de escolher um lugar mais adequado em termos ambientais, em termos de qualidade de vida, do que em termos de renda propriamente dito, que sempre é o fator que motiva a migração.

Se analisarmos, veremos que em São Paulo ocorreu o mesmo fenômeno: habitantes de Santos, Campinas e de várias outras grandes cidades distantes de São Paulo preferem morar em condomínios localizados na periferia da própria São Paulo, ou no campo, ou no sítio a ter que enfrentar a vida urbana daquela capital. Há uma mistura de dois fenômenos que explicam, de certa forma, esse surpreendente esvaziamento da região metropolitana de São Paulo.

Essas são as principais observações que eu tinha a fazer a respeito dos dois grandes processos migratórios dos dois grandes períodos.

Eu me permitiria agora passar a discutir, fazer alguma observações a respeito do papel das políticas governamentais nesses desequilíbrios regionais e nesses padrões de migrações internas.

Procurei recuperar todas as políticas explícitas ou implícitas que teriam sido utilizadas ou que teriam afetado, de alguma forma, a movimentação de população no território brasileiro desde 1930.

Há um aspecto interessante nessa revisão de políticas: o Governo sempre procurou desconcentrar, interiorizar e descentralizar em todas as épocas.

Se dividirmos essa história, de 1930 para cá, em diversos períodos, veremos, por exemplo, muitos sinteticamente, o que aconteceu.

No período de 1930 a 1950, o Governo apoiou a abertura das fronteiras do Paraná, do Centro-Oeste e também teve um enorme esforço de transferência dos tais soldados da borraça do Nordeste para a Amazônia. Sem entrar em detalhes a respeito dessas iniciativas, é muito claro que elas têm como objetivo principal a interiorização, a ocupação do território, a desconcentração de população.

No período de 1950 a 1965, que podemos caracterizar como o início da era do planejamento e de uma influência muito mais determinada e explícita do Poder Público, tivemos a criação da Sudene, com o objetivo de desenvolver a região Nordeste e reduzir as desigualdades regionais; a grande iniciativa da transferência da Capital para Brasília, além de todos os outros esforços paralelos: a construção da Belém-Brasília e de outras estradas de acesso.

Quer dizer, mais uma vez, observa-se, na intenção do formulador de política, o objetivo de desconcentrar, de descentralizar, de produzir uma maior equidade demográfica sobre o território.

De 1965 a 1980, um período de modernização conservador, foi o momento do auge do planejamento, em que se acreditava mais fortemente na capacidade do Estado de influenciar não somente a vida econômica, mas a própria distribuição espacial das atividades e da população. Nessa época, foram empreendidas várias políticas explícitas, voltadas para a questão regional e migratória.

Com relação à política regional, houve a maior ênfase da história sobre o desenvolvimento das regiões menos privilegiadas e a criação de várias instituições administrativas e finan-

ceiras, muito mais bem estruturadas, com o objetivo, em última instância, de reduzir a migração, produzir maior igualdade entre as regiões e, dessa forma, reduzir os fluxos migratórios.

Na área de política urbana, presenciamos, durante esses anos, várias iniciativas, em relação à concentração e os fluxos migratórios desmedidos, tais como: criação do BNH; maior pujança do Cefal, que já atuava anteriormente; e criação do CNPU. Instituiu-se, inclusive, um forte programa de política de apoio às cidades médias, todas elas com mais ou menos o mesmo objeto explícito.

Essa fase caracterizou-se ainda por uma maior ênfase à política de colonização, de abertura de novas fronteiras e de apoio à ocupação da Amazônia. Houve uma política de migrações internas. Tive a honra de trabalhar com o Dr. Otomar de Carvalho durante vários anos, o que proporcionou, o que é, sem dúvida alguma, a política de migrações mais completa, mais abrangente, mais bem estruturada do hemisfério Ocidental. Acredito que não há nenhum outro país, não socialista, que tenha tido o trabalho de elaborar uma política de migrações tão completa e tão baseada em pesquisas, em trabalhos, como o Brasil.

É interessante analisar esse detalhe, porque essa política de migrações foi baseada em muitas pesquisas, muitos trabalhos coordenados entre vários ministérios e produziu um documento que foi aprovado na instância mais alta do País, o Conselho de Desenvolvimento Social, naquela ocasião, assinado pelo Presidente da República com muita verba e muitos aplausos.

Interessante também é que provavelmente a maior parte dos senhores nem conhece essa política, porque no dia seguinte ela foi arquivada, engavetada, e nunca mais se ouviu falar nela, coisa que para nós era motivo de certo desalento. Por isso, na época procurávamos diversas explicações para esse fato, uma vez que essa política de migrações internas tinha sido conduzida pelo Ministério do Interior. Este ministério é fraco; deveria ter sido pelo Ministério do Planejamento — era uma das desculpas. Outra, era que a política de migrações foi promulgada num momento em que o Brasil entrava em crise econômica e, portanto, faltavam recursos para implementar esta política.

Acredito que há outras coisas para examinarmos a posteriori. Entretanto, acho que o problema principal é que a política de migrações que estamos propondo iria no mesmo sentido de todas essas políticas públicas explícitas, que foram elaboradas em diversos momentos por diversos governos, mas que iam contra o senso da história de alguma maneira. Por quê? Porque as políticas implícitas ou os resultados sobre a migração, sobre a distribuição espacial de outras ações governamentais, não voltadas para a questão regional migratória, iam no sentido da concentração — e tinham muito mais impacto, tinham muito mais poder. As políticas, explícitas que tiveram êxito, na realidade, são políticas que aproveitaram o momento histórico para irem no mesmo sentido, diria, da história e do próprio mercado:

Nesse sentido, o deslocamento da Capital Federal para Brasília, em retrospecto, é um grande êxito, um dos maiores êxitos de desenvolvimento regional, de iniciativa de desenvolvimento regional no mundo. Entretanto, por outro lado, tenho impressão de que se tivesse sido esse deslocamento feito em 1930 ou 1940, teria ficado Brasília às moscas até 1970, quando a convergência de diversos fatores, o crescimento demográfico extremamente acelerado daquele período, a expansão da indústria automobilística e todas suas ramificações, ou seja,

a confluência de uma série de fatores que faziam com que Brasília de repente se tornasse viável. Da mesma forma, tentar colonizar a Amazônia na década de 40 ou 50 teria sido um fracasso ainda maior do que aquele que demonstrei aqui, porque, na realidade, havia outras fronteiras, outras terras muito mais acessíveis, disponíveis do que aquelas que estavam sendo promulgadas.

Portanto, acredito ter sido uma lição política extremamente importante, tendo em vista que o conjunto das ações explícitas sempre procuraram maior equidade territorial, como se equidade territorial — população bem distribuída sobre todo o território nacional implicasse maior equidade social. Na realidade, a história nos mostra que isso é uma falácia. Numa economia de mercado, a concentração populacional sempre foi necessária para o próprio progresso econômico, que gera benefícios sociais. As iniciativas políticas das diversas áreas — regional, colonização, política urbana, política de migrações internas — sempre fracassaram pelo fato de terem tentado ir contra a maré da história ou de estarem deslocadas com relação ao tempo. É interessante observar que essas intenções de desconcentração acabaram acontecendo fora do esquema de políticas públicas, tanto em termos da atuação explícita, como em termos de momento. Por exemplo, na década de 80, presenciamos o maior crescimento de cidades médias dos últimos 60 anos. Com relação às décadas anteriores, não sabemos, porque não temos dados. Certamente, nos últimos 60 anos, a década de 60 foi a que mais dinamizou as cidades médias, quando já não existe mais nenhuma iniciativa nesse sentido, quando já não mais existem recursos para políticas migratórias, regionais ou políticas de dinamização de cidades médias. Há nisso uma lição. Temos que avaliar essa realidade e as suas perspectivas. A década de 80 contribuiu para a dinamização das cidades médias, porque houve tentativa, um esforço de vários setores de forma individual. O conceito básico de que a equidade regional e espacial geram a equidade social, em primeiro lugar, é um pressuposto, porque a concentração é necessária para o desenvolvimento social, de acordo com o regime econômico. E é ainda mais necessária neste momento, quando estamos entrando num cenário de globalização da economia mundial. Cada vez mais vamos precisar das vantagens comparativas das áreas de concentração. Por outro lado, há uma lição no que se refere ao tipo de iniciativas que podemos propor para o futuro. Acho que essas iniciativas estão muito mais relacionadas com o aproveitamento das vantagens comparativas regionais e o desenvolvimento de tecnologia apropriadas às vantagens comparativas, do que com a tentativa globalizante de desenvolvimento de regiões como um todo. Trata-se mais de tirar vantagens daquelas localidades, daqueles espaços menores, do que de tentar cobrir com políticas regionais globais um espaço maior. Por isso, acho que até a nossa geografia atrapalha no que diz respeito à formulação de uma concepção mais adequada das próprias tendências e necessidades regionais. Esse mapa que estamos acostumados a ver gera alianças espúrias de defesa, de contra-defesa, que, na realidade, não dizem respeito aos interesses do País. Acredito que teremos, cada vez mais, que olhar a economia brasileira não em termos das suas diversas regiões, mas da sua inserção dentro da economia mundial. A competição já não se dá mais entre São Paulo, Campinas e Recife, mas sim entre São Paulo, Campinas, Portugal, China, Tailândia, Cingapura etc. Quer dizer, as atividades econômicas mais dinâmicas vão se localizar em função das vantagens compa-

rativas, as quais precisamos descobrir e promover cada vez mais.

Por outro lado, há uma outra grande tendência mundial que é a preocupação com a questão ambiental. A resolução da questão ambiental nos países desenvolvidos vai ter uma repercussão enorme sobre o tipo de indústria e vantagens comparativas que podemos admitir, aqui, no nosso País, porque já se percebe uma certa desconcentração da degradação ambiental em função da capacidade de movimentação da opinião pública nos países desenvolvidos.

Então, se não tomarmos cuidado, em termos globais, vamos ter a vantagem comparativa para absorver indústrias intensivas em recursos, como celulose, papel, petroquímica, mineração, ou inerentemente sujas, as sorvedoras de lixo, ou inerentemente sujas ou detrimenais para o trabalhador em função desse cenário global.

Penso que essas colocações partem muito do que eu estava propondo em termos da visualização dos padrões migratórios durante os últimos sessenta anos, mas também, baseiam-se em uma reflexão sobre as políticas que foram intentadas e que, de modo geral, mostraram insucesso. As intenções, através dessas políticas, tiveram sucesso num momento absolutamente imprevisto.

Então, Sr. Senador, essas eram, basicamente, as colocações que eu gostaria de fazer aqui. Acho que há várias pessoas presentes que poderiam avançar muito mais nas questões colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Com a palavra o Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO — Sr. Presidente, caro Palestrante, minha intenção é trocar idéias para que possamos ampliar os conhecimentos e até pensarmos por que aconteceram e acontecerão determinados fatos na nossa região e como está o inter-relacionamento do Nordeste com o resto do País.

Um fato impressionou-me bastante e levou-me até a formular uma primeira pergunta: a sua informação sobre a migração nos estados do Nordeste é absoluta ou relativa? O senhor disse que o maior número de migrações deu-se em Pernambuco, depois na Paraíba, no Ceará, no Piauí e não na Bahia.

Perdão. A Bahia está, de longe, em primeiro lugar.

O SR. LUIZ GIRÃO — Então, já modifica todo um raciocínio. Chegamos a pensar que houve dentro da própria Bahia, uma vez que ela foi normalmente habitada, nesses últimos sessenta anos, no seu litoral e, hoje, há uma Bahia de cerrado, com uma estrutura diferente, que poderia ter sido acusada nas suas informações.

Também, com relação à migração Nordeste-Norte, principalmente essa nova invasão da Amazônia via Maranhão, e sul do Piauí que também é um fato novo no posicionamento das migrações brasileiras.

Outra preocupação nossa é sobre o que aconteceu no Rio Grande do Sul, pois é sabido que esse Estado não tem, hoje, a quantidade de solo necessário à sua população agrícola. O Rio Grande do Sul foi um dos grandes responsáveis pela agricultura do Paraná. Isso pode ser confirmado nas suas informações?

O senhor disse que Minas Gerais foi o grande perdedor de massa populacional. Na sua concepção, quais os fatores que geraram isso? Eu lhe faço essa pergunta porque preocupamo-nos com a questão da formação fundiária do Estado de Minas Gerais, as grandes concentrações de terra que existiam lá

nos anos anteriores, até também a má qualidade — comparando-se com o Paraná — dos seus solos, além de ter regiões montanhosas não favoráveis à agricultura e mais a vocação pecuária. Será que isso tudo não está também as entrelinhas dessas suas informações?

Essas respostas são necessárias para que possamos montar um ponto de vista. São preocupações que, ao longo da sua conferência, despertaram a minha atenção, até porque Minas tem uma localização geográfica mais fácil em relação a outros estados. Migrar de Minas para o Rio de Janeiro era fácil, principalmente nas décadas de 30 e 40, quando a Capital Federal se localizava neste último, que detinha, portanto, a decisão política de fazer as grandes siderúrgicas. O que ocorria é que praticamente havia uma linha condutora entre o minério produzido em Minas e as siderúrgicas nacionais como Volta Redonda. Isso realmente é verdadeiro?

E com relação depois à grande vantagem brasileira, que seria a queda da natalidade no Brasil como um todo. Gostaria de saber se o senhor tem essas informações regionalizadas? Quer dizer, se essa diminuição da população é maior, por exemplo, na região Sul, Sudeste, Centro-Sul ou se é menor no Nordeste?

E, na sua percepção, o que seria de se esperar com relação à continuação da migração nordestina, uma vez que a habitação no ciliado do Nordeste faz com que se torne difícil uma vida digna e uma renda razoável numa região onde praticamente o solo é coberto de cristalina e a água difícil. O senhor tem informações também com relação a isso?

Depois o Senador Beni Veras pode até nos ajudar, esclarecendo-nos, a formar um ponto de vista e ver por que acontece isso. Há regiões que tiveram base cultural até melhor, como é o caso da região Nordeste, do que o Paraná ou o Rio Grande do Sul, mas que se viram prejudicadas economicamente, o que acarretou uma maior migração.

Essas são perguntas pelas quais ansiamos por respostas, para que possamos “arrumar” o raciocínio.

Acredito que o Deputado Giovanni Queiroz, possuidor de uma visão grande da imigração para habitação da Amazônia, principalmente aquela região nova do Bico do Papagaio, pois ele atua lá, poderia dar a informação sobre que parte da população brasileira foi para lá, se foi o gaúcho, se foi o mineiro? Precisamos de mais detalhes sobre isso para que possamos abrir mais nossos horizontes.

Penso que também o Senador Marco Maciel possa nos esclarecer o que realmente aconteceu no Estado de Pernambuco. Existem algumas premissas que considero verdadeiras. Essa, por exemplo, da pós-indústria, da necessidade de o homem moderno diminuir a agitação e a poluição, de querer ter um pouco menos de renda para ter uma vida um pouco melhor. Isso é uma tendência que se nota até nas regiões mais pobres do País — as pessoas querem desconcentrar e desurbanizar.

A participação, a ajuda e a vontade de levar um pouco mais de conhecimento para discutirmos esse assunto que é tão complexo e tão necessário a todos os brasileiros. Eu, por exemplo, não tinha essas informações. Pensei, a vida toda, que o Nordeste havia sido o único fornecedor de mão-de-obra, mas parece-me que, nos últimos anos, o Estado de Minas perdeu mais mão-de-obra, talvez aquela região do norte de Minas que também é Nordeste, incluindo aí o próprio Vale...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Acho que o senhor poderia responder logo, pois a pergunta é extensa.

O SR. GEORGE MARTINS — Na realidade são muitas perguntas. Em primeiro lugar, devo penitenciar-me. A Bahia foi, de longe, o maior perdedor de população durante o período 1940/1980. Na realidade, perdeu mais do que o dobro de qualquer outro Estado. Foi falha minha.

Talvez alguns dados a respeito da migração mais recente alterem um pouco esse quadro que apresentei. Talvez eu não tenha sido suficientemente claro ao separar os fenômenos ocorridos até 1980 dos que surgiram posteriormente.

Na década de oitenta, esses fenômenos todos foram alterados, inclusive, a emigração das áreas tradicionais, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, de alguma forma foi invertida.

Quando eu tratava de áreas tradicionais de imigração, referia-me às primeiras a serem ocupadas. Elas foram sendo densamente povoadas, mas, em virtude da combinação da estrutura fundiária com o crescimento vegetativo da população, que foi bastante elevado durante todo esse período, começaram a perder muita população.

Na década de oitenta, pelo que se pode perceber das informações preliminares do censo de 1991, Rio Grande do Sul e Santa Catarina voltaram a ter um crescimento mais parecido com o resto das Regiões Sul e Sudeste. O mesmo ocorreu com Minas Gerais.

As migrações, de modo geral, teriam sido diminuídas. Realmente a única área que tem um crescimento muito acelerado é a Região Amazônica, particularmente, a Região Norte. Nesse particular eu me daria ao luxo de aventar a hipótese de que, na realidade, esse fenômeno também já acabou. As taxas muito elevadas de crescimento da Região Norte, como um todo, devem-se em grande parte ao que ocorreu até 1986/1987.

A partir de certo momento, foram extintos alguns programas muito importantes, como o Pólo Noroeste, houve a eliminação dos preços mínimos equalizados e da política sobre o óleo diesel, que permitia transporte muito barato. Tudo isso culminou com a redução generalizada no país do preço da terra. Então, muito do burburinho da Região Amazônica era em função de tendências especulativas com a terra.

Enfim, eu diria que tudo isso provocou a estagnação da migração para a região e o crescimento muito acelerado das suas cidades. Não só as áreas rurais deixaram de crescer, como também houve na Região Norte emigração das áreas rurais para as cidades. Essa é uma observação muito importante a ser feita sobre a década de oitenta.

Outro fato de extrema importância, ocorrido durante a década de oitenta, que não mencionei, foi a continuação do crescimento das grandes cidades. Eu dizia, por exemplo, que três em cada dez brasileiros moram numa cidade com um milhão de habitantes, porém, essa população vive cada vez mais longe do centro. As grandes metrópoles cresceram na periferia, o que tem grandes implicações sociais, porque o custo do transporte, o tempo gasto e as dificuldades de acesso ao serviço e às amenidades que a cidade proporcionam são cada vez maior. Este é outro fenômeno extremamente interessante: a "periferização" do crescimento das grandes cidades.

Com relação, especificamente, à Região Nordeste, infelizmente, nesse momento, eu não teria maiores informações, a não ser as regiões metropolitanas da Região Nordeste cresceram bem mais rapidamente do que as do Centro-Sul. Por outro lado, cresceram muito menos do que na década de 70. Esse é outro detalhe importante. Existe uma luz no fim do túnel. Cresceram mais rápido do que nas cidades do Centro-

Sul, mas mais devagar do que no passado. Outro fenômeno colado a isso é a periferização maciça desse crescimento de Salvador, de Recife e de Fortaleza. Não respondi a todas as suas indagações, mas podemos continuar.

O SR. MARCO MACIEL — Não é muito regimental, Sr. Presidente, mas queria fazer um desenvolvimento da colocação do Deputado Luiz Girão. Eu não estava presente no começo da palestra, infelizmente, por outros motivos, e não pude ouvir a parte da exposição em que o senhor falou no problema da perda de população de Estados de Nordeste, inclusive Pernambuco, Bahia, etc. Não sei se o senhor teria condições de dar algum desdobramento disso e tentar explicar um pouco a causa, que suponho que sejam as dificuldades climáticas, por exemplo, a seca, etc.

O SR. GEORGE MARTINS — Somente para explicitar melhor, já que o senhor não estava presente, eu estava dizendo que a migração da Região Nordeste, no período de 1940 a 1980, significou uma perda de aproximadamente doze milhões de pessoas, em termos de crescimento não realizado, não em termos de pessoas que saíram.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Que se esperava que estivessem e que saíram?

O SR. GEORGE MARTINS — Não, que existiriam se não tivesse havido a migração. Então, pega-se a população de 1940, faz-se com que ela cresça de acordo com as taxas de crescimento vegetativo da região, e no final do período há uma população esperada. Essa população esperada difere da real; a diferença entre as duas é produzida pela migração. É um cálculo muito simples, mas, ao mesmo tempo, dá uma idéia de magnitude. Assim, por esse exercício — digamos assim — o Nordeste teria aproximadamente doze milhões de pessoas a menos do que teria sem a migração. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais teve uma perda de nove e meio milhões.

O SR. MARCO MACIEL — O Estado de Minas Gerais perdeu tudo isso, nove e meio milhões? E qual seria a causa?

O SR. GEORGE MARTINS — Bom, um pouco o Deputado já mencionou, mas penso que tem muito a ver com a proximidade, porque — digamos —, hoje em dia, já temos um sistema de comunicações, transporte, que facilita muito a migração. Mas mesmo assim, vamos ver, por exemplo, o caso da crise. Durante a crise, acho que a migração, a partir do Nordeste, arrefeceu muito em função do próprio custo do deslocamento. Na década de 70, o Ministério do Interior dava passagem a rodo para as pessoas irem para onde quisessem. Havia centros de migração etc. na década de 80, não havia essa possibilidade e, além do mais, o custo do transporte ficou extremamente pesado. Generalizando um pouco essa idéia da comunicação, do acesso, da facilidade, penso que a própria proximidade de Minas Gerais e o fato de que parte de Minas Gerais, na realidade, é Nordeste — como o Deputado bem estava falando —, isso ajuda um pouco a explicar. Ou seja, temos os mesmos determinantes econômicos na estrutura fundiária, no crescimento vegetativo, na estagnação da economia de determinadas regiões, inclusive fenômenos climáticos. Tudo isso teria, *diatheris paribus*, o mesmo impacto sobre a migração.

Agora, Senador, com relação às determinantes da migração do Nordeste, acho que V. Ex.^a conhece melhor essas determinantes do que eu. Mas eu me permitiria acrescentar uma

colocação que é a seguinte: Em todos os países do mundo a migração ocorre entre regiões de menor dinamismo econômico para regiões de maior dinamismo. E eu acho que a questão que se coloca nesse sentido é extremamente delicada, extremamente complexa, mas nós poderíamos até colocar a seguinte pergunta: Será que essa diminuição de 12 milhões de pessoas foi suficiente? Será que, na realidade...

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. GEORGE MARTINS — Depende da ótica. Se nós olharmos o bem do País, o bem da população brasileira, o bem da população nordestina, acho que, sob todas essas óticas, possivelmente, a nível agregado, a nível macro — e aí tem que fazer muitas omissões —; mas a nível macro e a médio e longo prazo, eu, pessoalmente, não tenho dúvida de que possivelmente maior migração teria sido melhor, a nível macro.

Por isso que eu digo que é uma questão extremamente delicada e extremamente complexa, porque se trata de pessoas. O deslocamento migratório é um fato extremamente doloroso, é um fato que tem sido estudado na Psicologia, na Psiquiatria, como determinante de muitos problemas para a população em função do desarraigamento das pessoas, dos problemas de readaptação, enfim, de problemas culturais, de uma série de fatos, para a primeira geração. Agora, para a segunda geração, evidentemente, existe uma série de grupos, populações, que está em melhor situação do que se tivesse se mantido no local de origem.

Então, sem entrar nos fatores específicos, eu me permitiria colocar esse ponto. Na realidade, é um fenômeno que, visto numa ótica histórica macro, corresponde a uma realidade praticamente inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Quero dizer que houve uma redução no fluxo migratório do Nordeste para o restante do País.

O SR. GEORGE MARTINS — Nesse período houve, no período da crise, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — É bom você dizer também que, como o Nordeste experimentou um crescimento um pouco maior do que o do restante do País, nestes últimos 20 anos, provou uma capacidade de suporte um pouco maior na região para sua população e também uma queda na taxa de natalidade da região, que ajudou a diminuir a pressão, o que é algo positivo, na minha opinião.

O SR. GEORGE MARTINS — Pensei até em trazer os dados exatós por regiões, mas, infelizmente, não os tenho aqui.

Mas se nós olharmos a taxa de crescimento das regiões metropolitanas, por exemplo, Belém teve um crescimento de 2,7; Fortaleza, 3,5; Recife, 1,8...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Em Recife, para periferia? (Inaudível.)

O SR. GEORGE MARTINS — O núcleo de Recife teve uma perda líquida.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Imagino que um pouco é porque Recife teve um crescimento maior na área metropolitana.

O SR. GEORGE MARTINS — No entorno, na periferia. A região metropolitana, como um todo, teria crescido a 1,81,

que é abaixo da taxa de crescimento do País, e é totalmente abaixo do crescimento do Nordeste.

O SR. MARCO MACIEL — A área territorial de Recife é muito pequena, como também a sua região metropolitana, entrando, inclusive, num processo de saturação. Por exemplo, se não estou equivocado, há um tempo atrás, em Olinda havia uma das maiores densidades demográficas do País. Não sei se ainda o é. É uma cidade de ocupação problemática, é um sítio histórico e tem uma série de vedações, é uma cidade muito acidentada. Pois bem, apesar disso, conseguir ser, infelizmente, na minha opinião, uma das cidades de maior densidade demográfica por quilômetro quadrado. Então, saturou. Jaboatão também. São cidades de mais de seiscentos mil habitantes, com mais de duzentos mil eleitores. Mas, há um tempo, verifiquei que a população de Jaboatão era maior que muitas capitais do País — dos ex-territórios com toda certeza —, mais que Rio Branco e, talvez, mais que Vitória e Florianópolis. Se não me engano, naquela ocasião, há uns cinco anos, parece que Jaboatão estava na décima quinta colocação das capitais brasileiras; ou, até, décima terceira. Parece-me que Olinda tinha oito mil e tantos habitantes por quilômetro quadrado. Não sei se estou certo, porque vi isso já algum tempo.

O SR. LUIZ GIRÃO — Apesar de que isso é um dado relativo.

Então, como é um dado relativo, Pernambuco já tinha uma quantidade maior de habitantes que Belém e Fortaleza. (Inaudível.) Fortaleza tinha um milhão de habitantes e passou em pouco tempo a ser uma região metropolitana. São Paulo, por mais que se queira, não pode crescer mais...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Houve no Nordeste uma redução populacional na própria região. Fatores diversos influenciaram: O fator econômico, a redução da natalidade; e isso deu maior suporte à região para suportar sua população e diminuir o fluxo para as cidades do Centro-Sul. Isso é verdade. Pode-se afirmar isso. (Mudança de Presidente.)

O SR. GEORGE MARTINS — Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Bem, como somos só três Parlamentares, a Presidência gostaria de colocar inteiramente à vontade os Srs. Senadores e Deputados, porque o debate evidentemente — pela primeira pergunta verificamos isso — terá várias intervenções cruzadas. Então, com a maior liberalidade possível, o tema é interessante, e o sentimento regional é muito forte no debate da matéria, inclusive, em relação ao nosso Espírito Santo. A partir deste momento, está franqueada inteiramente a palavra. Apenas gostaria que quem fosse intervir que declinasse o nome para efeito de identificação nos Anais.

O SR. GEOVANNI QUEIRÓZ — Sr. Presidente, apenas desejo cumprimentar o palestrante, pois ele nos trouxe, sem dúvida alguma, informações que eu tinha total desconhecimento.

Questionava, aqui, se Minas Gerais estaria melhor hoje, quando perdeu doze milhões de habitantes em um período de quarenta anos, ou se estaria pior hoje se não mantivesse essa população lá, assim como o Nordeste. E pelo que parece, o senhor já nos respondeu. O Nordeste está melhor hoje do que estaria se não houvesse a migração naquele período. Hoje, a migração diminuiu por vários fatores aqui já colocados. Isso já me satisfaz.

Mas a pergunta ainda fica, porque o senhor afirma que a desconcentração, ou seja, a pulverização da população pela área territorial é uma falácia, que não caminha ao lado do desenvolvimento, da qualidade de vida, esse entendimento de que a população diluída em todo o seu território, ou seja, a não-concentração significaria qualidade de vida, isso não é verdade. Não é verdadeira essa afirmativa, quer dizer, a concentração é necessária para que haja desenvolvimento e melhor qualidade de vida. Isso vai até que limite? Porque de repente tem que haver um limite.

Por exemplo, a fixação hoje de uma família em São Paulo tem um custo talvez vinte vezes maior do que a fixação dessa mesma família, produzindo a mesma coisa, em outras cidades, em outros locais. Ou seja, é o crescimento periférico, como o senhor acabou de colocar, dos grandes centros urbanos.

Então, até que limite? Existe algum parâmetro científico, técnico, que diga qual é o limite a partir do qual a concentração já é um fator, não de crescimento econômico, mas de decréscimo de qualidade de vida do cidadão? Essa é uma das questões que gostaria de ouvir de V. S. Gostaria, também, de desdobrar a pergunta, colocando o seguinte: Por exemplo, o metrô de Brasília, 16km ou 20km, sairia o preço do asfaltamento da Transamazônica ou da Cuiabá-Santarém. Durante um certo período, o governo realmente pensou na descentralização da concentração das populações. E foi o caso da Amazônia, que se beneficiou com a Transamazônica, com a Cuiabá-Santarém e com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na década de setenta. Depois o Governo não investiu em mais nada. Zero! Não há mais investimento federal para a região Norte. Parou a questão da Zona Franca de Manaus a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, Tucuruí. Ou seja, nenhum investimento mais foi feito naquela região, parou-se o desenvolvimento daquela região e acabou o fluxo migratório natural que ia para lá.

Ao lado disso, o custo de 16 quilômetros de metrô em Brasília significaria viabilizar economicamente Mato Grosso, que poderia utilizar a Cuiabá-Santarém para exportação. Aquela frente agrícola poderia avançar para o Pará e a Transamazônica, abandonada, deixou abandonados os homens que para lá migraram na década de 70.

Seriam essas as colocações que teria a fazer. Até que limite a concentração é fator de desenvolvimento?

O SR. GEORGE MARTINS — Muito obrigado. Pelo que sei não existe limite técnico aceitável ou aceito entre os especialistas que trabalham nessa área a respeito do tamanho-limite.

O que acho interessante é que quando se coloca um certo limite, um tamanho ótimo, esse limite tende a variar muito com relação ao tamanho de uma cidade que se considera ótimo, ou com o tamanho até da própria população do País.

Voltei recentemente da Ásia — só para lhe dar um exemplo — e havia uma discussão entre a Malásia e a Austrália sobre o tamanho de suas populações. Esses dois países têm praticamente o mesmo tamanho de população — em torno de 18 milhões de pessoas. A Austrália considera que não tem condições de ter em seu território mais do que 25 milhões de pessoas e a Malásia tem como prioridade absoluta chegar a 78 milhões de pessoas.

Acho que é muito subjetivo estabelecer qualquer limite, qualquer tentativa de colocar um parâmetro final.

Mas o que acho interessante nisso é que se olharmos a história recente — pelo menos, no contexto brasileiro —

a atividade econômica e a atividade industrial colocam os seus próprios limites.

O processo de desconcentração industrial da década de 70, acredito que foi, em grande parte, um movimento espontâneo, tomado por indivíduos, por empresários que decidiram por conta própria que era melhor para eles se localizarem em Poços de Caldas do que em Santo André. E foram seguidos nessa forma por diversos outros empresários. O agregado dessas decisões é um fenômeno extremamente importante para a história do País, porque houve um fenômeno espontâneo de desconcentração antes de se chegar aos limites do intolerável que sempre nos assustava, que nos assustou muito. É por isso que digo que existe uma luz no fim do túnel em termos desse processo de concentração. Concordo que existe.

Calcutá, por exemplo, já passou do limite há muitos e muitos anos; mas, por outro lado, esse limite é muito variável dependendo das condições econômicas, dependendo das condições de planejar infra-estrutura, dependendo do ritmo de crescimento.

Uma vida de como Nova Iorque tem um processo de crescimento através senão de décadas, de séculos! E, de repente, com todos os seus problemas, ela tem condições muito diferentes das de Calcutá ou de Bombaim.

O SR. LUIZ GIRÃO — Sob o meu ponto de vista, sob a minha ótica, o tamanho tem muita importância porque a vida de uma cidade é serviço. Praticamente, na cidade não existe produção primária. E, no mundo de hoje, a dependência do setor primário é cada vez menor. No mundo capitalista, no mundo mais agressivo, é cada vez menor a vinculação da população com o setor primário, com alimentos etc.

Então, no meu entender, é pelo tipo e tamanho de uma cidade que se vê o serviço que ela presta. Na verdade, ela presta só serviços para sua população, para aquele local; ela tem um limite. Mas no caso de Nova Iorque, que presta serviços para o mundo inteiro, há comparações e gente capacitada para prestar serviços, seja ele financeiro ou não, para o mundo inteiro. Então, há uma capacidade maior de recursos e aí há como se viver melhor.

O grande problema do Brasil é que as nossas cidades são grandes e não existem condições de prestar serviços para aquela quantidade imensa de pessoas. Essa é a minha ótica, meu caro Geovanni. Uma coisa é a Zona Franca de Manaus com a quantidade de serviços que ela estava prestando ao Brasil inteiro. Manaus era uma cidade que prestava serviços ao Brasil inteiro. Quantas e quantas vezes as pessoas iam lá fazer turismo, compras e tal! Na hora em que se tirou essa capacidade de ela prestar serviços, ou seja, comercializar, trabalhar na cibernética, ter bancos, ter um processo de cidade grande, em que ela presta serviços não só para os habitantes daquela localidade, mas para o resto do país, aí começou o declínio. Porque as cidades, historicamente, sempre existiram para prestar serviços ao setor primário. Esta foi realmente a História do Mundo: Faz-se uma cidade para que ela preste serviços. Depois que o setor primário deixou de ser importante para a formação dos povos, ou menos importante...

Então o que vejo é exatamente isso. A grande preocupação não seria o tamanho da cidade, seria se a cidade tem condição de prestar realmente serviços para aquela população e para outras. Por isso tinha que haver um trabalho de convencimento de planejamento.

É uma ótica, não sei se estou no pensamento certo. Mas, dentro de um raciocínio, seria o valor do serviço que ela

presta à região, ao país, ao mundo. Que se diga o tamanho da cidade para se ver se há condições de sobrevivência. Porque a cidade pode ser grande, mas quando ela começa a criar outras cidades, dentro dela própria, como se vê hoje em milhares de outras cidades, aí ela cria uma vida própria. Até numa nova cidadezinha que se forma. E a pessoa acaba morando no Rio de Janeiro, no Bairro de Copacabana, passando dez anos lá sem conhecer a Tijuca, por exemplo.

(Mudança de Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A propósito, há uma pergunta aqui que se agrega à indagação do Luiz, que é a seguinte: se abandonarmos a perspectiva de uma política global ou de ordenação territorial, como poderemos conviver com a concentração exacerbada dos investimentos e da população no Sudeste? Isso não é um risco para o País?

A crise social e a insegurança pública do Rio e São Paulo serão resolvidas pela própria dinâmica da sociedade? A quem custa e que prazo se daria?

Não cabe ao Estado intervir na questão espacial do desenvolvimento?

O SR. GEORGE MARTINS — Agradeço a pergunta porque permite esclarecer um ponto de vista. Eu mesmo, durante muito anos, sustentei, trabalhei técnica e politicamente um pouco nesse sentido, de que realmente havia um limite de explosão na capacidade de absorção da região Sul/Sudeste e, particularmente, de suas áreas urbanas. Acho que a década de 80, pelo menos para mim, traz novas luzes sobre essa questão, porque, na realidade, chegamos a essa situação explosiva. De alguma forma, ela se desanuviou por conta própria, por conta de uma série de eventos paralelos, complementares, que ocorreram ao mesmo tempo e sobre os quais nenhum de nós teve a mínima influência, ou pode ter sido, mas de uma forma indireta e até involuntária. A queda da fecundidade, a redução do fluxo migratório, a redução do êxodo urbano, a desconcentração, tudo isso que ocorreu no Brasil, entendo que se deve dar graças a Deus porque aconteceu dessa forma, mas, a posteriori, é relativamente fácil ver nisso tudo um processo provavelmente positivo.

No fundo, no fundo, hoje em dia, creio que há muito mais condições de se resolver os problemas sociais da população de Sertãozinho do que de Vilhena, ou de Jaboatão — com o perdão do Deputado —, ou numa série de outras localidades onde não há tanto dinamismo econômico, oportunidades econômicas tão generalizadas e nem uma renda que permita às pessoas ter acesso, comprar, satisfazer suas necessidades.

Entendo que a década de 80 nos mostrou, a nível mundial, que não há governo no mundo que possa satisfazer todas as necessidades da sua população em termos sociais, de educação, de saúde etc. O Governo, evidentemente, não tem condição de resolver os problemas de uma grande parcela, uma maioria da sua população, o tempo todo. Todos os governos, mesmo dos países mais desenvolvidos, têm obrigação de fornecer alguns serviços básicos e suprir as necessidades de uma parcela pequena da sua população durante algum tempo como, por exemplo, um furacão, um desastre qualquer. Agora, fornecer essas condições o tempo todo não tem a mínima possibilidade.

Então, passamos a raciocinar de outra forma: Como é que esses problemas podem ser resolvido? Eles podem ser resolvidos através da dinamização das atividades econômicas que permitem melhor emprego, geram melhor renda para

que as pessoas possam, de alguma forma, atender às suas próprias necessidades. Dentro desse raciocínio, creio que a questão espacial toma outras conotações.

Por isso entendo que a idéia da equidade territorial é uma noção que não se coaduna com o momento histórico previsível, porque, para o futuro previsível, o que vamos ver é uma acentuação da economia de mercado, nacionalmente, internacionalmente. Vamos ver uma acentuação da globalização da economia, em que as vantagens comparativas de cada país vão ter que ser intensificadas, vão ter que ser promovidas.

Então, realmente há — eu diria — um certo desacordo com o intuito da pergunta, porque, hoje em dia, entendo que a situação social e até a situação ambiental, por incrível que se pareça, elas se resolvem: via concentração, via geração de dinamismo econômico, via geração de oportunidades econômicas, via geração de renda e até a situação política.

Observem que as massas urbanas, de um modo geral, têm um conhecimento político, uma capacidade de participação muito mais elevada, quer dizer, têm muito que trabalhar. Mas, evidentemente, existem vantagens: a população urbana mais concentrada é mais acessível à campanha de educação, de esforço, de aumento da atividade do cidadão, aumento da cidadania.

Dessa forma, não vejo com a mesma ênfase que eu via no passado os males da concentração. Acredito que, de alguma forma, eles estão se resolvendo e há muito ainda a fazer no campo, na cidade. Mas, sinceramente, vejo a luz no túnel muito claramente e creio que ela foi confirmada pelos eventos da década de 80, que mostraram essa desconcentração espontânea, não para regiões mais longínquas, mas para regiões que têm viabilidade de maior dinamismo.

Só para completar a pergunta feita anteriormente pelo Deputado, eu exemplificaria com o que ocorreu recentemente com a produção agrícola, cujo eixo de expansão passou do Centro-Sul para as regiões Centro-Oeste, amazônica. Houve também um refluxo para a região do cerrado. Há dois ou três anos acreditávamos piamente que os cerrados representavam o grande futuro, o grande potencial agrícola do Brasil, mas em função de outros fatores; de repente, o próprio custo do transporte, dos insumos e da colheita dos cerrados, que estão mais perto dos mercados e dos acessos aos portos do que a região amazônica, obrigou-nos a um novo questionamento, hoje em dia. Acredito que as vantagens econômicas, neste cenário que estamos vivendo, são cada vez mais importantes, pois facilitam e convergem para a concentração.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O senhor me permitiria um comentário? (Assentimento do orador.)

Realmente, a população tendendo a crescer, será que não falta, no presente momento, um certo planejamento geopolítico no País, no sentido de promover uma ocupação mais racional da Amazônia? Não com base nas grandes rodovias mas, sim, com base nos grandes eixos hidroviários que lá se encontram. Por exemplo: o equacionamento da grande artéria da região, que é o eixo Tocantins-Araguaia, e a utilização dos canais fluviais que se ligam a esse eixo Tocantins-Araguaia não seria uma política adequada ao País, para permitir à região Norte se desenvolver e, ao mesmo tempo, para dar ao Brasil oportunidade de crescer naquela região, colocando maior equilíbrio na sua ocupação territorial?

O SR. GEORGE MARTINS — Eu me permitiria dizer o seguinte: creio que a primeira coisa que temos de fazer

é esquecer as noções que herdamos do “Brasil Grande”, as grandes soluções aplicáveis homogeneamente sobre grandes territórios, os grandes projetos. Acho que precisamos, muito mais, procurar vantagens comparativas de todas as regiões. E, nesse sentido, concordo com o Senador de que se poderia fazer muito mais aproveitando as vantagens do transporte fluvial e uma série de vantagens que outras pessoas aqui, presentes, poderiam até discorrer melhor do que eu.

O importante é que não se deve vislumbrar, nesse tipo de solução, qualquer coisa que faça voltar uma equidade, uma distribuição igualitária da população sobre o espaço, ou que a população da região Norte volte a crescer aos ritmos que crescia na década de 70, ou algo parecido. Essa perspectiva, definitivamente, está descartada. Acho que a tendência é concentrar naqueles pólos onde existem vantagens comparativas. E isso vai depender muito da conjuntura internacional, das condições de competição. Por exemplo: o que mas se desenvolveu, nos últimos sete ou oito anos — acho que muito em função de questões ligadas ao meio ambiente —, são as indústrias de bens intermediários, que são altamente intensivos em recursos naturais, são altamente poluentes e não se localizam em grandes áreas metropolitanas, em grandes cidades. Elas se localizam no interior da Bahia, numa série de regiões que são mais periféricas.

Esse tipo de raciocínio — parece-me — é que precisamos desenvolver, ou seja, onde estão as nossas vantagens comparativas, nesse cenário globalizante? Possivelmente, isso nos ajuda, inclusive, a perder o temor da concentração progressiva em grandes cidades. Porque, de repente, não são nem São Paulo nem Rio de Janeiro que apresentam vantagens comparativas que vão atrair os investimentos nacionais ou internacionais. Mas o ponto de partida, do raciocínio, é esquecermos essas soluções de “Brasil Grande”, que caracterizaram vinte anos da nossa História.

O SR. LUIZ GIRÃO — Seria, em termos de economia, esquecer a produção e buscar a produtividade. Você procura, dentro daquilo que tem, melhorar a sua produtividade dentro do próprio Nordeste ao invés de induzir a uma nova Transamazônica ou a um novo desenvolvimento, no sentido de grandes investimentos, porque o próprio país já não teria mais condições de arcar com esses grandes investimentos.

Entendi dessa forma, que é aproveitar aquela potencialidade que existe em qualquer campo e trabalhar nela, até mesmo em projetos menores, mas que tivessem vantagens comparativas. Acredito que isso possa ser pensado com relação à própria região amazônica.

No caso do Deputado Geovanni Queiróz seria exatamente ativar o desenvolvimento naquela área de floresta, aproveitando o que o resto do mundo não tem. Não temos dúvida, em termos de comparação, nos próximos cem anos, o Brasil estará mil anos à frente deles, se souber desenvolver bem, aproveitando a biologia, a fauna, a flora com o poder do conhecimento e da barganha.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Antes de encerrar a nossa reunião, eu quero comunicar que a Comissão, através de seu Relator, o eminente Senador Beni Veras, já apresentou tópicos para uma Política Nacional de Desenvolvimento equilibrada. Eu tenho a impressão de que é um pré-relatório, e até com a nota que acho importante, através deste documento, pretende a Comissão, no momento em que se inaugura o novo governo, respaldado pelo povo em mobilização pela ética na política, avançar algumas recomendações

específicas, objetivando contribuir para o desenvolvimento mais equilibrado do país.

Este documento está à disposição de todos os Senadores e Deputados integrantes da Comissão. Faço um registro, neste instante, porque já é praticamente uma preliminar do Relatório que será de autoria do Senador Beni Veras.

Quero manifestar ao nosso ilustre palestrante, Dr. George Martins, o nosso agradecimento pela sua presença e pela palestra. E da mesma maneira estender o agradecimento aos Senadores Jonas Pinheiro e Marco Maciel e também aos eminentes Deputados Luiz Girão e Geovanni Queiróz.

Gostaria de saber se o Sr. Relator deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro, neste momento, encerrada mais uma reunião da Comissão Especial.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

17ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 1992

Às nove horas e dez minutos do dia trinta de outubro de mil novecentos e noventa e dois, no Auditório do Hotel Eldorado, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada em Audiência Pública realizada em Cuiabá — MT, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Márcio Lacerda, Wilson Martins, Beni Veras, Onofre Quinan, Saldanha Derzi, Lavoisier Maia, Louremberg Nunes Rocha e Júlio Campos, Deputados Pinheiro Landim, Jonas Pinheiro, Joaquim Sucena, Welinton Fagundes e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. O Cerimonial do Palácio do Governo do Estado de Mato Grosso, convida os Senhores Jayme Campos, Governador do Estado de Mato Grosso, Senadores Beni Veras, Júlio Campos, Louremberg Nunes Rocha, Márcio Lacerda, Wilson Martins, Lavoisier Maia, Saldanha Derzi e Onofre Quinan, Deputados Jonas Pinheiro e Rodrigues Palma, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o Cerimonial passa a palavra ao senhor Governador Jayme Campos. De posse da palavra, o senhor Governador declara aberta a reunião e convida a todos para que, em pé, possam ouvir o Hino Nacional Brasileiro. Após, o Cerimonial registra a presença dos senhores Deputados Estaduais de Mato Grosso Humberto Bozairo e Amador Tut, passando em seguida, a palavra ao Senhor Senador Beni Veras, Relator da Comissão. De posse da palavra, o Senhor Senador Beni Veras, fala a respeito da Comissão e dos trabalhos por ela já realizados. Em seguida, o Cerimonial passa a palavra ao senhor Governador Jayme Campos, que fala sobre a crise social e econômica enfrentada pelo País. Em seguida, o Cerimonial registra a presença do ex-Deputado Federal Firmo de Castro, solicita uma pausa de 5 (cinco) minutos para desfazer à mesa e dar início ao Bloco de Palestras dos Secretários Estaduais. Após a pausa, o Cerimonial convida os senhores Congressistas para tomarem assento na primeira fileira de cadeiras e para tomarem assento à mesa, o senhor Senador Beni Veras, Dr. Antônio Eugênio Belluca, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, Dr. Aldayr Heberly, Secretário de Estado de Turismo, Indústria e Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul e Dr. Sônia Maria C. Pierobon, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás. Em seguida, o Cerimonial dá início ao Bloco acima citado, que tem como tema “Ação dos Estados e o

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste", passando a palavra ao Dr. Antônio Eugênio Belluca. Concluída a exposição, o senhor Senador Beni Veras convida o Dr. Nilson Holanda para tomar assento à mesa e passa a palavra ao Dr. Aldayr Heberly. Concluída a exposição, o senhor Senador Beni Veras passa a palavra a Dr^a Sônia Marai C. Pierobon. Concluída a exposição e encerrado o Bloco dos Secretários Estaduais, o senhor Senador Beni Veras desfaz à mesa, convidando em seguida, os senhores Professores Alfredo Motta Menezes, representante da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso e Luís Alberto Gomes de Oliveira, representante da universidade Católica de Goiás, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o Senhor Senador Beni Veras dá início ao Bloco de Palestras dos Professores, com o tema "Problemas e Potencialidade da Região Centro-Oeste", passando a palavra ao Professor Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Concluída a exposição, o Senhor Senador Beni Veras passa a palavra ao Professor Alfredo Motta Menezes. Concluída a exposição, o Senhor Senador Beni Veras, comunica a presença do Prefeito Eleito de Cuiabá, Dante de Oliveira. Em seguida, o Senhor Senador Beni Veras dá início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os senhores Senador Júlio Campos, Dr. Aécio José Paquer, Secretário de Agricultura de Mato Grosso, José Carlos Bazan (Pardal), funcionário do Gabinete do Deputado Estadual de Mato Grosso Wilson Santos e Dr. Bento Porto, da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e da Fundação do Meio Ambiente. Terminada à fase de interpelações, o senhor Senador Beni Veras passa a palavra ao Dr. Nilson Holanda, que fala sobre a Zona de Processamento de Exportação — ZPE. Em seguida, o Senhor Senador Beni Veras, faz comentários a respeito da exposição do Dr. Nilson Holanda e convida todos os presentes, para participarem do almoço no restaurante do Hotel, fazendo uma pausa na reunião. Às quatorze horas e cinco minutos, o Cerimonial declara reaberta a reunião, convidando os senhores Senador Beni Veras, Dr. Olacir de Moraes, representante dos empresários do Estado de Mato Grosso, Dr. Luiz Antônio de Carvalho, representante dos empresários do Estado de Goiás e Dr. Jorge Elias Zahrah, representante dos empresários do Estado de Mato Grosso do sul, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o Cerimonial dá início ao Bloco de Palestras dos Empresários, como tema "A visão Empresarial do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste", passando a palavra ao Dr. Olacir de Moraes. Concluída a exposição, o senhor Senador Beni Veras passa a palavra ao Dr. Luiz Antônio de Carvalho. Concluída a exposição, o senhor Senador Beni Veras alavra ao Dr. Jorge Elias Zahran. Concluída a exposição, o Cerimonial dá como encerrado o Bloco de Palestras dos Empresários, desfaz à mesa e convida os senhores Senadores Beni Veras, Júlio Campos, Márcio Lacerda, Wilson Martins, Saldanha Derzi, Lavoisier Maia e Onofre Quinan, Deputados Jonas Pinheiro e Pinheiro Landim, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o Cerimonial dá início ao Bloco de Palestras dos Parlamentares, com o tema "A Estratégia do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste". Usam da palavra os senhores Senadores Júlio Campos, Wilson Martins, Márcio Lacerda, Onofre Quinan e Lavoisier Maia, Deputados Pinheiro Landim e Jonas Pinheiro. Encerrado o Bloco de Palestras dos Parlamentares, o senhor Senador Beni Veras, passa a palavra ao Dr. Olacir de Moraes que faz algumas observações. Em seguida, o senhor Senador Beni Veras, faz comentários finais onde aborda os trabalhos realizados pela Comissão e temas discutidos na reunião. Após, o senhor Beni Veras passa

a palavra ao Dr. Nilson Holanda, para fazer um ligeiro resumo do que se realizou na reunião. Em seguida, o Senhor Senador Júlio Campos, agradece a presença dos Senhores Parlamentares, convidados e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Élcio Alvares

Relator: Senador Beni Veras

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. APRESENTADOR — Acaba de chegar, neste exato momento, S. Ex^a, o Governador do Estado de Mato Grosso, Jaime Veríssimo de Campos.

Ciclo de palestra da Comissão Especial Mista para Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro.

Convidamos S. Ex^a, o Sr. Governador do Estado do Mato Grosso, Jaime Veríssimo de Campos; Senador Beni Veras, Presidente da Comissão; Senador Júlio Campos; Senador Lourenberg Nunes Rocha; Senador Márcio Lacerda; Senador Wilson Barbosa Martins; Senador Lavoisier Maia; Senador Rachid Saldanha Derzi; Senador Onofre Quinan; Deputado Federal Jonas Pinheiro e Deputado Federal Rodrigues Palma, para comporem a mesa.

Gostaríamos de registrar, também, a presença dos ilustres Deputados Federais Wellington Fagundes e Joaquim Sucena e do Deputado Estadual Humberto Bozairo.

Sr. Governador do Estado, está composta a Mesa.

O SR. JAIME VERÍSSIMO DE CAMPOS — Declaro aberto o ciclo de palestras da Comissão Especial para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter Regional Brasileiro e convido a todos para que, em pé, possamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

O SR. APRESENTADOR — Para fazer uso da palavra, o Presidente da Comissão Mista, Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Exm^o Sr. Jaime Veríssimo de Campos, DD. Governador do Estado do Mato Grosso; Sr. Júlio José de Campos, nosso querido amigo Senador da República, representante do Estado de Mato Grosso; Exm^o Sr. Lourenberg Ribeiro Nunes Rocha, Senador pelo Estado do Mato Grosso; Exm^o Sr. José Márcio Onofre de Lacerda, Senador da República do Estado do Mato Grosso; Exm^o Sr. Wilson Barbosa Martins, Senador da República do Estado do Mato Grosso do Sul; Exm^o Sr. Lavoisier Maia Sobrinho, DD. representante do Estado do Rio Grande do Norte no Senado Federal; Exm^o Sr. Rachid Saldanha Derzi, DD. Senador da República do Estado do Mato Grosso do Sul; Exm^o Dr. Onofre Quinan, DD. Senador da República do Estado de Goiás; Exm^o Srs. Deputados Federais Jonas Pinheiro, Joaquim Sucena, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes; Sr. Deputado Humberto Bozairo, Líder do Go-

verno na Assembléia Legislativa; Srs. Secretários; Srs. Pales-
trantes; Srs. convidados; estudantes:

A Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda o desequilíbrio inter-regional brasileiro completa, hoje, com esta audiência pública para discutir os problemas do desenvolvimento do Centro-Oeste, o seu primeiro ciclo de consultas e debates sobre o grave problema do desequilíbrio regional do Brasil, depois de ter realizado reuniões semelhantes em Fortaleza, Belém e Manaus.

Como é sabido, as atividades econômicas tendem a distribuir-se de forma desigual no espaço regional, por isso um certo grau de desigualdade constitui subproduto inevitável do processo de desenvolvimento.

O problema é complexo e tem raízes profundas dentro da história econômica. Pesquisando suas origens mais remotas, podemos identificar entre os seus principais fatores causais as diferenças de dotações de recursos naturais e os acidentes históricos que, de uma forma e de outra, induzem o crescimento acelerado de determinados pólos dinâmicos, em torno dos quais se vai estruturando uma ampla periferia econômica e social.

No caso brasileiro é bem conhecido o processo pelo qual, ao longo de três séculos, o pólo de desenvolvimento do País foi sendo deslocado da agroindústria açucareira do Nordeste para a mineração aurífera de Minas Gerais e a cultura cafeeira do Rio e São Paulo.

Em meados da década de 50, as desigualdades regionais no Brasil haviam atingido níveis intoleráveis, agravados pelas secas que atingiram fortemente a Região Nordeste.

Com a implementação do BNB em 1954 e a criação da SUDENE em 1959, o Governo Federal iniciou um amplo processo de reestruturação e revisão de sua política regional, procurando superar a sua conotação defensiva e atribuir-lhe as características de uma estratégia afirmativa de promoção do desenvolvimento das regiões periféricas, particularmente o Nordeste.

Esse processo revisionista se estendeu à Amazônia na década de 60 e ao Centro-Oeste nos anos 70, no contexto dos ambiciosos programas de integração nacional, que se constituíram em um segmento prioritário das políticas econômicas dos governos militares, que assumiram o poder em 1964.

Na última década — a década perdida dos anos 80 —, o Brasil parou. Essa retratação, como seria de esperar, atingiu mais fortemente o centro industrial do País; mas as regiões periféricas, aproveitando o impulso dos investimentos feitos em anos anteriores e a manutenção dos incentivos fiscais, continuaram a crescer, embora de maneira discreta. Desta forma, conseguiram manter a tendência de redução das disparidades econômicas inter-regionais, que parece ter começado a esboçar-se nos anos 70.

Essa, porém, é uma situação indesejável e insustentável, primeiro, porque ninguém pretende corrigir as disparidades inter-regionais parando a economia brasileira; segundo, porque nada nos assegura que as disparidades não venham a aumentar novamente, quando ocorrer a retomada do desenvolvimento nacional, como é o desejo de todos nós.

Este é o propósito da Comissão Mista que estuda o desequilíbrio inter-regional brasileiro. Acha-mos que esses desequilíbrios precisam ser enfrentados e que o momento é agora.

Muitas das políticas nacionais que tratam do problema das desigualdades inter-regionais são de caráter explícito e implícito e, freqüentemente, neutralizam ou anulam os efeitos de outras políticas supostamente regionais. A visão estrita-

mente regional do problema da desigualdade é parcial e insuficiente tanto para quem o analisa em uma direção de centro/periferia, como para quem o avalia do ponto de vista das regiões periféricas.

Assim é que nós outros, que nos preocupamos com os problemas dessas regiões, não podemos deixar de considerar o contexto mais amplo dos graves problemas nacionais que nos afligem no momento, tais como a estagnação econômica, a crise fiscal, a renegociação da dívida externa e assim por diante.

A busca de soluções para os nossos problemas tem de ser feita de forma participativa, mobilizando o esforço e a inteligência do melhor que possuímos em termos de lideranças políticas, empresariais e intelectuais.

Este é o sentido dessa audiência pública: discutir com profundidade os problemas e potencialidades do Centro-Oeste; avaliar as políticas ou a ausência de políticas voltadas para o seu desenvolvimento; identificar meios e processos para intensificar o crescimento econômico e social da região.

Nesse particular, apraz-nos registrar que o desempenho econômico da região, nos últimos anos, tem sido dos mais favoráveis.

Beneficiando-se do processo de expansão da fronteira agrícola do País e aproveitando a prosperidade na Região Sudeste, a par de um intenso processo migratório para a região e de significativos investimentos financiados com recursos públicos e incentivos fiscais, o Centro-Oeste tem apresentado nas décadas mais recentes uma taxa de crescimento da ordem de 10%.

Em consequência, a sua participação na renda interna do País cresceu de 3.7, em 1957, para 4.3, em 1965; 5.2, em 1980 e 6.3, em 1985. Como, nesse último, ano a população do Centro-Oeste correspondia a 6.1 da população brasileira, isso significa que a renda per capita da região se situa um pouco acima da média nacional.

Abrangendo um quarto do território nacional, o Centro-Oeste já desempenha hoje uma função estratégica na economia brasileira, como celeiro para a produção de alimentos, correspondendo a 20% da nossa produção de grãos — principalmente arroz, milho e soja — e suportando um rebanho bovino de 40 milhões de cabeças, cerca de um terço do rebanho nacional.

A despeito disso a região ainda se recente de importantes carências de investimentos e infra-estrutura econômica e social. Ela precisa diversificar a sua atividade econômica — caracterizada por insuficiente industrialização e sensível dependência de fatores dinâmicos, localizados fora da região — para consolidar o processo de desenvolvimento regional, internalizando os seus benefícios, reduzindo e atribuindo-lhe condições de implementar uma estratégia que deve contemplar as seguintes linhas prioritárias de ação:

1 — O desenvolvimento tecnológico, ampliando os avanços já obtidos no aproveitamento racional e eficiente das vastas extensões de cerrado, que cobre a maioria do território regional;

2) Desenvolvimento industrial, particularmente agroindustrial, com a diversificação da estrutura produtiva e maior agregação de valor aos produtos agrícolas e matérias-primas exportadas pela região;

3) Complementação da infra-estrutura especialmente do setor de transportes e energia, de modo a reduzir os custos de produção e resguardar a capacidade competitiva da economia regional;

4) Abertura de mercados externos e integração continental, valendo-se da proximidade com o Paraguai, com a Bolívia e do acesso mais fácil aos demais países da América do Sul.

Nesse sentido, a consolidação do MERCOSUL e a implantação da Zona de Processamento de Exportação de Cáceres e de Corumbá têm uma importância especial para o Centro-Oeste:

5) Desenvolvimento institucional e planejamento regional, com vistas a dotar a região de um instrumental adequado para promover e coordenar as ações e promoção do seu desenvolvimento.

Com a extinção da SUDECO e do Ministério do Interior, substituído agora pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a região perdeu seu principal fórum para discussão de projetos regionais, ficou sem um interlocutor direto a nível de Governo Federal. Agora, retomamos esse contato uma vez que já existe, é instalado o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Todo esse conjunto de instrumentos deve ser submetido a profundas reformas quando da revisão constitucional prevista para o próximo ano. E a região precisa estar preparada para atuar de forma coordenada e com base em proposta coerentes para salvaguardar e fortalecer as conquistas regionais. Para tanto, impõe-se o esforço concertado nos meios estaduais em articulação com os recém-criados Secretaria do Planejamento da Presidência da República e Ministério da Integração Regional para aliviar as experiências do passado, como as dos programas de integração dos incentivos fiscais e do Pólo Nordeste, Pólo Noroeste e aproveitar o rico acervo de pesquisas realizadas pelas universidades, pela EMBRAPA e por projetos especiais de estudo e desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai e projeto de desenvolvimento integrado da bacia do Araguaí-Tocantins, com vistas a formular uma estratégia regional que seja compatível com o projeto nacional de desenvolvimento.

Meus senhores, essa é uma agenda de trabalho pesada e ambiciosa, mas também necessária e urgente. Vimos, hoje, no Brasil uma profunda crise que se desdobra em muitas dimensões: econômica, política, social e, infelizmente, até moral.

Precisamos retomar o desenvolvimento e tentar recuperar o tempo perdido nos últimos dez anos de estagnação e retrocesso. Para tanto desenvolvimento, temos de resolver o problema da dívida externa e restabelecer o ambicioso programa de investimentos produtivos, tanto nacional como estrangeiro.

Para recompor esse ambiente precisamos conter a inflação. Para contê-la, urge fazer o ajuste fiscal. Este, por sua vez, implica em um pacto social ou em um acordo político de alto nível.

Estamos, assim, estrangulados por um círculo vicioso de crise que se sobrepõe e se reforça mutuamente. Já não temos mais tempo para buscar soluções convencionais que nos permitam romper esse círculo vicioso. Precisamos de soluções criativas que viabilizem a retomada do desenvolvimento ou controle da situação. Isto não é fácil de se conseguir, mas poderá ser alcançado com inteligência e trabalho. A resposta a esse desafio, esperamos encontrá-la em parte, aqui, no Centro-Oeste. Graças ao esforço dos seus governantes e empresários, essa região já demonstrou que com um pouco de incentivo

governamental, é capaz de gerar grandes excedentes de produção para abastecer mercados nacionais e externos, ampliando a renda e criando emprego a despeito de todas as dificuldades e vicissitudes que têm afligido a nossa economia.

O Nó Górdio do dilema brasileiro tem de começar a ser cortado no Centro-Oeste e os efeitos positivos desta ação, certamente, se irradiarão por todo o território nacional. Com esse desafio, queremos conchamar a todos a inicial discussão da ambiciosa agenda de trabalho que propusemos há pouco.

Temos uma longa jornada a percorrer, mas toda longa jornada se inicia com um primeiro passo. Essa audiência é um primeiro passo na busca de novos caminhos que nos permitam alcançar o desenvolvimento que o País deseja e o nosso povo merece.

A grande presença de Srs. Senadores e Deputados Federais revela o interesse do Congresso Nacional em conhecer de perto a realidade da região e poder trabalhar para mudar essa realidade, tornando-a melhor e dando-lhe melhores condições de concorrer para o desenvolvimento do País como um todo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR — Convidamos agora para usar da palavra, S. Ex^a, o Governador do Estado do Mato Grosso, Jaime Campos.

O SR. JAIME CAMPOS — Nossa geração enfrenta a maior crise social e econômica da história do nosso País. A conta dos erros do passado foi apresentada com juros e correção monetária. Sobre os nossos ombros não pesa mais a simples administração de negócios públicos, mas, sim, a responsabilidade pelo ordenamento das instituições governamentais e a regeneração do tecido social brasileiro quase em decomposição.

Sei disso, Sr. Senador da República do Estado do Ceará, Beni Veras; Exm^o Senador Wilson Barbosa Martins, digníssimo Senador pelo Estado do Mato Grosso do Sul; Exm^o Sr. Lavoisier Maia Sobrinho, digníssimo Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte; Exm^o Sr. Rachid Saldanha Derzi, digníssimo Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul; Exm^o Sr. Onofre Quinan, digníssimo Senador da República pelo Estado de Goiás; Exm^o Sr. Senador da República Júlio José de Campos pelo Estado do Mato Grosso; Exm^{os} Srs. Senadores da República pelo Estado de Mato Grosso, Lourenberg Nunes Rocha e Márcio Lacerda; Exm^o Sr. Senador do Estado do Amapá, Jonas Pinheiro; Srs. Deputados Federais Joaquim Sucena, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes; Srs. Deputados Estaduais Humberto Co-saipo, Líder do nosso Governo na Assembléia Legislativa, e Amador Tut; Srs. Secretários de Estado; Srs. empresários e demais autoridades civis e militares aqui presentes; meus senhores; minhas senhoras; amigos da imprensa:

Precisamos redescobrir o Brasil, reinventar nossa economia, restabelecer os padrões éticos e morais da nossa sociedade. Mais do que promover estudos para corrigir os desequilíbrios inter-regionais, devemos estruturar mecanismos políticos que combatam a desigualdade social. O Brasil não suporta mais a miséria. Fracassamos como modelo econômico, frustramos o nosso povo com mentiras oficiais, nunca fomos superpotência, muito menos ingressamos na modernidade apenas com privatização de estatais. Avançados são os países que investem em saúde pública, tecnologia e aprimoramento dos recursos humanos. Modernidade é comida farta e barata para o povo, atraso é malária, fome e corrupção.

Chegamos ao fundo do poço. O aparelho estatal já não consegue mais garantir a integridade dos seus cidadãos. Bandidos humilham a polícia, a Justiça e o Governo oferecendo proteção aos banhistas no Rio. É o caos, meus senhores. É a antevéspera de uma guerra civil entre empobrecidos assustados e miseráveis enlouquecidos. O Estado é legalmente senil e mecanicamente débil, assiste a tudo impassível e impotente. O Brasil se moderniza economicamente ou se degenera socialmente.

Portanto, meus senhores e minhas senhoras, precisamos promover o reequilíbrio entre as regiões brasileiras. O Brasil é um País forte, construído por nós ora fracos ora autoritários. Aqui o Poder Público instrumentalizou-se como forma de poder truculento e intimista, mas negou-se ao público nos compromissos avançados de ordem social. Mas o Brasil é grande e forte e encontra soluções na sua própria grandeza. O Governo precisa compreender a sua capacidade de administrar o País. Eliminar a inflação não significa impor restrição ao crescimento econômico, assim como controlar o déficit público não implica necessariamente no holocausto dos investimentos e infra-estrutura.

Planejamento, meus senhores e minhas senhoras, é a palavra-chave para os nossos problemas. Planejamento sério, consentido pela sociedade e respeitado pelos tecnocratas. Nossos planos não conseguem resistir nem ao aumento do consumo da cerveja no verão, quanto menos às exigências dos nossos credores internacionais. Antes de tudo, precisamos eliminar o sistema tributário cartorial e corporativista, vencer uma operação de investimentos públicos viciada e caduca que contempla amigos e correligionários em detrimento da produção e da moralidade.

O Brasil necessita de obras para poder preparar-se a fim de receber investidores; precisa gerar construções para promover o capital e gerar empregos. Só vamos crescer quando os aplicadores internos e externos constatarem a modernização e o investimento na infra-estrutura do País. O dinheiro público, meus senhores, tem que ser gasto em estradas, em usinas e em tecnologia de ponta. O Brasil precisa absorver mão-de-obra, criar empregos, porque não existe fator mais eficiente de redistribuição de renda do que a geração de empregos. O investimento em obras de infra-estrutura é vital para a recuperação da economia nacional. Se o Governo se sente inoperante e incapaz, que colabore promovendo a desregulamentação das atividades e serviços e permita que a iniciativa privada construa e explore comercialmente setores, como o de transportes e o da energia.

Mato Grosso, por exemplo, meus senhores, se apresenta como segundo produtor nacional de soja e de arroz. Tem potencial para em menos de uma década se transformar no maior produtor agrícola do País. Mas o seu desenvolvimento está sendo inibido por alguns fatores essenciais: a lentidão dos investimentos em energia e transportes e uma política de crédito agrícola injusta e avarenta.

Por isso, em poucos anos de manuseio da nossa terra, conseguimos o melhor índice de produtividade do planeta para a soja. Nosso arroz também bate recordes de produtividade. Mas quem vai plantar em nosso Estado? Estamos longe dos portos e da indústria. Nosso sistema energético não é confiável e nossas estradas só sobrevivem graças ao sacrifício do Governo Estadual.

Quem perde com isso é o Brasil, que deixa de exportar e gerar divisas para corrigir assim as suas monstruosas desigualdades sociais. A terra é fértil, o clima é propício e as condições

ecológicas necessárias para o plantio estão aqui. Só o Governo Federal não compreendeu isso.

O empresário já compreendeu isso e está investindo. Organismos internacionais, como o Bird, já enxergaram isso, o povo também. O povo sabe disso, meus senhores. Por isso, procura trabalhar, lutar e arrancar da terra um futuro melhor para si próprio e para o País. Mato Grosso, senhoras e senhores, encontrou apoio para as suas teses no desenvolvimento auto-sustentado do Banco Mundial, que está desenvolvendo, junto com o Governo Estadual, o Programa PRODEAGRO — Programa de Desenvolvimento Agroambiental, que prevê a aplicação de 270 milhões de dólares no zoneamento agroecológico da preservação ambiental, no apoio técnico e científico e na produção e nos investimentos em obras de infra-estrutura econômica e social. Assim, como o Governo Estadual, o Bird sabe que a interiorização dos meios de produção é uma solução para a miséria do País. Orgulho-me e, ao mesmo tempo lastimo, em dizer que Mato Grosso tem mais crédito que o Brasil em organismos como o Bird.

O exemplo dos Srs. Congressistas em discutir tema tão profundo é um alento, porque acreditamos que o Parlamento, enfim, se reencontrou com a realidade e com os anseios do povo.

Que seus estudos, Srs. Senadores e demais componentes deste encontro, sejam proveitosos e levados a sério pelo Governo Federal.

Muito obrigado, em nome do povo de Mato Grosso. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR — Registramos, com satisfação, a presença do ilustre Deputado Federal Firmo de Castro e do Deputado Estadual Amador Tut.

E agora, senhoras e senhores, desfaz-se a Mesa principal e, daqui a 5 minutos, daremos início à palestra do Dr. Antônio Eugênio Belluca, Secretário de Planejamento de Mato Grosso.

(Suspensa às 14 hs min. a reunião é reaberta às 15 hs min.)

O SR. APRESENTADOR — Senhoras e senhores, vamos dar reinício aos trabalhos desta manhã.

Convidamos os Srs. Senadores para tomarem assento nos seus devidos lugares na mesa principal.

Vamos dar início ao bloco de palestras dos Secretários Estaduais, cujo tema é: "Ação dos Estados e desenvolvimento da Região Centro-Oeste".

Convidamos, para a primeira palestra, o Sr. Antônio Eugênio Belluca, Secretário de Estado e Planejamento e Coordenação-Geral de Mato Grosso.

Convidamos o Sr. Aldayr Herbele, Secretário de Estado de Turismo, Indústria e Comércio do Mato Grosso do Sul.

Convidamos a Sr^a Sônia Maria Costa Pierobon, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional de Goiás. (Pausa.)

Tem a palavra o Sr. Antônio Belluca.

O SR. ANTÔNIO EUGÊNIO BELLUCA — Exm^o Sr. Júlio José de Campos, DD. Senador da República do Estado de Mato Grosso; Exm^o Senador José Márcio Lacerda, DD. Senador da República do Estado de Mato Grosso; Exm^o Wilson Barbosa Martins, Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul; Exm^o Senador Lavoisier Maia Sobrinho, DD. Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte; Exm^o Sr. Rachid Saldanha Derzi, DD. Senador da

República pelo Estado de Mato Grosso do Sul; Exm^o Sr. Onofre Quinan, DD. Senador da República pelo Estado de Goiás; Digníssimos Srs. Deputados Federais Jonas Pinheiro, Joaquim Sucena, Rodrigues Palma, Wellington Fagundes, Deputados Estaduais aqui presentes; Ex^a Sr^a Sônia Maria Costa Pierobon, DD. Chefe de Gabinete do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso; Exm^o Sr. Aldair Herbele, DD. Secretário de Estado de Turismo, Indústria e Comércio do Estado de Mato Grosso do Sul; demais autoridades aqui presentes; empresários; amigos da imprensa; senhoras; senhores e srs. Palestrantes:

Muito me honra o convite desta ilustre Comissão, para aqui discutir a questão dos desequilíbrios regionais. A realização deste evento mostra-se particularmente relevante quando se considera os enormes contrastes sócio-econômicos existentes em nossa sociedade, dentre os quais destacam-se as disparidades interregionais de renda, emprego, consumo e bem-estar social.

Com efeito, apesar da tímida desconcentração da produção observada no País a partir da década de 70 e da conseqüente queda de participação das regiões mais industrializadas do PIB nacional, no tocante à concentração de renda constatou-se que o Sudeste, com 43.6 da população total, deteve, em 1990, cerca de 61% do Produto Interno Bruto brasileiro, ao passo que o Nordeste, com 28.5% da população, participou com apenas 13.2% do PIB. O Centro-Oeste, com 6.3% da população, respondeu por 5.6% da renda; e o Norte, com 5.9% da população, respondeu por 5.6% da renda; e o Norte, com 5.9% da população, somou apenas 3.5% da renda nacional. Com relação às disparidades do padrão de consumo e bem-estar social, foi constatado em 1988 que 51.2% dos domicílios nordestinos situavam-se abaixo do nível de pobreza. No Centro-Oeste, esse índice foi de 24.7%; no Sul, 20.6% e, no Sudeste, 14.8%. A estas disparidades somam-se, ainda, desigualdades regionais, envolvendo taxas de mortalidade infantil, incidência de doenças infecto-contagiosas, infra-estrutura hospitalar, habitacional e de saneamento, expectativa de vida, analfabetismo e qualificação educacional.

Essas constatações retratam a amplitude dos desequilíbrios presentes em nossa sociedade e sinalizam a urgente necessidade de repará-los. É também de grande importância caracterizar o problema do desequilíbrio regional nos moldes como vem ocorrendo em nossa região.

No Centro-Oeste, não obstante o acelerado processo de crescimento econômico ocorrido nos últimos 20 anos, ainda persistem problemas de concentração de renda e disparidades nos níveis de consumo e bem-estar social. O caso mais expressivo é do Estado de Mato Grosso, que, apesar de participar com 56% do território e 21.4% da população da região, deteve em 1990 apenas 10.8% do Produto Interno Bruto regional.

A dinâmica de crescimento do Centro-Oeste vem favorecendo a concentração da renda nos Estados mais próximos da Região Sudeste, agravando a situação das áreas mais longínquas. Por outro lado, há que se considerar a delicada situação de nossa economia, que calcada no setor primário exportador, na agroindustrialização, não apresenta diversificação suficiente para alcançar per si sustentabilidade econômica e mostra elevada dependência de investimentos governamentais para viabilizar o desenvolvimento de sua estrutura produtiva, sobretudo na implantação de infra-estrutura econômica e no financiamento da produção, tornando-se bastante susceptível aos impactos negativos de ajuste monetário, fiscal e tarifário de âmbito nacional.

Nesse contexto, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, o Programa Nacional de Estabilização e a política neoliberal de redução do apoio do Governo às atividades produtivas agravam sobremaneira o quadro de dificuldades que ora enfrentamos e inviabilizam a consecução de investimentos que nos parecem urgentes para combater as desigualdades e dar continuidade ao desenvolvimento da região.

Concomitante a estes problemas, somos obrigados a encarar as mudanças que vêm ocorrendo no cenário mundial: a competição internacional em bases tecnológicas, a adoção de novos métodos de gestão empresarial e a formação de novos blocos econômicos eliminaram as vantagens comparativas, baseadas no uso de matéria-prima e mão-de-obra abundantes e baratas.

O novo paradigma econômico internacional, tendo por base a transnacionalização dos mercados, a modernização da infra-estrutura tecnológica e o desenvolvimento de recursos humanos exige maior articulação institucional entre o Estado, a iniciativa privada e o setor de ciência e tecnologia na busca de competitividade e torna prioritária a qualificação de nossos recursos humanos nos níveis das sociedades desenvolvidas modernas.

Nesse sentido, o Governo brasileiro não pode se furtar do encargo de promover a reestruturação competitiva do setor produtivo nacional e o desenvolvimento sócio-educacional de seu povo. É indispensável o apoio do Governo Federal na ampliação e modernização da infra-estrutura sócio-econômica de nossa região, a fim de viabilizar sua participação no mercado interno e externo e promover principalmente a descentralização e interiorização do desenvolvimento nacional. Caso contrário, mantida a atual tendência, estimular-se-á a modernização do Sul e Sudeste em detrimento do Norte-Nordeste e Centro-Oeste, agravando ainda mais o problema do desequilíbrio regional.

Assim, diante dos desafios gerados pela atual conjuntura interna e externa, ressaltamos a necessidade de se estabelecer uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, capaz de integrar o País aos novos métodos de produção vigentes na economia internacional e de promover a correção da desigualdade regional. Em nosso entender, tal estratégia de desenvolvimento deve estar voltada para a implementação de alguns dos seguintes objetivos básicos:

- 1 — Reestruturação competitiva do setor produtivo nacional e modernização da infra-estrutura econômica;
- 2 — Desenvolvimento sócio-educacional de nossos recursos humanos;
- 3 — Progresso científico e tecnológico;
- 4 — Articulação e cooperação institucional entre os Governos Federal e Estaduais, visando compatibilizar políticas de âmbito nacional com necessidade específicas de cada região.

Para tanto, torna-se imprescindível promover algumas ações:

- 1 — Redefinir o papel dos Estados e do Governo Federal na correção do desequilíbrio regional;
- 2 — Aparelhar os Estados de forma adequada em termos na correção do desequilíbrio regional;
- 3 — Formular um programa integrado de estabilização e reformas econômicas e institucionais que respeite as especificidades de cada região;

4 — Promover a regionalização do Orçamento, assegurando antecipadamente fontes de recursos com a finalidade precípua de minimizar as desigualdades regionais.

Nessa nova estratégia de desenvolvimento nacional cabe destacar as ações e investimentos considerados estratégicos para dar continuidade ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Mato Grosso, o qual, no nosso entender, apresenta carências similares à da Região Centro-Oeste.

Nossa prioridade é eliminar os pontos de estrangulamento dos setores de energia e transportes, promover a intensificação de investimentos do setor industrial, principalmente na agroindústria, e incrementar a produção e produtividade dos setores primário e secundário, via processo de modernização, com utilização intensiva de capital e incorporação de tecnologias modernas e qualificação de recursos humanos.

Assim, para o setor de transportes foi definido como prioridade a construção da hidrovía Paraguai-Paraná, da hidrovía para a economia estadual, na medida em que promovem a consolidação de corredores de transportes intermodais, reduzindo os custos de transporte que possibilitam dotar Mato Grosso de competitividade a nível de mercado interno/externo.

A nova economia internacional, calcada na transnacionalização dos mercados e na integração regional, com formação de blocos comerciais, reforça a importância desses investimentos, uma vez que promovem a integração nacional e sul-americana.

Cabe esclarecer, para destacar a amplitude inter-regional desses projetos, que a hidrovía Paraguai-Paraná abrange Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, países integrantes do Mercosul. A hidrovía Araguaia-Tocantins envolve Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará e a ferrovia Leste-Oeste engloba Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Há que se considerar, ainda, na estratégia de desenvolvimento econômico do Estado, os investimentos e ações prioritárias para o setor de energia elétrica.

Projetos como o de construção de mini, pequenas e médias usinas hidrelétricas, implementados pelo setor público e iniciativa privada possibilitarão, nos próximos dez anos, um acréscimo de 1412 megawatts na geração de energia elétrica do Estado.

Outro projeto prioritário é o da implantação e reforço das linhas de transmissão, que ampliará em mil quilômetros a rede de distribuição da companhia estatal, beneficiando sobremaneira o norte e o leste mato-grossense.

A execução desses investimentos irá viabilizar a expansão e diversificação de nossa estrutura produtiva, particularmente no setor agroindustrial, permitindo ao Estado superar a condição de primário exportador. No tocante aos aspectos sociais, foi definido como prioridade a implementação de programas e projetos que contemplem a qualificação de nossos recursos humanos e a melhoria das condições de vida do setor urbano e rural, notadamente os que atingem pequenos produtores e populações de baixa renda e efetuem implemento no montante da produção e renda desses segmentos. Assim, projetos como o Prodeagro, Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso, que envolve o montante da ordem de 273 milhões de dólares e preconizações em 80 dos 117 municípios do Estado, já se encontram em fase de implantação.

O Prodeagro beneficiará 34 mil e 900 famílias de pequenos produtores em questões fundiárias; atenderá com ações de saúde 90 mil famílias na área rural; criará 6 mil e 500 novas vagas para a educação rural; efetuará financiamento para 24 mil pequenos produtores, com crédito rural alternativo; promoverá melhoramentos no abastecimento de água potável para 10 mil famílias; beneficiará 3 mil, 654 estabelecimentos de pequenos produtores com eletrificação rural e viabilizará o escoamento da produção de 40 mil famílias de pequenos produtores com melhorias no setor e no sistema de transportes.

Na linha de qualificação de recursos humanos, ficou definido como prioridade a implantação do Programa Mato-Grossense de Qualidade e Produtividade, que se encontra em fase de elaboração e visa integrar os setores público e privado do Estado aos novos métodos de gestão empresarial, objetivando dotá-los de maior competitividade.

Finalmente, com relação às questões ambientais, cabe destacar que constitui premissa de nosso Governo promover o desenvolvimento sócio-econômico compatível com a preservação e conservação do meio ambiente. Para tanto, está sendo implementado com recursos do mesmo programa, Prodeagro, o ordenamento territorial do Estado, através do levantamento e zoneamento dos meios físicos, bióticos e sócio-econômicos de Mato Grosso.

Outro investimento de relevância para a ecologia é o Projeto Pantanal, vinculado ao Programa Nacional de Meio Ambiente, envolvendo recursos da ordem de 20 milhões de dólares, sendo 12 milhões para o Estado de Mato Grosso e 8 milhões para o Mato Grosso do Sul. Tal projeto estabelece ações ligadas à conservação do meio ambiente e proteção de ecossistemas, notadamente o da Bacia do Alto Paraguai. Esse conjunto de ações, investimentos e projetos retratam as prioridades básicas definidas na estratégia de desenvolvimento sócio-econômico de nosso Governo, que, acreditamos, vêm ao encontro de algumas das necessidades do Centro-Oeste, na medida em que abrangerão diversos Estados de nossa região.

Estamos conscientes da amplitude dos desafios que ora enfrentamos; conhecemos a gravidade da crise conjuntural que nosso País atravessa, porém, conhecemos também o potencial de nossa região e a nossa força de trabalho. Estou certo da enorme contribuição que o Centro-Oeste pode efetuar no processo de modernização da economia nacional. Para tanto, necessitamos romper os estrangulamentos existentes em nossa infra-estrutura sócio-econômica, promover a reestruturação competitiva de nosso setor produtivo e implementar a qualificação de nossos recursos humanos para a gerência e execução das tarefas que nos aguardam.

Temos a convicção de que os trabalhos desta ilustre Comissão trarão importante contribuição ao País, na medida em que irão consolidar o consenso nacional em torno das questões fundamentais que aqui tratamos, estruturando as bases de um processo de desenvolvimento nacional marcado pela eficiência econômica e pela justiça social.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Convido o Dr. Nilson Holanda, Secretário-Executivo da reunião, para participar da Mesa.

Tem a palavra o Dr. Aldayr Heberle, Secretário de Estado de Turismo, Indústria e Comércio de Mato Grosso do Sul.

O SR. ALDAYR HEBERLE — Exmº Senador Beni Veras, Presidente da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, demais componentes da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Secretários de Estado, Srs. Líderes empresariais, Senhoras e Senhores:

É uma honra muito grande, um privilégio muito grande, participar desta Comissão e dizer algo sobre o que estamos fazendo no Mato Grosso do Sul dentro do tema Ação dos Estados no Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Trouxemos um trabalho que coincide com a análise feita pelo Senador Beni Veras na abertura deste Seminário e também, em muitos pontos, com os temas abordados pelo Secretário Antônio Eugênio Belluça na sua exposição. Até parece que havíamos combinado antes de fazer uma análise em conjunto, cada um dizendo, basicamente, a mesma coisa em outras palavras. Isso é uma prova concludente de que conhecemos bem os problemas que afligem o Centro-Oeste.

No Mato Grosso do Sul, entrando especificamente no tema Ação dos Estados no Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o Governo Pedro Pedrossian criou vários programas com vistas, especialmente, ao desenvolvimento agroindustrial e turístico.

Passo rapidamente a enunciar os mais importantes.

Na parte de agricultura, criamos dois programas: Um chamado fronteiras do Futuro, por meio do qual incentivamos a abertura de novas áreas para o aumento da produção de grãos, especialmente áreas novas, cujas terras ainda não foram utilizadas ou terras já cansadas em virtude da feitura de pastagens durante muitos anos, que poderão ser recuperadas pelo plantio de grãos.

Esse programa, que terá a duração de seis anos, a partir do próximo plantio, prevê a isenção de 80% do ICM sobre toda a produção de grãos nessas áreas. Abrange: soja, milho, trigo, arroz, feijão, algodão e bicho-da-seda. A todos esses produtos dessas áreas novas, nós daremos 80% de desconto no ICM durante seis safras seguidas.

Esperamos, mediante essa concessão, aumentar a área de plantio em nosso Estado, que, ao contrário do Mato Grosso, tem permanecido estagnada, sendo que alguns produtos tiveram até redução de área. Estávamos expandindo muito a criação de gado e reduzindo a produção de grãos.

O segundo programa chama-se Terra Viva, mediante o qual damos 100% de isenção do ICM para o aumento da produtividade. Em outras palavras, temos a média da produção das microrregiões, e qualquer produtor que investir na terra, investir em sementes, investir em fertilizantes e aumentar a sua produtividade, sobre esse aumento de produtividade, não pagará ICM durante seis safras, a partir da próxima. Também objetivamos, com isso, sair de uma média de produção muito baixa em alguns produtos, o que provoca grandes desequilíbrios, grandes desigualdades entre as regiões. Quanto a alguns produtos, temos o privilégio de chegar perto da produtividade que alcançou o Mato Grosso nas suas melhores regiões; mas em relação a outras, nossa produtividade é sofrível, porque as terras já estão mais cansadas, estão exauridas. Objetivamos ajudar o agricultor, para que ele invista na sua terra e colha mais. Sobre o aumento da produtividade, ele não pagará ICM durante seis anos.

Na área da pecuária, criamos o programa chamado Novilho Precoce, mediante o qual reduzimos o ICM a 50% para todo o pecuarista que, como o nosso querido pecuarista Senador Rachid Saldanha Derzi, que tem um dos melhores plantéis

de Nelore do Brasil, no Sul de Mato Grosso do Sul, produzir novilho precoce com até trinta meses e oferecer uma qualidade especial. O objetivo é dobrarmos a produção de gado em curto espaço de tempo: em vez de um boi ficar quatro, cinco anos no pasto, queremos reduzir esse tempo a dois anos e meio e fazer com que, por meio da redução de impostos, o pecuarista invista mais em qualidade e produtividade de seu rebanho bovino. Na parte industrial, criamos a Lei nº 1.239, que substitui a nº 701, que estava em vigor nos quatro anos anteriores, e através deste programa o Estado devolve 67% do ICM, agregado à produção industrial por 5 anos. Com isso, objetivamos também atrair novas indústrias. Esse benefício fiscal vale para novas indústrias, de qualquer setor de atividade, e para aquelas também que incrementarem a sua produção. Se a fábrica é pequena ou média, contabilizamos o quanto ela produz e o seu aumento de produção é passível de ser incentivado por 67% e ter devolução de ICM por 5 anos.

Na área de energia, estamos brigando pelo nosso gasoduto — todos sabem da batalha que travamos com a burocracia de Brasília, onde havia interesses para que esse gasoduto saísse da Bolívia, entrasse pelo Paraguai e terminasse no Paraná — e conseguimos, finalmente, com o auxílio da nossa Bancada no Congresso, que prestou um valor inestimável neste sentido, e fizesse com que o gasoduto seguisse a lógica: entrasse por Corumbá, passasse por Campo Grande indo até São Paulo por Três Lagoas, possibilitando ainda uma ramificação de Corumbá para Cáceres, viabilizando futuramente a construção de termoeletricas, que estão projetadas para Corumbá e Campo Grande, e cuja energia também, futuramente, poderá ser levada até Cáceres, se o Governo do Mato Grosso achar por bem entrar nessa briga, na qual nós estamos.

Então, o gasoduto e as termoeletricas para Mato Grosso do Sul são fundamentais; estamos empenhados nessa batalha de corpo e alma, porque somos totalmente dependentes de energia ou de São Paulo ou de Itaipu e queremos ter mais uma fonte de energia que independa de chuvas, de enchentes, de secas, que é o gasoduto boliviano.

Estamos empenhados também na retificação do rio Paraguai, para transformá-lo navegável para navios de maior calado. Mato Grosso do Sul tem todo interesse nisso, porque temos jazidas de minério de ferro e de manganês, matérias-primas de valor muito barato nos mercados mundiais e que serão mais viáveis e permitirão uma utilização melhor se navios de maior capacidade puderem chegar até Corumbá. Obviamente que, para tornar os fretes mais baratos, temos que agregar outros produtos à navegação, não só minério de ferro e manganês, mas temos que somar a esse transporte a soja do Mato Grosso.

Eu me permito dizer-lhes que já fui considerado doutor em soja, neste País. Sou pioneiro em plantação de soja no Brasil, como em muitas outras atividades comerciais. Digo a todos os senhores, com muita satisfação, que fui a primeira pessoa que plantou soja em Mato Grosso, em Rondonópolis, no ano de 1974. Foi um fracasso, até encontrarmos as variedades certas. Iniciei minha plantação de soja na Fazenda Gravataí — assim se chamava, depois virou Oliveira. Está lá para comprovar, os meus vizinhos de Rondonópolis sabem que somos pioneiros no plantio de soja.

Mas, obviamente, como uma pessoa especializada nesse produto, posso afirmar, com toda segurança, que a soja do Mato Grosso é fundamentalmente dependente da viabilidade

de transporte pelo rio Paraguai. É fundamental, porque mesmo com a Ferrovia Leste-Oeste pronta, mesmo com uma ferrovia moderna, ainda teremos um transporte muito mais caro do que aquele viabilizado pelo rio Paraguai.

Então, eu diria aos nossos irmãos do Mato Grosso que é fundamental a reestruturação pelo movimento de construção de rodovias de acesso a Cáceres, se possível pela iniciativa privada, pela construção de portos e pela viabilização do rio Paraguai de Cáceres a Corumbá. Isso é fundamental para o desenvolvimento agrícola dessa região.

(Falhas na gravação)

...estão demonstrando que o produtor lá, a esses preços baixos que estão vigentes no mercado internacional e que vigorarão possivelmente nos próximos anos, ganha dinheiro e, aqui, com os nossos custos de transporte e com os impostos existentes sobre a matéria-prima para produzir soja, como fertilizantes, herbicidas e inseticidas, isso somado aos fretes que o produto tem que pagar, somos inviáveis a longo prazo na produção de soja; somos inviáveis, a não ser que encontremos soluções de transportes mais baratos, entre os quais está a ferrovia; a construção de um terminal que vai de Cubatão ao Porto de São Sebastião — temos que desviar do Porto de Santos e, fundamentalmente, do rio Paraguai. Digam os ecologistas o que disserem, não podemos proteger peixes e pássaros em detrimento da fome da nossa gente.

A retificação do rio Paraguai, a sua navegabilidade é fundamental para nós, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; sem isso não teremos condições de sobreviver e de competir no mercado internacional com os Estados Unidos e com a Argentina. Precisamos de poucos dólares para tornar o rio Paraguai — que é o maior rio navegável do mundo — em condições de navegabilidade em curto espaço de tempo, sem eclusas, inteiramente à nossa disposição.

Necessitamos também do rio Paraná, que é outro rio que passa pelo nosso Estado e que podemos tornar navegável desde Itaipu, desde Guaíra até praticamente Pederneiras, na entrada de São Paulo — para isto faltam terminar as eclusas de Juquiá; tudo está pronto faltando apenas a mecanização daquela eclusa que pode ser feita com poucos cruzeiros, mas há anos aquilo está parado, sem jeito de terminar.

Com o Porto Primavera, que está em construção, teremos navegabilidade desde o sul do Estado até Pederneiras, em São Paulo, para transportar a nossa produção para o centro consumidor de São Paulo e Rio, a fretes baratos. (Inaudível.)

Outro ponto importante — e dirijo-me especialmente aos nossos Senadores da República — é a privatização dos portos brasileiros. Estados agrícolas como os nossos, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul não podem mais competir no mundo pagando custos portuários que vão desde US\$10 a US\$18 por tonelada, contra US\$2,50 na Argentina; contra US\$1,75 nos Estados Unidos. Só poderemos resolver isto com a privatização dos portos.

No meu tempo de exportador de soja, dizia-se que uma carteira de estivador no Porto de Santos vale mais que uma carteira de Senador da República, porque para se ser Senador precisa-se trabalhar muito, entrar em campanha, gastar muito dinheiro e ter um mandato de 8 anos; e a carteira de estivador é vitalícia, é hereditária e ele ganha mais do que um Senador da República.

Gostaria de deixar esses paralelos traçados para saber como teremos de nos empenhar, todos, para derrubar uma classe que está há 50 anos no poder, nos portos brasileiros.

O MERCOSUL é um outro tema muito importante, mas especialmente para o empresariado dos nossos Estados, vejo a necessidade de o Governo Federal também dar um apoio maior. Não temos a tradição comercial, industrial que tem São Paulo, que tem o Paraná, que tem Santa Catarina, que tem o Rio Grande do Sul. Vejo o nosso empresariado ainda muito tímido; precisa ser um pouco mais empurrado e, obviamente, dentro disso o Governo Federal pode dar uma contribuição muito boa.

Estamos implantando um programa de qualidade e produtividade; estamos incentivando a criação de câmaras de comércio internacional; teremos muito em breve o nosso BRDI — Banco Regional de Desenvolvimento e Integração, pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao qual também aderimos para ter o nosso banco.

Na área de turismo, estamos em vias de ter um trem para o Pantanal, de Campo Grande a Corumbá, e outro de Campo Grande a Ponta Porã, para podermos visitar a fazenda do Senador Saldanha Derzi; vai ser uma coisa muito boa. (Palmas.)

Então, meus senhores, minhas senhoras, basicamente, é essa a mensagem e as reivindicações que entendemos serem justas ao Centro-Oeste, pois desejamos que nossos representantes, que tanto têm trabalhado no Congresso Nacional em nosso favor, levem-nas às autoridades maiores para podermos realmente reduzir as desigualdades que existem nos Estados do Centro-Oeste em relação aos favorecimentos do Nordeste, que tem trabalhado também com muita competência, e o grande gigante do nosso lado que é São Paulo. Fora o Paraná, Santa Catarina, os gaúchos estão emigrando para cá, pois estão achando que a coisa é melhor como fiz. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Obrigado, Dr. Aldayr Heberle. A propósito, para o senhor ter uma idéia de como o Nordeste é privilegiado, temos 28% da população nacional, e apenas 11% da receita tributária é aplicado na região. Como disse o governador do Rio Grande do Sul, ao falar que o Estado sofre de uma crise, o culpado por isso é o Nordeste. Disse a ele: “Olhe, preciso me treinar novamente, pois essa condição de imperialista cearense ainda não adquiri, mas vou lutar para isso”.

Tem a palavra a Dr^a Sônia Maria, representando o Estado de Goiás.

A SRA. SÔNIA MARIA — Exm^o Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais e Estaduais, Secretários, digníssimos componentes da Mesa, meus senhores, minhas senhoras, antes de mais nada, gostaria de parabenizar a colocação do Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso, Dr. Antônio Belluca; depois do que disse e colocou, é muito difícil não ser repetitiva, porque S. S^a conseguiu abranger, a meu ver, tudo que temos discutido a nível de desenvolvimento regional. Vou pegar apenas alguns pontos que têm sido de grande preocupação.

Inicialmente, quando começamos a pensar em estudar desenvolvimento regional, na verdade, estávamos preocupados com os desequilíbrios regionais; preocupados com o tamanho dos desequilíbrios e como romper com eles. E verificamos que esses desequilíbrios são tão estruturais que se originaram no próprio processo de industrialização da economia brasileira. Isso foi altamente concentrador de atividade econômica, obviamente de renda, e não permitiu que grande parte ou a maioria da população brasileira participasse desse processo.

Então, quando se fala desses desequilíbrios e de como rompê-los, isso me preocupa na medida em que percebo, nos fóruns de que tenho participado, que as pessoas estão voltadas mais para a taxa de investimento. E essas taxas que levam ao crescimento econômico provam que, no Brasil ou na região, não tem diminuído o nível de pobreza, não tem aumentado o bem-estar social, porque continuam altamente concentradoras.

Penso que quando falamos de desenvolvimento econômico — e hoje estamos falando aqui — devemos considerar a importância do investimento, mas também enfocar a sua qualidade. Temos que pensar nas altas tecnologias, no setor educacional para produzir mão-de-obra qualificada, realmente necessária às regiões, ao País. Não podemos pensar apenas numa taxa de crescimento ou numa taxa de investimento. Distribuição de renda, sim, é necessário, com urgência! Está aí o que está acontecendo hoje. Como estamos no Brasil hoje? Hoje, não se produz porque não tem consumo; e não tem consumo, porque não tem renda, e assim entramos num ciclo vicioso. Não tenho dúvida alguma que o desenvolvimento está no Centro-Oeste, que no cenário nacional tem a importância de uma fronteira agrícola e pecuária; uma região capaz de responder, em curto prazo, com eficiência aos investimentos aqui colocados. Acho que as possibilidades de crescimento dessa região são imensas. Mas, ao mesmo tempo, temos que nos preocupar — apesar do secretário já haver colocado essa questão — com o modo como está sendo essa produção.

Apesar da importância da produção do Centro-Oeste a nível nacional, sabemos que os rendimentos ainda são muito poucos, que a utilização dos solos férteis ainda é insuficiente. E isso, para mim, é uma das alavancagens para conseguirmos romper com a questão do desequilíbrio regional.

Observo que a economia do Centro-Oeste ainda é uma economia em grande parte exportadora de matérias-primas, importadora de manufaturados, completamente dependente dos estados ou regiões consideradas mais desenvolvidas. Com isso nós precisamos romper e temos como romper.

Essa questão do rompimento... Porque vejamos bem: a partir do momento em que nos colocamos como região altamente exportadora de matéria-prima, temos aqui problemas sérios como, por exemplo, a evasão de receitas, que passamos a não ter; passamos a não melhorar o nível de emprego; a diminuir o nível de renda da região em benefício da concentração cada vez maior das outras regiões. Então, penso que precisamos discutir esse tópico.

A questão do transporte foi colocada aqui. Considero imprescindível um sistema de transporte intermodal, ou seja, rodoviário, ferroviário e hidroviário. Para quê? Para baratear os nossos custos, para melhor escoamento da produção. Primeiro para melhor escoamento da produção, mas isso diminui os custos e torna nossos produtos competitivos em relação às outras regiões. Essa é uma questão fundamental. Então, se nos juntarmos — como foi colocado aqui pelos outros expositores — para dar nosso apoio à produção, a uma produção que tenha um maior nível de produtividade, se tivermos um transporte intermodal nessa região, como está sendo estudado e tem sido proposto, junto com uma infra-estrutura econômica e social que já existe no Centro-Oeste, estaremos dando uma alavancagem a essa economia e dinamizando esse processo.

Creio que a discussão aqui, hoje, é mais uma integração regional — precisamos urgentemente dessa integração — com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social para a região, trazendo um nível de vida melhor à população.

E esta integração, a meu ver, vai trazer um benefício enorme não só à região como também ao País.

Cabe a nós, aqui presente hoje, identificados com os nossos problemas e com as reais possibilidades, aproveitarmos o **quorum** para chegarmos a metas e medidas que possam ser tomadas para conseguirmos a interiorização do desenvolvimento nacional. Uma das propostas que posso trazer aqui é que o Estado de Goiás está disposto a participar, efetivamente, de qualquer medida, de qualquer plano, de qualquer projeto que venha a romper com essa situação atual, e que venha trazer o desenvolvimento sustentado, pois não adianta termos taxas de crescimento oscilantes. Como foi aqui salientado: a população do Centro-Oeste cresceu 6,3% enquanto a renda 5,6%. Até que não existe um hiato muito grande entre população e renda. O problema é a concentração de renda; o problema é o nível social, o nível de bem-estar social da população. Então precisamos, dentro das possibilidades do Centro-Oeste, discutir aqui e levar adiante um processo de desenvolvimento sustentado para trazer maiores benefícios à população.

Agora, não vamos imaginar que, se amanhã a economia nacional der qualquer sinal de um crescimento sem uma estabilização da moeda, não vamos sair de lugar algum. Vamos ficar onde estamos.

Então, é fundamental também a questão nacional. Em nível regional, sabemos que — e é ótimo que estejam aqui vários Senadores, vários Deputados Federais — se não houver uma estabilização da moeda — e isso é uma questão nacional — não iremos conseguir dar nenhum passo à frente. O investimento deve ser qualificado, como já falei, mas para que ele aconteça é necessário ter credibilidade e estabilidade, senão não vamos fazer absolutamente nada.

Então, aproveito a oportunidade para pedir aos Senadores, aos Deputados Federais, a todos, que olhem essa questão da reforma fiscal, hoje colocada. Penso que o primeiro passo é o Governo Federal aumentar a sua receita, combatendo a sonegação.

Antes de mais nada, ele teria de fazer isso, diminuindo os seus gastos, para que, quando for propor a reforma fiscal, toda a sociedade a aceite.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Obrigado à Dr. Sônia Maria.

Aviso que esta reunião está sendo gravada e, ao fim, será apresentado um relatório/resumo pelo Dr. Nilson Holanda.

Agora, passaremos à palestra dos srs. professores universitários.

Em primeiro lugar, ouviremos o Professor Fauzi Catas Filho.

O SR. APRESENTADOR — Sr. Senador, o Professor Fauzi não veio.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Convido, então, para participar da Mesa, o Professor Alfredo Motta Menezes, representante da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e o Dr. Luiz Alberto Gomes de Oliveira, representante da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

O SR. APRESENTADOR — Ele ainda não chegou, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Então, falará em primeiro lugar o Dr. Luiz Alberto Gomes de Oliveira, representante da Universidade Católica de Goiás.

O SR. LUIZ ALBERTO GOMES DE OLIVEIRA — Presidente da Mesa, autoridades presentes, companheiros, senhoras e senhores, é uma satisfação muito grande estar aqui discutindo a questão dos desequilíbrios regionais.

No Brasil, temos visto que esse tema tem despertado interesse em alguns momentos. Tivemos, na História do Brasil esse tema sendo preocupação nas décadas de 50 e 60; depois perdeu importância; no Governo Collor, praticamente deixou de existir e agora estamos vendo a retomada da preocupação com a questão dos desequilíbrios regionais.

Entendemos que a solução dos problemas brasileiros passa também por uma ampla reflexão sobre o próprio processo de desenvolvimento trilhado pelo País nos últimos 50 ou 60 anos.

A questão dos desequilíbrios regionais tem de ser tratada com muita firmeza e determinação, mas é necessário compreender, inclusive, o porquê desses desequilíbrios regionais.

Então, antes de tratar dos problemas específicos e das potencialidades da Região Centro Oeste, acho que deveríamos fazer uma reflexão sobre o porquê de desequilíbrios tão profundos a nível da economia brasileira.

Ainda não vi aqui nenhuma manifestação em relação à questão do dito imperialismo paulista, mas tenho certeza de que alguns que estão aqui devem pensar que essa é a razão principal do desequilíbrio regional que predomina, inclusive da pobreza e do subdesenvolvimento, em algumas partes da Região Centro-Oeste.

Alguns sempre colocaram e ainda continuam colocando que os desequilíbrios regionais do País devem-se ao imperialismo paulista, que explorou e explora as regiões periféricas, que o desenvolvimento de São Paulo e do Sudeste explora as regiões periféricas, ou seja, que o desenvolvimento de São Paulo e do Sudeste do Brasil agravaram os desequilíbrios regionais, impediram e impedem o pleno desenvolvimento das demais regiões.

Será que realmente isso é verdadeiro? Coloco, então, algumas questões para aprofundar esse aspecto: Em primeiro lugar, será que há ou houve transferência de recursos financeiros das regiões ditas periféricas — entre as quais, o Centro-Oeste — para o Sudeste do País e a busca de espulsão, ou utilização especulativa, ou até mesmo de atividade e investimento produtivos?

Infelizmente não temos dados suficientes para afirmar se é verdadeiro ou não, mas considero muito difícil que isso tenha realmente ocorrido de uma forma substancial, para justificar o subdesenvolvimento da periferia e o progresso de São Paulo e do Sudeste do País. Não tenho dados, mas desconfio que essa transferência, se há, não é significativa ao ponto de realmente se falar que essa é a razão de uma diferença tão profunda entre o desenvolvimento do Sudeste e da periferia.

A segunda questão:

“São Paulo teria usufruído, e depois outros estados do Sudeste, de divisas geradas pelas demais regiões do País para pagar suas importações de bens de produção, com o que pôde acelerar e concentrar, cada vez mais, a industrialização do País no Sudeste?”

A análise feita, antes de 1930 até 1970, mostra que isso não aconteceu, que essa alegação não tem fundamentação

científica, muito menos a realidade mostra que isso ocorreu efetivamente.

A terceira questão trata especificamente do chamado imperialismo do Sudeste do País:

“A industrialização concentrada em São Paulo e no Sudeste do País fez-se à sombra de forte protecionismo alfandegário, e por isso a periferia nacional foi obrigada a consumir seus produtos industriais a preços elevados?”

Essa procede. Realmente, a industrialização aconteceu graças, também, ao protecionismo; graças à ação do Estado, criando a infra-estrutura, aos investimentos públicos, até em atividade produtiva, a subsídios e incentivos fiscais, à poupança externa e ao protecionismo à indústria aqui instalada. A indústria realmente se desenvolveu no Sudeste do País. Qualquer país que busque via substituição de importações tem que proteger e, no primeiro momento, o produto nacional é mais caro do que no mercado internacional. Isso é verdadeiro, mas se fosse outra região também aconteceria o mesmo.

Das três possíveis respostas à questão formulada, inicialmente, acredito que a terceira é procedente, mas aconteceria, fosse qual fosse a região que se desenvolvesse ou se industrializasse primeiro.

Quais seriam, na verdade, as raízes, as causas principais, as raízes históricas desse desequilíbrio regional?

Vamos ver, aí, o próprio processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Sabemos que podemos considerar o início do capitalismo no Brasil a partir do final do século passado, por volta de 1880; isso aconteceu em decorrência da indústria do café, da economia cafeeira; o capital cafeeiro, inicialmente no oeste do Estado de São Paulo, não se restringiu apenas à atividade cafeeira, à economia cafeeira. O excedente da economia cafeeira foi canalizado, foi utilizado para outras atividades, como atividades de bancos, investimentos na indústria, no turismo, no comércio e até na modernização da agricultura do oeste de São Paulo e outras regiões do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Então, o capital cafeeiro criou as bases efetivas e ampliou as bases da acumulação capitalista na região mais próspera; mais do que isso, ele assalariou sua mão-de-obra. E o capitalismo só tem condições de se desenvolver com relações assalariadas de produção.

A economia cafeeira criou a base do desenvolvimento capitalista brasileiro, no primeiro momento, e gerou excedentes suficientes para desenvolver várias atividades ligadas à atividade mercantil e industrial.

Assim, a raiz principal, a resposta principal do desequilíbrio está exatamente no processo de desenvolvimento que foi implementado em uma região primeiro do que em outras regiões. Essa é a questão principal.

Com o assalariamento, criou-se, também, mão-de-obra abundante à urbanização, numa região que é indispensável para o florescimento, para o desenvolvimento da própria indústria.

Mas será que somente isso justificaria diferenças tão profundas entre uma região e outra?

Analisando mais especificamente a nossa região, a Região Centro Oeste, fiz alguns apontamentos que poderão servir de subsídio para as reflexões de hoje. Vou-me deter na economia do Centro-Oeste no contexto da economia nacional, dos anos 70, 80 e 90.

Verificamos que o processo de desenvolvimento brasileiro, nesse período, gerou concentração de renda e de riqueza.

za; gerou êxodo rural, urbanização acelerada, marginalização social e também profundos desequilíbrios regionais. Nas últimas décadas, a integração da economia do Centro Oeste à economia nacional se deu fundamentalmente como fronteira agrícola. Nesse período, vimos a subordinação da economia regional à dinâmica da economia capitalista do Sudeste do País. Isso acabou forjando um tipo de economia caracterizada pela produção e exportação de bens primários e, em decorrência da urbanização acelerada verificada no período, pela crescente importância do setor terciário. Diga-se de passagem, apesar do eixo relevante da economia ainda estar na agropecuária, verificamos que o setor terciário é o que mais gera impostos e mais gera empregos na região. Acredito que é também a realidade do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; em Goiás temos muita clareza disso. Mesmo com o processo de urbanização verificado nessa época e a crescente importância do setor terciário, verificamos que realmente isso é verdadeiro. A agropecuária continua sendo o eixo relevante da economia, porque a migração de capital para o setor, vindo de outros setores produtivos, e até de outras regiões do País, continuou; e a terra continua, também, sendo a principal reserva de valor na região. O que estou afirmando é que parte dos excedentes gerados no comércio, nos serviços e até na indústria acabou sendo investida em terra e/ou em gado e, ultimamente, também na modernização da agricultura. Por outro lado, o crescimento da renda rural, verificado nos anos 80, foi acompanhado pelo processo de substituição de culturas, um intenso processo de modernização agrícola, em algumas regiões específicas, e a expulsão de parte da população do campo para as cidades, sem que as cidades estivessem em condições de abrigar esse contingente migratório. Tendo um setor industrial ainda muito incipiente, e voltado basicamente para a transformação de matérias-primas locais, a indústria regional, que gera poucos empregos, produz quase que somente os chamados bens-salários, aqueles produtos que o assalariado tem condições de consumir, de demandar: indústria alimentícia, calçados, roupas, móveis. Sendo pequena a absorção de mão-de-obra pela indústria aqui instalada, são pequenas as possibilidades de superação do problema do desemprego e do subemprego. Desse modo, continuando o processo de êxodo rural e migração das populações das pequenas cidades para as grandes, as perspectivas futuras não são nada animadoras. Pelo contrário, o que se prevê para os próximos anos é a ampliação dos problemas urbanos e mais marginalização social, se medidas duras, enérgicas, não forem adotadas imediatamente.

Outro aspecto importante a se ressaltar é a atuação do Governo Federal. A análise dos problemas de desenvolvimento regional, os investimentos dos programas de desenvolvimento regional e os investimentos públicos federais feitos no Centro Oeste evidenciam que a orientação básica sempre esteve voltada para a exploração dos recursos naturais e para o incentivo à exportação de produtos *in natura*. O que se verificou depois de décadas de "planejamento regional" foi a manutenção da economia da região como produtora e exportadora de bens primários para o centro desenvolvido, para o Sudeste do País, e também como mercado complementar de bens produzidos pela indústria do Sudeste do País. Tratando-se de uma economia dependente e complementar à economia do Sudeste, produtora de bens e salários por excelência e com significativa participação do setor terciário, exatamente por causa da fraqueza do setor industrial, na geração de empre-

gos e impostos, essa economia tem o mercado interno como limite para a expansão das suas atividades produtivas.

Assim sendo, a economia regional sofre de forma acentuada as vicissitudes da conjuntura nacional e internacional e também da política econômica vigente. Ocorrendo queda no poder aquisitivo da população, como se vê hoje em decorrência do processo inflacionário, da recessão, da estagnação, do baixo índice de investimentos, o que temos? Temos uma tendência da economia sofrer essas consequências, porque ela produz exatamente os bens que podem ser demandados pela população aqui instalada. Ela não exporta, não tem alternativa, via de regra, de colocar seus produtos — a não ser os produtos *in natura* — no mercado internacional.

Diante dessa conjuntura, e mais ainda, da abertura da economia às importações, do quadro sócio-econômico que só tem condições de apresentar uma significativa melhora a médio ou a longo prazo e também da integração da economia brasileira ao mercado internacional, temos um quadro delicado, um grande desafio. E os fatores capazes de propiciar a retomada do crescimento, de uma forma realmente sustentável, são, em primeiro lugar, o aumento da renda rural, pelas próprias características da economia da região. Isso com a elevação dos preços dos produtos agropecuários no mercado nacional e internacional. Há pouco, o Secretário da Indústria, Turismo e Comércio do Mato Grosso do Sul colocou, inclusive, o risco para a atividade da soja na região.

Outro fator que pode propiciar a retomada do crescimento é a ampliação dos investimentos públicos na região, que a curto prazo é improvável. O Governo Federal não tem dinheiro e me parece que os Estados e municípios estão na mesma situação.

Outro fator seria o crescimento da economia informal, o que pode acontecer.

E, por último, na minha concepção, a alternativa que realmente restaria, que poderia ser o carro-chefe do desenvolvimento da região, seria a agroindústria. Ela geraria valor agregado, geraria empregos, ampliação da atividade produtiva. Acredito que o grande potencial é o investimento na agroindústria. Há também a questão do turismo, mas a agroindústria me parece que desenvolveria um efeito multiplicador muito maior.

Finalmente, diante da atual política industrial e do comércio exterior que está sendo implementado no Brasil e da integração econômica à Argentina, Uruguai e Paraguai, com o Mercosul, novos desafios se apresentam para a economia da região.

Sem poder contar com os subsídios e o protecionismo que muito contribuíram para consolidação do parque industrial brasileiro, contando com um sistema de transporte que encarece os produtos da região no mercado internacional e até os torna pouco competitivos e baixa absorção de novas tecnologias, os produtores rurais e as empresas industriais, aqui, instaladas, terão imensas dificuldades para enfrentar a conjuntura nacional e internacional.

A única saída é a mudança de mentalidade e de comportamento da elite econômica e política do País e da região, no sentido de se buscar, através de uma atuação integrada do Governo e da iniciativa privada, a redução de custos de produção, a eficiência e a produtividade.

A criação dos instrumentos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico da região é o grande desafio que se apresenta para o momento. Não acredito que tenhamos condições de implementar uma industrialização, hoje, no Brasil,

via substituição de importações. A própria conjuntura internacional e nacional mostram claramente que o modelo de substituição de importações se esgotou e hoje a orientação é de integração competitiva.

Então, essa integração ao mercado internacional, o próprio Mercosul gera novos desafios para a nossa região bem como alguns efeitos, como, por exemplo, de estímulo. Será que o Mercosul, a integração competitiva vai gerar o estímulo ao desenvolvimento da região? Vai implicar na ampliação do grau de complementariedade intra-regional? Parece-me que não.

Numa análise apressada a respeito do Mercosul, verificamos que a Argentina e o Uruguai importam do Brasil — principalmente a Argentina, que é um grande mercado, — produto que a região não produz: é exatamente bens manufaturados que estão sendo produzidos no Sudeste do País. E o que a Argentina, o Uruguai e o Paraguai exportam para o Brasil é exatamente bens que a Região Centro-Oeste está produzindo e em condições de oferecer, não apenas para o mercado local, mas também para o mercado nacional. Portanto, esse estímulo a uma integração não me parece possível hoje.

Para concluir, falarei sobre a questão da inibição ou bloqueio e a questão até do risco de destruição de atividades aqui instaladas. Que inibição ou bloqueio? Determinadas atividades que poderiam ser desenvolvidas, aqui, tendo, em vista características da economia argentina, do Uruguai e do Paraguai, e até atividades industriais modernas, atividades agrícolas mais dinâmicas, modernas e competitivas na Argentina, poderiam ser desestimuladas na Região Centro-Oeste.

E de destruição seria exatamente o quê? Indústrias e atividades agrícolas que apresentem uma competitividade muito pequena, custo de produção elevado, frente a uma indústria, a um setor rural mais moderno, mais competitivo, poderiam gerar inclusive a destruição de algumas atividades que hoje estão sendo implementadas nessa região.

Concluindo, vejo que o momento é de muito desafio, que exige muita determinação, reflexão, conhecimento do que é o mundo nos anos 90. Sem isso e sem a atuação conjunta da iniciativa privada e do setor público, a economia regional está condenada a ficar no atraso. Eventos dessa natureza podem constituir-se no primeiro passo para a mudança, para a transformação dessa realidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Muito obrigado, Professor Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Tem a palavra o Professor Alfredo Motta Menezes.

Antes, gostaria de registrar a presença do Deputado Pinheiro Landim, do Estado do Ceará.

Após a exposição do Professor, haverá oportunidade para perguntas que o auditório, por acaso, deseje fazer.

O SR. ALFREDO MOTTA MENEZES — Exm^o Sr. Senador Beni Veras, coordenador deste encontro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores, vou concentrar a minha fala na questão de Mato Grosso. O tema é sobre a potencialidade do Centro-Oeste, mas me vou centralizar especificamente em Mato Grosso.

O problema do nosso Estado, em simples palavra, é o frete, é o custo do transporte. Paga-se para importar diesel, que vem de longe, fertilizantes, e na hora de colocar a produção do Estado no Centro-Sul ou em Santos, em Paranaguá ou em Vitória, o custo também é alto, por caminhão, consu-

mindo diesel, num país que não tem petróleo. Isso estrangula em certo sentido a produção agrícola do estado. Apesar disto, com bons incentivos nesses últimos anos, Mato Grosso, pela quantidade de terra, pela distribuição da chuva, sol, tem dado saltos enormes na produção de grãos. Estamos, hoje, com um pouco mais de 5 milhões de toneladas.

É possível, estou pagando para ver, que de um ano para outro o estado cresça 20% na produção de grãos, chegando este ano em torno de 6 milhões de toneladas. É provável que o estado com incentivo para o escoamento da produção chegue no ano 2000 a 10 milhões de toneladas.

O Governo atual, com grande otimismo, acredita que isso poderia se dar em torno de 1995, 96; mas acredito que isso poderá chegar até o ano 2000.

Se o frete nos estrangula, não faz com que a produção cresça muito mais. Na minha visão temos uma alternativa barata, pronta, sem necessitar nessa época de crise, de grandes investimentos — já foi tocado pelo representante do Mato Grosso do Sul —, é a hidrovía Paraguai/Paraná. Partindo de Cáceres, distante 200 e poucos quilômetros da capital, o rio Paraguai desce passando por Corumbá, Bolívia, Paraguai, encontra o rio Paraná embaixo, transformando-se em um só; passa pela Argentina, chega ao Uruguai e sai pelo Atlântico. São 3.440 quilômetros prontos. O que se necessita, chamo atenção dos Srs. Senadores, para isso, segundo estudos já realizados, seriam 60 milhões de dólares divididos entre 5 países, o que daria em torno de 12 milhões de dólares por país. O que dá em torno de mais de 35 quilômetros de asfalto, sem superfaturamento, é claro! Com esse dinheiro em dragagem e sinalização para o transporte contínuo 24 horas por dia, 365 dias ao ano, com 12 milhões de dólares distribuídos por 5 países, teríamos isso em nossas mãos.

A conquista desta região foi feita através dos rios. Até a década de 1950, o cuiabano que ia estudar no Rio de Janeiro tomava a embarcação no porto, aqui em Cuiabá, descia pelo rio Paraguai, Paraná, entrava pela Bacia do Prata e subia para o Rio de Janeiro. Com o crescimento rodoviário, na década de 50 e 60, nós esquecemos isso. E não é necessário, insistimos nisso, nenhuma obra especial de engenharia. Nenhuma eclusa, nenhum supergasto para fazer com que isso funcione o tempo inteiro. Além disso, senhores, como incentivo maior, a partir de janeiro de 1995, se funcionar porque os arrufos estão acontecendo, o Ministro da Economia esteve no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o Ministro das Relações Exteriores, foi à Argentina, a Argentina começa se sentir um pouco sufocada com o superávit da balança comercial brasileira, o Paraguai fará eleição para presidente, pela primeira vez. Como especialista em história do Paraguai, creio que eles terão, pela primeira vez, uma eleição livre. A oposição já ganhou na capital; é possível que a oposição no Paraguai possa fazer o Presidente. Se isso ocorrer a oposição tem pedido insistentemente, como tema de campanha, renegociação no tratado do Mercosul. Eles querem, acredite vocês ou não, estive lá, uma renegociação no tratado de Itaipu. E que devolvamos os 50% que eles têm direito da energia para que possam vender onde há melhor mercado, inclusive Argentina e Uruguai. Uma coisa mais ou menos impossível e que eles vão reclamar nessa renegociação, que está em campanha eleitoral e é uma proposta de campanha eleitoral. O que quero dizer: vai haver muito ranger de dentes antes dessa integração através do Mercosul, seja no Paraguai, seja na Argentina, cujo Ministro está querendo colocar uma sobretaxa, em função da reivindicação na indústria argentina, sobre a exportação

brasileira. Se colocar uma sobretaxa é de se notar que não vai haver integração, pois integração é diminuir taxas de importação entre os parceiros, e a indústria argentina quer colocar uma taxa especial na exportação brasileira. Se o Mercosul, portanto, com todos esses problemas, funcionar a partir do mês de janeiro, voltando a Mato Grosso, teríamos a partir de janeiro de 1995 condições de pelo rio trazer da Argentina para Mato Grosso fertilizantes, diesel, por um preço equivalente a 2/3 do que é cobrado pela rodovia. Nós poderíamos ter condições então, com esse fertilizante, com esse diesel, a um preço muito mais acessível, de produzir melhor com menor custo e, ao mesmo tempo, exportarmos através do rio para os países do Mercosul ou para o Atlântico, saindo pelo Atlântico. Não precisaríamos, nesse caso, de ir a Santos, a Paranaguá ou a Vitória. Poderíamos sair pelo rio. Poderíamos sair pelo Atlântico. Poderíamos escapar, como disse o companheiro, com alguma sutileza, ao chamado subimperialismo paulista.

Um representante do New York Times esteve em Mato Grosso e fez uma boa matéria sobre a hidrovia. Tenho cópia dela. E ele, ao final da matéria, faz uma pergunta ao Diretor do Porto de Santos comentando que os matogrossenses estão empolgados com a questão do MERCOSUL, a saída pela hidrovia, a saída pelo Atlântico e tudo o mais.

Responde o Diretor do Porto de Santos que é até bom para eles lá, mas que isso irá beneficiar os portos da Argentina. Eu não sei se Santos gostaria disso.

Eu não quero dizer que um simples representante de um porto possa alterar um tratado de integração.

Se nós estamos sufocando a Argentina com exportação dos nossos produtos com superávit comercial de mais de 1 bilhão de dólares, na hora em que a Argentina pode ter o benefício do porto, pela sua posição geográfica, nós, internamente, estamos achando que não! Isso me permite, com todo o respeito, neste ambiente em que existe alguns Senadores, relembrar que o novo representante do Senado, no Ministério da Indústria e do Comércio, Andrada Vieira, disse há poucos dias que o MERCOSUL teria dificuldades porque estaria sufocando a produção da Argentina, estaria sufocando a nossa produção de trigo, e que o Brasil não pode se prender a isso. Dentro de um sentido de integração isso não procede. Porque, se a Argentina produz um trigo com melhor qualidade, com o preço mais baixo e se temos condições de comprar deles e vender os nossos produtos industrializados para termos uma balança comercial equilibrada, seria o ideal. Para Mato Grosso, a hidrovia é a alternativa do momento para aumentar a nossa produção para comprarmos diesel.

O que é mais racional, senhores: importar o trigo da Argentina, que vai a Santos, que pega um caminhão, que é moído em Goiás e que chega aqui, ou trazer esse trigo pela hidrovia? E como já se fala que o empresário Alacir de Moraes, pelo menos foi o que a imprensa comentou, quer montar um moinho em Cáceres e trazer esse trigo para Mato Grosso, é possível ou não melhorar, baixar os custos das coisas? Estudos da Associação de Produtores de Grãos do Chapadão mostram que o transporte de uma tonelada de soja até o porto de Paranaguá tem variação de acordo com a produção, com a disponibilidade de caminhão, com a disponibilidade do porto em receber mais carga. Há uma série de componentes para serem analisados, mas está em torno de 100 dólares a tonelada. A mesma tonelada de soja pelo rio custaria por volta de 34 dólares. Ou seja, o companheiro ali está dizendo uma série de componentes para serem analisados. Os estudos

dizem que a tonelada gira em torno de 100 dólares. A mesma tonelada de soja, pelo rio, seria em torno de 34 dólares, ou menos ainda. Estou mencionando esse dado, baseado na análise feita por eles. Outros estudos estão mostrando — e isso me deixa otimista — que é até menos do que isso. Se baixarmos o custo em 50% para a exportação dos nossos produtos, a produção de grãos em Mato Grosso triplica. O valor do frete, hoje, é altíssimo, mas esse quadro poderia ser completamente alterado.

O companheiro de Goiás disse que as economias do MERCOSUL são competitivas. Eu vejo diferente. A economia brasileira — especificamente a matogrossense — é competitiva com a do Paraguai — madeira, soja, algodão. Porém, como a Argentina e o Uruguai têm economias de clima temperado e nós, de clima tropical, poderemos produzir algodão, soja, madeira, exportar couro de jacaré, frutas de clima tropical; em contrapartida, poderemos importar deles frutas e outras coisas de clima temperado, por que não?

Vejo uma complementação de Mato Grosso com algumas economias do MERCOSUL, não exclusivamente a questão do MERCOSUL. Na minha visão, é a saída para o Atlântico. É claro que, se Mato Grosso do Sul e Mato Grosso despejarem toda a sua produção de grãos por barcas, através dos portos da Argentina e do Uruguai, não terão condições de absorver todas lá em baixo. O capitalismo, porém, é dinâmico.

Em encontro internacional sobre a hidrovia, de que participaram argentinos e uruguaios, disseram que, à medida que o volume natural de carga for aumentando, os portos vão-se modificando. Aliás, isso já está acontecendo naturalmente em Rosário e Nova-Palmira. A meu ver — por isso quis dar ênfase à questão no encontro com os Srs. Senadores — Mato Grosso talvez seja o Estado que tem condições de mais se beneficiar do MERCOSUL e da hidrovia do que qualquer outro no Brasil. Mato Grosso do Sul tem ferrovia, está perto de São Paulo; Goiás está perto de tudo no Brasil, nós estamos isolados no Oeste. Temos essa hidrovia.

Existe ainda a questão da saída para o Pacífico — eu sou a favor, creio que todos nós somos —, mas, se isso ocorrer, Mato Grosso passa a ser um eixo tremendo de passagem de produtos para todo o Brasil. A opção não só seria a hidrovia, mas também Cáceres e San Matias. Isso, porém, implicaria alguns gastos, jogo diplomático e, até dentro do Brasil, dizer onde vai ser a ligação com o Pacífico. Será aqui? Em Rondônia? No Acre?

A hidrovia está aí e precisa em torno de 12 milhões de dólares do Governo brasileiro para que seja navegável o ano inteiro. Uma barcaça pode transportar o equivalente a até sessenta caminhões. É claro que vamos enfrentar alguns problemas do lado de cá: as transportadoras, as empresas que mantêm as estradas, os borracheiros, os restaurantes. Do outro lado, isso surgiria de maneira diferente. Outro problema que vamos enfrentar, sem dúvida nenhuma, diz respeito ao pantanal e à hidrovia. Estudos estão sendo elaborados pelos IBAMA dos países envolvidos — Paraguai, Argentina, Brasil — e têm sido favoráveis à hidrovia. Não existe nenhum radicalismo a respeito. Gostaria de dar o meu testemunho pessoal. Morei e estudei vários anos em Nova Orleans, nos Estados Unidos, onde se situa o maior porto fluvial do mundo. Recebe todos os navios de grande porte que vêm do centro dos Estados Unidos com a produção agrícola para ser exportada para o mundo inteiro. É um porto com um tráfego extraordinário, monumental. Durante o dia, no final de semana, dezenas de famílias ficam tomando cerveja e pescando no rio Missis-

sipi. Se eles conseguiram isso lá, por que nós não podemos conseguir, com um trabalho consciente, passar pelo nosso Pantanal sem destruí-lo? O que não podemos é, em nome de um xiitismo meio ultrapassado, impedir o crescimento de uma região. Até que chegue a ferrovia, até que se saia por Santarém — um sonho constante e que custa muito dinheiro — creio que a única alternativa viável para o crescimento de Mato Grosso, neste momento, é a hidrovia, é a ZPE em Cárceres, é o MERCOSUL e é a saída para o Atlântico. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Muito obrigado, Professor Alfredo.

Encontra-se presente o Prefeito eleito, Dr. Dante de Oliveira, e o Sr. Olacyr Moraes, a quem damos as boas-vindas.

Os debates estão abertos. Se algum dos senhores desejar, poderá fazer uso deste microfone.

O SR. JÚLIO CAMPOS — (Inaudível)

...da Agricultura, da Pecuária, o que isso significa no balanço geral da receita estadual? Quais os benefícios, a curto e médio prazos, o Governo de Mato Grosso do Sul receberá com esse tipo incentivo em termos de crescimento da sua receita? Haverá algum prejuízo, alguma dificuldade em termos de números desses programas de incentivos fiscais de até 80% de isenção de ICM, até 67%, no caso da pecuária, do novilho de corte, até 50%? Já existe algum estudo programado no sentido da diferença da receita estadual?

O SR. ALDAYR HEBERLE — Com muito prazer, Senador, vou tentar responder a sua pergunta.

Na área da agricultura, por exemplo, estamos dando incentivos fiscais sobre áreas novas; portanto, sobre áreas onde não houve receita. A área do novilho precoce também é nova. A receita de antes era zero, vamos ter uma pequena receita direta sobre a produção daqui para frente. Seguramente, teremos uma receita indireta em função do aumento da produção e da produtividade.

Desde que o Dr. Pedro assumiu o Governo, tivemos uma participação do ICM, no setor industrial, de 6% sobre a arrecadação. Hoje está em 24%. De sorte que a participação da indústria, no Estado, subiu 400% em um ano e meio. Estamos também dando redução de ICM para as indústrias novas ou aumento na linha de produção. Raciocinamos como portugueses, fazendo uma conta bem simples: sobre zero se arrecada zero, mas sobre um aumento de produção, se arrecadamos 33% sobre indústrias novas, temos pelo menos 33% de 100, onde tínhamos zero de zero. Não sei se V. Ex.^a está satisfeito com a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Há mais alguma pergunta?

O SR. AÉCIO PARKER — Sr. Presidente, sou Secretário de Agricultura de Mato Grosso e produtor rural. Em vez de fazer uma pergunta, gostaria de deixar aqui a minha posição, e os palestrantes poderiam contrapor-se ou não à mesma.

A nossa posição quanto às questões da saída para o Centro-Oeste, especificamente Mato Grosso que é o centro do País e também o centro da América Latina, é que não há uma medida única, mas uma série de medidas que teremos que pensar entre setor privado e setor público. Não há como fixar, nessa região, uma atividade produtiva, se não fizermos investimentos maciços ou colocar à disposição da atividade privada possibilidades de investimentos maciços a longo prazo

para manter a produtividade, principalmente no caso da agricultura pela alta tecnologia usada. Numa região a mais distante, a mais difícil, onde — concordo com os palestrantes — o fator distância/frete é o mais negativo, buscou-se alta tecnologia, que está sendo implantada, temos a melhor produtividade de soja do mundo. E por que? Porque sabe-se que sem alta tecnologia e alta produtividade não se sobrevive nessa região.

Então o que precisamos e não temos hoje? Recurso para investimento a longo prazo para melhorar e aumentar essa produtividade e, ao mesmo tempo, a possibilidade de diversificação de atividades econômicas na agricultura, na pecuária e na verticalização. Uma das formas seria a própria industrialização, onde alta tecnologia deverá ser empregada, caso contrário não sobreviverá.

As questões negativas, por esse próprio investimento, começam a tornar-se menos negativas, pois há cinco ou seis anos não tínhamos nenhuma indústria de soja, por exemplo, e o nosso frete chegava, em média, a 75 dólares a tonelada nas regiões produtoras do norte do Mato Grosso a Paranaguá.

Este ano, por exemplo, várias empresas conseguiram, transportar a 50 dólares a tonelada. Alguém perguntará: mas os caminhões ficaram mais baratos? O diesel ficou mais barato? Não! O que acontece é que hoje já temos mais indústrias, e com essas agroindústrias transformando a soja, aumenta-se o valor agregado, diminui o valor relativo e se torna mais competitiva.

Creio que a verticalização da agroindústria viabiliza pelos dois lados: diminui o valor negativo dos fretes enquanto aumenta a competitividade. Logicamente, no setor público teremos que ter investimentos e infra-estrutura. À medida em que tenhamos energia e melhores vias de escoamento, teremos também melhores condições para diminuir esses custos diretos.

Gostaria também de colocar aqui que na nossa visão técnica somos contrários à saída para o Pacífico, porque tecnicamente o nosso problema é de sair das regiões produtoras até chegar a uma área marítima e não da área marítima para frente. Uma diferença de Nova Palmira com Santarém para qualquer parte do mundo é que é insignificante o preço do frete marítimo, enquanto que das regiões produtoras até esses dois locais que é muito significativa. Para que tenham uma idéia, cito como exemplo o frete de Diamantino para Paranaguá; Diamantino para Nova Palmira não há, praticamente, diferença alguma.

Outra questão que gostaria de colocar quanto ao Mercosul é que ele será muito benéfico principalmente para Mato Grosso. E a possibilidade de diminuirmos tarifas e tributos sobre nossos produtos. Nesse caso, inversamente do que alguns acreditam, vamos ser mais competitivos pela diminuição dos custos tributários. Essa redução nos daria uma grande competitividade.

É uma posição de produtor rural, mas creio que a saída é essa.

Se não tivermos investimentos no setor público e privado, buscando aumento da produtividade, não teremos competitividade, nem com menores distâncias.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Sr. Pardal, Líder do PDT em Mato Grosso.

O SR. PARDAL — Algumas frases pronunciadas aqui colocaram claramente para a Comissão que há uma preocupação nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul

e Goiás, em aumentar a sua produção, principalmente a sua produção agrícola.

Estudos recentes mostram que os produtos agrícolas, no mundo, vêm ano a ano caindo de preço, e nos últimos 20 anos, no Brasil, tiveram um decréscimo de 50%.

Ainda hoje, produzimos produtos baratos e vamos continuar produzindo mais barato ainda.

Esses estudos não apontavam um aumento da produção em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás nem os efeitos da produção geral do Brasil, da América e do mundo.

Conseqüentemente, avalia-se que o preço desses produtos deverá cair mais ainda.

Todo produtor, quando compra seus insumos, seus equipamentos, precisa ano a ano mais produção.

Se importarmos insumos da Argentina, como o Professor Menezes informou, podemos triplicar a produção de Mato Grosso, podemos, também, triplicar o preço dos insumos na Argentina e triplicar o preço dos insumos no mundo inteiro e diminuir três vezes o preço dos alimentos no mundo inteiro.

Como ficariam essas conseqüências para o produtor nesse Estado?

Qual seria o aumento de renda para a população por trabalhador?

Com uma produção mais barata, o salário do produtor vai subir? Vai implicar um aumento do rendimento da população?

A questão de desigualdade social, analisada sob esses programas novos, tem que levar em conta essa reflexão, sob pena de condenar não só o produtor, mas também toda a população, inclusive os trabalhadores. Creio que aí está o grande desafio.

Um dos desafios maiores é a questão da reforma agrária nos Estados. Como ela ficaria? Qual é a intenção? Qual é a proposta para essa reflexão, sobre a questão da reforma agrária?

Hoje, temos uma massa de produtor que não se beneficia, em nenhum momento, de insumo. É aquele povo todo que está abandonado nas suas glebas, que não tem semente certificada, não participa de monopólio de sementes, não tem insumos.

Um grande problema que a Emater hoje tem, e que deve ocorrer também em Mato Grosso do Sul, é que a maioria dos produtores não têm acesso a insumos, mas estão produzindo alguma coisa com custos menores.

Essas reflexões contribuem para as desigualdades sociais. E acredito fielmente que as propostas surgidas aqui aumentarão estrondosamente as desigualdades sociais na Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra à Sr^a

A SRA. SÔNIA MARIA — Gostaria de responder apenas à afirmação de que, quando se diminui o custo dos alimentos, o salário sobe.

Claro que sobe. Oxalá que isso aconteça. Oxalá que haja aumento de salário real, ou seja, poder de compra. Não seria necessário haver aumento de salário, bastaria haver redução de todos os preços e nós teríamos mais poder de compra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Sr. Alfredo Motta.

O SR. ALFREDO MOTTA — Tenho participado de debates sobre a questão da hidrovía do Mercosul, no Estado

de Mato Grosso e fora dele. Acabei de chegar do interior de São Paulo, anteontem. Considero interessante que fala mais alto — e entendo o companheiro Pardal — a questão de defesa do trabalhador, da renda do trabalhador, da reforma agrária. Se é só capital que vai ganhar, onde fica o trabalhador nisso, como a coisa pode melhorar para ele? Se entendi nas entrelinhas — posso estar equivocado — mais ou menos é essa a mensagem.

Mas se vai aumentar a produção por causa da hidrovía, por causa dos insumos mais baratos da Argentina ou de outros países do Mercosul, se a produção em Mato Grosso, por conseqüência, aumentar e passarmos aos tais 10 milhões de toneladas, é claro que vai gerar mais emprego, é claro que vai gerar mais renda para o Estado, é claro que pode ser investido mais dinheiro na educação e em outros setores sociais.

Concordo com ele, se o preço do produto *in natura* não nos rende o suficiente, a ZPE em Cáceres, hipoteticamente — esperamos que isso funcione — será para industrializar parte da produção agrícola da área para essa exportação. Se isso não ocorrer, vai gerar emprego e crescimento na área.

A renda do trabalhador tende a crescer, seja no campo, seja na indústria. Ora, mas ele vai ganhar pouco porque o capital sempre suga; o capital não é filantropia, vamos dizer assim.

É nesse momento, então, que os sindicatos e as associações têm que ser fortes o suficiente para lutar por aquilo que têm direito.

Na cidade de Franca, de onde vim anteontem, o salário mínimo é de Cr\$ 1.200.000,00. A renda média dos trabalhadores na cidade é de Cr\$ 3 milhões por mês, numa luta com o capital. Mas eles exportarão 24 milhões de pares de sapato este ano, ou seja, há uma complementação disso, há um jogo forte entre os dois lados; há greves, há lutas, mas, não se pode dizer, em nome de ser o capital muito forte, que os trabalhadores nunca serão favorecidos, ou que vai deixar de haver uma luta por parte do trabalhador.

Acho que vai haver — na minha visão, insisto — com as hidrovias, ZPE, com a Mercosul, com a saída para o Atlântico, com a produção do Chapadão dos Parecis, com a ligação dessa área possivelmente por asfalto à região de Cáceres, um aumento da produção do Estado.

E faço um alerta: está se dizendo que na ZPE, parte disso seria em computadores, em componentes eletrônicos, que não vai gerar muito emprego. Parte da produção deveria ser, como colocou o Secretário de Agricultura, na verticalização da agricultura, na produção da área. Aí sim, o Estado tem um impacto bem maior na produção, na renda, na distribuição da renda para a população. Se ficarmos importando componentes para exportar para a Argentina e Uruguai, isso vai ser brincadeira.

Vejo da maneira um tanto quanto diferente do companheiro Pardal.

O SR. BENTO PORTO — Sou da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e da Fundação do Meio Ambiente.

O desenvolvimento do Centro-Oeste e o rompimento desse desequilíbrio dependeriam, como economia periférica que somos do Centro-Sul do País, de três situações:

— A primeira seria as relações do centro industrializado do País com o exterior;

— A segunda seria o esforço dentro da própria Região Centro-Oeste, governos estaduais, municipais e empresários.

— E o terceiro seria a política econômica do próprio Governo Federal. Srs. Senadores e Srs. Deputados, Membros da Comissão, questiono não é a validade dessa luta pelo equilíbrio, mas é a eficácia dessa luta diante da atual política econômica do Governo Federal, porque, se de um lado, a Comissão está lutando para romper esse desequilíbrio regional, há uma situação gritante que é o desequilíbrio social. O País fracassou na sua política econômica nesses últimos vinte anos. E o ponto nevrálgico disso, a meu ver, tem sido essa linha ortodoxa de arrochar salários, de aumentar impostos e, no caso específico da agricultura, de derrubar preços através das importações de produtos agrícolas, do tabelamento de preços, etc.

Então, Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para, primeiro, questionar realmente a eficácia, não a validade da luta pelo rompimento do desequilíbrio diante da política econômica. Acho que a mais urgente providência hoje seria mudar a política econômica do Governo; aproveitar, inclusive, essa situação de transição que estamos vivendo, porque o que aconteceu foi a transferência de renda dos trabalhadores e das empresas para o setor financeiro, do qual o Governo se transformou em refém e está totalmente penhorado. Basta dizer que, hoje, quase 60% da arrecadação pública ou da receita corrente do Governo é para pagar juros da dívida pública interna.

A proposta que colocamos nessa sugestão é que a única saída seria manter o poder de compra dos salários. A outra proposta, contida num projeto de lei, é suspender, evitar que os preços de bens de serviços subam acima das variações da inflação.

Eu gostaria de deixar esse documento e questionar, realmente, a eficácia desse trabalho, sem que se mude a atual política econômica que vem aumentando a desigualdade social no País.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Dr. Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Inicialmente, vou fazer minhas considerações a alguns comentários e até críticas a posições por mim aqui colocadas. Pode ser que seja verdadeiro que as economias da Argentina e do Uruguai sejam complementares à economia do Mato Grosso, mas, em relação à economia de Goiás, não é. Na verdade, ela é competitiva. Mas não é por ser competitiva que eu defenderia que o Mercosul não fosse implementado. A solução é fazer com que a economia de Goiás e do Centro-Oeste do Brasil, seja competitiva, e não fechada.

O mundo de hoje exige exatamente o quê? A integração! É a busca da competitividade, da eficiência, da produtividade, da redução de custos; e não o inverso, o protecionismo. O protecionismo, no início do processo de industrialização do País, foi necessário, foi indispensável. A partir dos anos 80, ele contribuiu para a estagnação da economia, para mantê-la atrasada; o industrial não se preocupava em modernizar o seu processo produtivo nem reduzir os custos.

Defendo a integração, mas ela representa um grande desafio que, na minha opinião, ainda não foi percebido por autoridades públicas e pelo segmento empresarial dessa região. Pelo menos, falo com base nos dados, nas informações que disponho em Goiás. Acho que ainda estamos “dormindo”, esperando o processo acontecer. E não é, de maneira alguma, uma economia complementar; ela é competitiva, es-

pecificamente em relação à realidade que conheço, que é a de Goiás.

Em relação ao questionamento: Por que aumentar produção agrícola frente à queda dos preços dos produtos agrícolas? Ora, o que o capitalismo busca e o que queremos efetivamente é aumentar a produção para que tenhamos produtos numa quantidade maior e preços menores. Essa é a lógica que deve predominar nos negócios. Se isso acontecer, poderá beneficiar a todos. Agora, se a região ficar se especializando em produtos primários, evidentemente que o benefício vai ser muito pequeno. Ela tem que buscar o desenvolvimento da agroindústria. Essa é a grande alternativa, na minha opinião, para a Região Centro-Oeste brasileira.

A questão do desequilíbrio social não decorre simplesmente da política econômica adotada por Collor, ou a atual que está vigorando, e que não foi alterada, diga-se de passagem. Na realidade, nem a industrialização, nem a expansão e modernização da agricultura no Brasil foram capazes de redimir a questão do desemprego e da miséria. Nos períodos de maior crescimento econômico do País, tivemos uma elevada concentração da renda e marginalização social. Não basta ampliar a produção e buscar a modernização. Temos que combater as causas dos problemas sociais, investindo, maciçamente, na área social. Então, temos que reorientar até a visão que temos do que seja desenvolvimento.

Em relação à questão da ZPE, tenho uma visão bem diferente. Mais de cem ZPEs existem pelo mundo e geram poucos empregos e pouco desenvolvimento nas suas regiões. Elas beneficiam quem está instalado, acaba representando uma área propícia a se utilizar dinheiro sujo para ser limpo e, em termos de geração de emprego e de bem-estar, é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o professor Nilson Holanda.

O SR. NILSON HOLANDA — Eu queria fazer um comentário exatamente sobre ZPE. Infelizmente, vou ter que discordar do ilustre Professor, porque essas avaliações que são feitas sobre ZPEs são contraditórias; existem experiências bem-sucedidas e experiências mal-sucedidas. Mas, em qualquer hipótese, sempre resultam em incremento de renda e emprego para os países que as utilizam.

Mas quero chamar atenção sobre o problema da ZPE, ficou bastante claro aqui que a estratégia dos reparos do Centro-Oeste, vai depender fundamentalmente de uma estratégia de integração competitiva em nível internacional. Foi mencionado aqui o problema do Mercosul, o problema da hidrovia. E, nesse contexto, as ZPEs de Cáceres e de Corumbá, que estão previstas para a região, podem ser elementos importantes nesse processo de integração com economia internacional.

Também quero chamar atenção para o fato de que esse problema de ZPE, no Brasil, tem passado por vicissitudes muito grandes. Normalmente, no mundo todo, a ZPE é um instrumento de promoção de exportações. E, secundariamente, um instrumento de promoção do desenvolvimento regional. No Brasil, elas foram concebidas, primordialmente, como instrumentos para promover o desenvolvimento regional. E nisso talvez, tenhamos cometido um erro estratégico. Se o Governo não tivesse criado uma primeira ZPE junto ao porto de Santos, já teríamos dezenas delas implantadas no Brasil. Mas, infelizmente, como elas foram concebidas como instrumento regional, provocou reação que, ao meu ver, foi quase

esquizofrênica e absolutamente irracional, de certos segmentos empresariais de São Paulo, e gerou uma grande polêmica que tem atrasado a implantação desse instrumento no Brasil. Houve uma polêmica no Brasil que é absolutamente desproporcional — a importância do próprio instrumento — e que inibiu a sua implantação.

Praticamente todos os países do mundo já vêm implantando ZPEs há mais de trinta anos, e nós, até agora, não conseguimos implantar nenhuma — tivemos ainda a infelicidade, durante o Governo Collor, de que fosse interrompido o processo que havia sido iniciado em 1988. Houve uma primeira legislação, criaram-se as ZPEs e, antes que elas pudessem ser implantadas, resolveu o Governo Collor, em uma de suas decisões talvez mais impensadas — porque não foi feita nenhuma avaliação — cancelar o projeto das ZPEs. E isso provocou uma reação muito desfavorável, porque eu, pessoalmente, tive a oportunidade de participar de uma missão do Governo do Ceará, quando fui a Hong Kong e a Tóquio fazer promoção da ZPE do Ceará. Os senhores podem imaginar que impressão poderão ter esses potenciais empresários do exterior que, seis meses depois, viram que o País, que os estava convidando para investir na ZPE, tinha cancelado toda a legislação. É algo que realmente fere a nossa credibilidade e prejudica o nosso esforço da atração desses capitais externos.

O Governo Collor, justiça seja feita, reconheceu o seu erro. No início deste ano tivemos a aprovação de uma nova lei de ZPE. Mas isso tem andado muito lentamente, porque o Governo, em função dessa controvérsia, dessas reações, adotou uma posição paradoxal, pois é a primeira vez, na História do Brasil, que o Governo Federal estabelece um programa que é importante para o desenvolvimento do País, mas se autolimita e diz: — Bom, estabeleci um programa, mas nele não vou investir um tostão; pelo contrário, eu me proibio de investigar qualquer valor e tudo tem que ficar a cargo dos Estados. Então, o fato de que não houve um apoio do Governo Federal, em termos de recursos, e de que isso ficou exclusivamente a cargo dos Estados, tem retardado o processo de implantação das ZPEs. Mas, bem ou mal, com dificuldades, constituiu-se o Conselho Nacional de Zonas de Processamento, que aprova essas ZPEs, junto à Secretaria do Desenvolvimento Regional.

E agora temos um fato novo que, a meu ver, pode ser desastroso. Eu chamaria, então, a atenção dos ilustres Senadores que estão envolvidos na aprovação e na análise do Projeto de Reforma Administrativa que o Governo recentemente encaminhou ao Congresso. Nessa Reforma Administrativa, o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, que estava incluído na Secretaria do Desenvolvimento Regional e que deveria ficar no novo Ministério da Integração Regional, está sendo transferido para o Ministério da Indústria e do Comércio. Ora, no nosso caso, a ZPE e, fundamentalmente, um instrumento de desenvolvimento regional, muito mais do que de proporção de exportações. Então, a sua transferência pode implicar um novo retardamento ou, quem sabe, em uma nova revogação desse instrumento. Acredito que isso seria extremamente danoso para o País como um todo e, em particular, para essas regiões que podem ter nessas ZPEs mais um instrumento, ainda que marginal, mas importante para o seu desenvolvimento.

Era essa a observação que eu queria fazer, alertando os Parlamentares aqui presentes para a inconveniência dessa transferência. Particularmente, porque já foi dito pelo atual

Ministro da Indústria e do Comércio que não entende o que é ZPE e, em consequência, não tem nenhum compromisso com a sua implantação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A propósito, Dr. Nilson, almocei ontem com o Ministro da Indústria e do Comércio e tratei dos problemas das ZPEs. Fui Relator do Projeto das ZPEs no Senado, e estava curioso a respeito da posição de S. Ex^a com relação às ZPEs. Ele me assegurou que dará estímulo e condições para que as ZPEs se instalem, não há nada contra da parte dele.

(falha da gravação)

...O nível dos preços baixam, há um desestímulo à produção que, por sua vez cai e o preço se corrige. Também acredito que essa questão de temer o problema dos salários, que sempre serão mais aviltados, isso tenho como provável, não ser verdade. Os salários, à medida que o desenvolvimento existe, têm oportunidade de serem pleiteados, lutando-se e brigando-se por eles, e eles sobem. Não há condições de manter produção alta com salários permanentemente baixos ou com salários em redução.

Os senhores estão todos convidados pelo Senador Júlio Campos a almoçar aqui mesmo no Hotel.

Está suspensa a reunião.

O SR. APRESENTADOR — Está reaberta a reunião.

Senhores, daremos prosseguimento, a partir de agora, ao tema das palestras e convidamos para fazer parte da Mesa os Senhores: Dr. Olacyr de Moraes, Representante dos Empresários do Estado de Mato Grosso (Palmas); Dr. Luiz Antônio de Carvalho, Representante dos Empresários do Estado de Goiás (Palmas); Dr. Jorge Elias, Representante dos Empresários do Estado de Mato Grosso do Sul (Palmas).

Teremos, a partir de agora, o bloco de palestras dos empresários.

O tema: “A Visão Empresarial do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste”.

Com a palavra o Dr. Olacyr de Moraes.

O SR. OLACYR DE MORAES — Sr. Presidente da Mesa, demais companheiros, minhas senhoras e meus senhores:

A Visão Empresarial do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Acredito que a maioria das pessoas que estão presentes já tiveram muitas informações, alguns são empreendedores aqui nesta região e conhecem bastante as dificuldades por que ela passa, não só no Mato Grosso, como nos demais estados brasileiros que dela fazem parte, para se viabilizar a sua produção a fim de que possa haver um grande desenvolvimento e um progresso aqui, como uma conseqüente melhoria para todos.

Comecei a investir aqui no Estado de Mato Grosso em 1966 e tivemos o primeiro projeto aprovado pela Sudam, naquela época. Realmente, de 1966 até hoje, são 26 anos, era um mundo totalmente diferente. Quando chegamos aqui em Cuiabá, parece que estamos em outro mundo, em relação ao que era antes e ao que é hoje esta cidade, ela já avançou muito. Aqui era inimaginável falar-se em agricultura, era algo impossível de se conceber. Naquela época, o máximo que se cogitava aqui era criar, nunca se pensava em engordar um gado. Naquele tempo só existia uma estrada de terra para São Paulo, para onde se levava o gado. Se você engordasse um boi aqui, ele chegaria lá morto, com cuernos aburidos.

Após esse período de tempo, o que se vê, principalmente no Estado de Mato Grosso e nos outros, é um dado que nos deixa bastante felizes, porque o que foi feito, dentro das dificuldades que existiam neste Estado, é algo realmente impressionante.

Hoje o Estado de Mato Grosso já é um grande produtor de grãos, perde apenas para os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, se não me engano, já deve ser o terceiro produtor junto com Mato Grosso do Sul. Se somássemos a produção de Mato Grosso do Sul com a do Mato Grosso, já estaríamos ultrapassando o Paraná e próximos a ultrapassar o Rio Grande do Sul.

Uma região que não tinha absolutamente nada, provou, demonstrou que, com aquelas imensas dificuldades que existiam aqui, ela que é capaz de chegar aonde chegou. Imaginem o que seria essa região se conseguíssemos resolver os problemas que ainda temos, ou seja, o produtor daqui deu demonstração de uma capacidade incrível, apesar de todas essas dificuldades, tornando-se o terceiro produtor de grãos do País, em uma região completamente sem nenhuma tecnologia, sem estradas, enfim, com dificuldades gigantescas. E nós conseguimos dar esse passo.

Estive conversando com algumas pessoas do Nordeste e ficamos impressionados com as dificuldades que enfrentam: falta de água e de recursos, e assim mesmo é um pessoal disposto a um trabalho imenso. Pena que, realmente, não existam lá condições como as que temos aqui no Mato Grosso e nas demais regiões. Mas, felizmente, o Brasil ainda tem áreas como essa, porque, realmente, com a criação de riqueza e com uma distribuição de renda via investimento, a maneira de se distribuir renda acumulada é investir e criar mais empregos, pagando melhores salários e desenvolvendo a produção. Assim esta renda se multiplicará e será novamente redistribuída na forma de empregos, ou seja, produzir-se-á riqueza. Em todo momento em que se está produzindo riqueza, está-se distribuindo renda que foi acumulada e gerando mais riqueza. É assim que se faz o desenvolvimento e não pura e simplesmente tomando alguma coisa que as pessoas possam ter e as distribuindo sem nenhuma contrapartida. Seria um negócio que não teria consequência prática alguma.

Voltando basicamente àquilo que eu vivi intensamente, que foi o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso, e as outras regiões, quando começamos aqui com um projeto de criação bovina, depois partimos para a produção agrícola, pudemos sentir muito intensamente quais são as dificuldades que impedem que o Brasil, principalmente esta região, dê um salto espetacular. Temos condições de dar uma demonstração ao mundo ao fazer uma comparação com esses tais "tigres asiáticos", que tiveram um grande e rápido desenvolvimento, se nos tornarmos "gatinhos", se o Brasil, realmente, resolver, diante da possibilidade que temos aqui, de ter um desenvolvimento gigantesco. Dispomos de todas as condições para isso. Falta apenas decisão política ainda ao desejo do povo brasileiro realmente acreditar naquilo que é capaz de fazer.

Dentro do conhecimento que adquirimos nesses quase 30 anos nesta região, temos aqui uns três fatores que impedem, realmente, que a produção dê um salto espetacular.

Em primeiro lugar, temos um dado muito importante que se chama mercado. Não existe produção se não houver para quem vendê-la. A primeira condição para se produzir qualquer coisa é saber que haja alguém disposto a comprá-la. Felizmente, o Estado de Mato Grosso, a Região Centro-Oeste, o Sudeste, com Minas Gerais, São Paulo e aquela região

ao seu redor, chamada de ABC, com cerca de 40 milhões de habitantes, sendo que 22 só em São Paulo, mais adjacências, com mais de quarenta e tantos milhões de consumidores, com poder aquisitivo bastante razoável, compõem então o grande mercado dessas regiões. Contudo o problema fundamental é o seguinte: 60 a 70% do que é produzido aqui nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, uma parte de Goiás é toda consumida naquelas regiões. Felizmente existe esse mercado que nos permite que tenhamos esse grande desenvolvimento. Então, sem contar com o mercado externo, já temos condições de ampliar gigantescamente a nossa participação nesse mercado, temos o mercado cativo, que é o mercado interno brasileiro, que, prioritariamente, tem que ser abastecido. Nós não conseguiremos exportar milho, arroz, feijão enquanto não abastecemos plenamente o mercado interno, primeiro, teremos que abastecê-lo e, quem sabe, disporremos de gigantescos excedentes agrícolas para a exportação. Felizmente temos esse mercado, temos terra, temos condições. Os três fatores que dificultam a nossa produção são: primeiro, o problema seriíssimo com o sistema de escoamento, como todo mundo sabe, quando se paga 70 dólares por tonelada. Basta dizer, agora está, nesse ano, um pouco mais barato, porque o preço do petróleo no Brasil está desatualizado, e os caminhões estão trabalhando "da mão para a boca", não manterão esses custos nos fretes, ou seja, isso vai ter que subir. Na verdade, o sistema de transporte é absolutamente ineficiente. Como eu estava dizendo, 50, 60, 70 dólares, basta dizer que uma tonelada de milho vale 100, 110 dólares; uma de soja, 200 dólares. Vejam os senhores o que um sistema de transporte ineficiente representa, em termos de custo, para o produtor. O outro fator que nos dificulta bastante, quando se trata de mercado externo, é o problema dos nossos portos, que é essa vergonha que todo o mundo conhece, e que, espero, o Congresso finalmente consiga resolver, porque, se não me engano, há três ou quatro deputados que têm interesses eleitorais naquela região e ficam puxando o processo para lá e para cá. Isso está há anos aí, numa fase final, mas que não pode mais continuar, já que se paga 14,15 dólares para embarcar uma tonelada de soja. Isso é um absurdo, enquanto que em outras partes do mundo paga-se só 2 dólares.

Então, temos um sistema de transporte absurdamente desatualizado para longas distâncias. O transporte por caminhão só é viável, por exemplo, de São Paulo para o porto, mas não para um percurso de 1000, 2000 quilômetros, quando você tem que ter ou hidrovia ou ferrovia.

E o terceiro, acho que também tem que haver uma compreensão dos governos, — aí entra a parte do Governo, é que temos concorrentes muito eficazes, como os Estados Unidos, a Argentina, a Europa, que subsidiam pesadamente os seus produtores, tornando-se muito difícil concorrer com eles. Há então o problema do transporte, do porto, e dos concorrentes, então não podemos, também, ser onerados de uma maneira impressionante com impostos, principalmente naquilo que se destina à exportação. Os nossos concorrentes não pagam impostos até no consumo de alimentos para o mercado interno, quanto mais para o externo. Com taxação de impostos para exportação, com portos ineficientes e com um sistema de transporte arcaico, inadequado a longas distâncias, fica tudo um tanto quanto difícil. Se conseguimos ser o segundo maior produtor de soja do mundo, temos um superávit grande nas nossas exportações apesar dessas dificuldades absurdas, em relação ao que existe no resto do mundo, imaginem no momento em que nós equacionarmos esse problema, que pode

ser facilmente resolvível, não é que ele não tenha solução, pelo contrário. Eu acho quanto à dificuldade dos portos, tem que ser equacionada, sobretudo em relação a esses impostos que incidem sobre a exportação. Não é nada de extraordinário dar uma solução para esses problemas. Vamos obter rendas em outros setores que não esse, ou seja, o sistema de transporte, portos e impostos, e estaríamos aí com o problema absolutamente equacionado. Com relação a esse dado, como somos um grupo bastante conhecido no Brasil, que ficamos aqui quase 30 anos, resolvemos também participar efetivamente, dando a nossa colaboração naquilo que seja possível para procurar, de uma maneira ou de outra, ajudar na resolução desses problemas. E nós já demos início à construção, aqui no Estado do Mato Grosso, de duas usinas elétricas, que é a Juba I e II, que, dentro de 28 meses, estarão operando e vão fornecer energia para as nossas empresas e um volume muito maior para os demais consumidores aqui do Estado. Ou seja, num primeiro momento, teremos mais de 80% de energia fornecida, e, ao longo do tempo, depois, vamos até usá-la na própria ferrovia. Durante os próximos anos teremos um grande excedente energético que vai ser fornecido para a empresa de eletricidade aqui do Estado e, conseqüentemente, vai repassar para os consumidores. Isso é na área da energia elétrica.

Com relação à ferrovia, depois de quase 5 anos de idas e vindas, nós já estamos correndo o risco até de nos desmoralizarmos, tanta coisa que se falava sobre esse assunto e de obra mesmo não acontecia nada; também não vou fazer o relato da dramaticidade que é para qualquer empresário tentar fazer esse tipo de prestação de serviço público. Foi feito um simples regulamento nos últimos 40 anos, única e exclusivamente com o objetivo de impedir que houvesse uma participação da iniciativa privada nesse setor. E qualquer pessoa que tentasse isso, era visto como um intruso que praticamente queria tomar as riquezas do Brasil, como se ele fosse se apropriar daquilo, é um egoísmo impressionante. Observamos isto desde a época de Getúlio Vargas, que criou somente dificuldades e mais dificuldades. Para concretizarmos esse problema da ferrovia e da usina hidrelétrica — é uma coisa inacreditável — passamos por muitas dificuldades. Existe um projeto de lei de concessões do serviço público, está no Congresso, parece-me que no Senado agora, que é outro fato que tem que ser equacionado. É incrível! Por exemplo, quando vamos dar início à construção de uma ferrovia, só para os senhores terem uma idéia, nós temos que comprar a área e pagá-la: aí antes de se começar a construir, tem-se que doar a área ao Governo. Ou seja, ele dá uma concessão, uma autorização: você compra, paga, doa e ele que aí permite que você a utilize. Ou seja, você já começa a construir em uma área não que lhe pertence mais, e que você comprou e pagou. Aí existem normas de cê não pode dar a obra em garantia, vamos supor, eu estou construindo essa usina hidrelétrica, é o banco que vai financeira, eu sou impedido, de acordo com a lei atual, de dar a usina em garantia. Então, o banqueiro começa a ficar absolutamente desconfiado. Ela fala: "Puxa, o sujeito quer o crédito para ela construir se ele não pode dar a indústria ou qualquer coisa como parte da garantia!" A pessoa que se aprofundar nisso aí, qualquer grupo estrangeiro, qualquer pessoa que vê isso não vai acreditar, parece gozação, parece brincadeira as dificuldades para uma cabeça, que esteja fora do Brasil, entender como é que isso pode ocorrer e o brasileiro aceitar essas dificuldades. Por isso que nós temos 60% da economia estatizada, 15% em multinacional, 25% de empresários brasi-

leiros, que não são nada; dentre esses 25%, 11% é agricultura e o resto é prestação de serviço, ou seja, a tal classe empresarial brasileira trabalha para o próprio Governo, em primeiro lugar, ou então faz supermercado, hotel investe em turismo. São poucos os empresários que investem em indústrias pesadas, como em aço, etc. Vemos o Sr. Antônio Ermírio; como ele, apenas mais meia dúzia. Esse negócio no Brasil não existe, a qualquer problema chamam os empresários.

Deixaram a agricultura para a classe empresarial; o Governo não quis se meter. Ele é corajoso mas, em se tratando de agricultura, preferiu não interferir.

Mesmo com essas dificuldades, resolvemos enfrentar esse desafio. Sinto-me muito satisfeito em poder empreender isso. Estou com mais de 60 anos; esse é um objetivo de vida, não tenho pretensão de coisa nenhuma.

Creio que realmente tenho condições de fazer isso. Reconheço que recebi apoio de muita gente, de políticos, de pessoas que querem modernizar o Brasil, que têm uma certa visão; caso contrário, eu não teria conseguido de maneira nenhuma. O nosso contrato prevê recursos da Sudam, conversão da dívida, ou seja, agenda de frete. Mas, por enquanto, o único dinheiro que foi colocado aqui foi o nosso.

Estamos dando uma demonstração: vamos executar os primeiros 300km e depois vamos ver como é que fica. Realmente, temos de reconhecer que a situação do Brasil é difícil realmente prioritário que se faça qualquer coisa no sentido de fornecer energia e transporte para essa região. Não adianta produzir se não há como escoar.

Portanto, em relação à ferrovia que estamos construindo — está em plena obra, quero dizer que vamos construir 10km por mês. Já construímos 20km, estamos entrando com um cronograma de 10km por mês daqui para frente

Em primeiro lugar, a ferrovia visou a um aspecto absolutamente concreto: existe um mercado para onde vai a nossa produção. Temos uma grande produção que é toda consumida no Brasil. Toda vez que pensamos em fazer qualquer tipo de escoamento, só imaginamos a exportação. Não é isso! Precisamos, primeiro abastecer o mercado interno, depois a exportação.

A ferrovia sai da divisa do Estado de São Paulo e se dirige a Cuiabá com um troço no Triângulo Mineiro. São dois troncos absolutamente idênticos, passando por Goiás e indo até Uberlândia.

Vamos ter uma redução, em termos de frete, de pelo menos 50% do custo, o que já representa uma soma bastante razoável. Trata-se de ferrovia moderna, super um moderna, bitola larga, vagões de 120 toneladas cada um. Realmente, vai mudar muito a maneira de se ver o sistema de transporte no Brasil.

Num segundo momento, ela se dirigirá para a região de Nova Floresta, Sinop, seguindo até Santarém, mas terá uma derivação à direita, ligando-se com a ferrovia de Carajás, que também é da Companhia Vale do Rio Doce e tem as mesmas características, por exemplo, é de bitola larga.

Teremos o escoamento da produção que se destina à exportação, de Mato Grosso para cima. O escoamento tanto poderá ser feito passando por Goiás, por Minas Gerais, pelo porto de Tubarão, ou por São Paulo. Mas, de Cuiabá para cima, não haverá necessidade de a produção ir para o porto de Santos, nem para o Porto de Tubarão; pode pura e simplesmente ir para Santarém e, muito mais provavelmente, numa distância muito menor, vai entrar na ferrovia de Carajás e

sair pelo porto de Itaqui, que é um porto de águas profundas para navios de grande calado.

Esse sistema de transporte que imaginamos prioriza o mercado interno, mas procura viabilizar a exportação pelo melhor sistema de escoamento: seriam esses portos já mencionados, sem necessidade de a produção dirigir-se ao porto de Santos ou qualquer outro porto.

A ferrovia pode atender aos estados do norte, como o Maranhão, levando movimento para esses portos, levando um certo desenvolvimento para o norte do Brasil. Pode, também, evitar um super congestionamento no porto de Santos. Já temos as linhas congestionadas da Cepasa, e o sistema de transporte de todo o Sudeste está congestionado.

Ela prevê e uma saída maneira muito moderna e eficiente.

Bom, acho que o meu tempo aqui já está praticamente esgotado. Não é isso?

Num primeiro momento, queria apenas dar uma visão do sistema de transporte que estamos tentando implantar. Já estamos em pleno trabalho, com centenas de máquinas operando; estamos construindo a ponte que liga o Estado de São Paulo ao Estado do Mato Grosso do Sul. Felizmente, isso passou a ser uma realidade.

Essa ferrovia será auto-suficiente em cada quilômetro construído. Não é como uma obra, que tem de chegar ao fim para começar a operá-la; ela começa a operar na medida em que for avançar. Creio que, depois de construída, com a potencialidade desta região — Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará — realmente nos surpreenderemos. De 70 milhões de toneladas o Brasil poderá ir para 200 toneladas. Nossa ferrovia poderá escoar mais de 70 milhões de toneladas. Não causará interferência com o sistema hidroviário de Cárceres; são regiões distantes uma da outra.

Quem produzir próximo a Cárceres, se quiser descer pelas barcas, que é um sistema de transporte excelente, poderá utilizá-las. Quem estiver lá em cima, perto de Porto Velho, poderá sair pelo rio Madeira, ou seja, esses sistemas não concorrem um com o outro; pelo contrário, eles se complementam. Podemos levar a produção usando a ferrovia, complementando depois com hidrovia; podemos também sair direto, pela ferrovia, até o porto.

Não existe choque de interesses entre sistemas de transporte. Pelo contrário, creio que, no Brasil, transportamos 70 ou 80% da produção em caminhões; nos Estados Unidos ocorre exatamente o inverso. Eles têm uma frota de caminhões muitíssimo maior do que a brasileira, porque, como eles trabalham com a eficiência barata, a produção deles é 7,10 vezes a produção brasileira.

Não há o que temer, os caminhoneiros não vão ficar sem serviço. Quando a produção duplicar, triplicar, quadruplicar vamos precisar de mais caminhões para transporte em distâncias médias e locais. A ferrovia não vai concorrer; ao contrário, vai trazer o progresso e uma utilização muito maior do sistema de transporte.

Era só isso. Mais na frente voltaremos a conversar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)— Agora, fará uso da palavra ao Dr. Luiz Antônio de Carvalho, representante dos empresários do Estado de Goiás.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, Senador Beni Veras; Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Secretários, Srs. Membros da Mesa, Senhoras e Senhores:

A primeira coisa que vejo, como empresário, é que a elite brasileira decide os destinos deste País e encaminha as soluções para o nosso povo, para o nosso desenvolvimento, para a nossa soberania e para o crescimento da Nação brasileira.

Ouvimos o empresário Dr. Olacyr Moraes, ouvimos depoimentos dos professores, dos políticos; todos disseram que existe um desconforto em todos nós diante da situação que estamos vivendo. Ao sentir esse desconforto, tento pensar como um militar, ou seja, sobre a intenção que temos dentro dessa guerra, os objetivos que temos, as táticas que vamos usar, as ações que vamos tomar. Acredito que, para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, a questão do transporte — como disse o Dr. Olacyr e todos os oradores que me antecederam também colocaram, transporte, energia e industrialização.

Qual a intenção que temos nesse processo de desenvolvimento? A quem queremos contemplar nesse processo de desenvolvimento? Quantas pessoas serão contempladas? Que regiões serão, mais ou menos, contempladas?

Penso que está na hora de — eu, como empresário, me coloco nessa posição — adotarmos um pensamento holístico, global, cibernético, no qual devamos, no nosso planejamento, atender às pessoas, às regiões e aos elementos que compõem o desenvolvimento.

Pensar em desenvolvimento só para mim, para uma determinada classe, para um determinado setor, é suicídio e acabamos sendo ídolos de pés de barro.

Os tigres asiáticos, aludidos constantemente, seu crescimento, sua força, não reside na indústria automobilística e na sua grande indústria. Após a II Guerra Mundial, o Japão e os países ocupados pelos Estados Unidos dividiram suas terras e deram condições de trabalho e desenvolvimento, verticalizaram a agricultura naquela região. Daí sua força.

O crescimento da Coreia do Sul não está restrito à sua indústria automobilística, à sua grande indústria bélica, à sua indústria pesada; o segredo da Coreia reside em sua agricultura, onde o agricultor possui pequenas máquinas com as quais industrializa seu produtor e tem o benefício, evitando os intermediários, indo da produção à exportação do produto, se assim o quiser.

Então, o desenvolvimento da Coreia, de Singapura, da Tailândia será baseado na agricultura.

Temos a imensa responsabilidade de industrializar a Região Centro-Oeste. Industrializar nossa região não significa dar apoio só aos grandes. Os grandes, como disse o Dr. Olacyr, não serão prejudicados com o crescimento dos pequenos. Ao contrário, estaremos antecipando uma terceirização de produtos. Esses pequenos produtores poderão ceder seu produto já manufaturado, com muito valor agregado. Quanto mais valor agregado melhor. Vivenciamos essa experiência em Goiás. Em uma fazenda de algodão, um amigo, quebrado, estava vendendo algodão a 40 cruzeiros o quilo. No momento em que nós, eu e ele, juntos, utilizamos uma algodoeira, da algodoeira partimos para o beneficiamento de extração do óleo e da torta e, depois, para a produção do fio, esse mesmo produto primário que antes era vendido a 40 cruzeiros o quilo, hoje essa empresa tem o prazer de vender o mesmo quilo de algodão por mil e 200 cruzeiros. Isso proporciona uma vantagem adicional; aquele pessoal que ficava empregado durante 4 ou 5 meses hoje fica empregado o tempo todo.

Hoje, o Governo de Goiás, que não recebia imposto nenhum, a não ser 40 cruzeiros provenientes do algodão, passa

a receber impostos sobre esses mil e 200 cruzeiros, no momento em que esse produto deixa o Estado de Goiás e vai para outras indústrias.

Na medida em que conseguimos produzir um fio de melhor qualidade, este fio, de qualidade mais fina, poderá ser exportado para qualquer parte do mundo, tendo mercado, sempre.

Então, vemos o que representa para a Região Centro-Oeste a capacidade de industrializar seus produtos.

Falar sobre isso é muito fácil. Como e com quem nós vamos industrializar, que processo vamos ter, que processo a classe política, a classe dirigente vai poder adotar? Porque em tudo isso há uma ameaça pairando sobre todos nós, brasileiros. A ameaça é a seguinte: na medida em que esses exércitos de desocupados, de pessoas marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico, começarem a se sentir desconfortáveis como estamos nos sentindo hoje, essas pessoas, sem dúvida nenhuma, começarão a agir de forma mais irracional, mais grave e mais predatória do que tem sido até agora. É responsabilidade nossa, inclusive de sobrevivência, termos condições de processar, de incentivar esse desenvolvimento. Esse desenvolvimento deverá ser feito por pessoas; que esforço às universidades, que esforço às escolas, que esforço toda a sociedade, como um todo, está fazendo para que possamos mudar a mentalidade do nosso produtor rural que, em vez de ser incentivado, é intimidado, e são poucos os empresários que têm a coragem de enfrentar a formação de sindicato. E isso não é pecado, pois é preciso que se faça mesmo para que se mude a mentalidade. Até que ponto as pessoas que trabalham comigo, que trabalham com Olacyr, que trabalham com qualquer empresário, são nossos inimigos ou são nossos colaboradores na construção daquilo que nós estamos fazendo? Há o foco mais cibernético, mais holístico. Por que o Japão consegue ser a Nação mais desenvolvida industrialmente? Por que os tigres asiáticos conseguem isto também? Porque uma nova mentalidade empresarial se criou, e aqui no Brasil nós sentimos a necessidade de fazê-lo e transformarmos todas as pessoas; tanto os nossos funcionários, aqueles que trabalham conosco, como nossos parceiros nas dificuldades que atravessamos, como também dos resultados que venhamos a ter. Com os nossos fornecedores a mesma situação de parceria, de entendimento e de solidariedade que devemos ter, para que tenhamos a responsabilidade de entregar aos consumidores um produto da melhor qualidade.

Este da vida brasileira é crucial. Recordo-me que houve um momento na história de Portugal em que a nobreza portuguesa, produtora de vinhos e de óleo de oliva, fez um acordo com a nobreza inglesa, e esse acordo foi o seguinte: a indústria nascente em Portugal, que estava nas mãos dos cristãos novos, dos judeus convertidos, essa indústria foi completamente destruída, em troca, a nobreza portuguesa recebeu a garantia de que a Inglaterra só compraria o óleo e o vinho de Portugal, deixando a França de lado, e a Inglaterra assim o fez.

O que aconteceu com Portugal, ao assinar esse acordo lesivo aos seus interesses, que o transformou desde àquela época numa nação de Terceiro Mundo em plena Europa? Portugal ficou num subdesenvolvimento, e o que é pior, a indústria de óleo, a indústria de vinho dos nobres portugueses passaram todas para as mãos dos ingleses. Então, aquele acordo que foi bom inicialmente, Portugal passou a ser simplesmente uma nação de Terceiro Mundo em plena Europa.

Nós, brasileiros, também sofremos esse tipo de visão caolha, míope da nobreza portuguesa porque, no Brasil, nesse

período colonial as oficiais brasileiras eram proibidas de terem mais de dois funcionários, passava disso aí, os nossos artesãos, os donos de oficina eram considerados criminosos e o desenvolvimento brasileiro empacou um pouco. Então, nesse momento temos que ver a quem interessa. A visão dos políticos, a visão da classe dirigente é no sentido de quê: a quem interessa, que intenção temos no desenvolvimento. Devemos ser holísticos, fortalecer aqueles que já são fortes e dar força àqueles que querem crescer.

O povo brasileiro só será verdadeiramente uma nação na medida em que nós tenhamos a coragem de vencer os preconceitos culturais de uma colonização que nos deixou até hoje amarrados. É preciso que deixemos de lado aquele espírito predatório português, que aqui chegava, dizendo: vamos para o Brasil, vamos enriquecer, depois eu volto, compro uma quinta e deixa no Brasil seja lá o que for. Essa mentalidade nós ainda temos, e é possível que com essa mentalidade estejamos, inconscientemente, fazendo aquilo que não deveríamos fazer com essa Pátria e com esse povo. Na realidade, a nossa responsabilidade agora é grande. Estamos no momento em que os tigres asiáticos não vão ficar parados na Ásia, os tigres asiáticos virão para o Ocidente e virão com a competência de lá e vão alijar todas as lideranças do Ocidente que não tiverem a competência de enfrentá-los com as armas que eles têm, que é a da competência pelo comprometimento.

Na realidade, mais do que o comunismo, os tigres asiáticos ameaçam o Brasil, porque eles virão mesmo e se nós não tivermos a competência ou o comprometimento conosco e com aquelas pessoas que conosco transam os negócios, que conosco transam a economia, que conosco transam a cultura, a educação, seremos inevitavelmente derrotados. Talvez não seja a nossa geração, talvez não seja a dos nossos filhos, mas isso acontecerá e talvez aconteça mais cedo do que imaginamos. E por isso se faz necessário, e eu vejo com grande alívio o interesse de alta cúpula política do País, o interesse dos governos, aquilo que ouvi dos secretários dos estados, e aquilo que escuto dos professores da universidade me dá um grande alento, aquilo que eu escuto do Dr. Olacyr Moraes, o seu espírito empreendedor que deverá servir de exemplo a todos os empresários brasileiros para que nós realmente trilhemos o caminho do desenvolvimento, um caminho no qual vejamos na formação das pessoas, no desenvolvimento intelectual nosso, no desenvolvimento da nossa capacidade de enfrentar problemas, de criar problemas para o nosso desenvolvimento, para o nosso crescimento.

Era esse depoimento que, como empresário vivido, sofri, eu gostaria de dar, na certeza que a partir do momento em que tomamos consciência desse desconforto que vivemos, chegou a hora de partirmos para um desenvolvimento global holístico no qual contemplemos toda a população brasileira e no qual sem a Educação é fundamental. Não devemos ter medo da concorrência, devemos sim dotarmos cada vez mais comprometidos com o nosso negócio e cada vez mais competentes para poder levá-los à frente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Convidamos agora para usar da palavra o Dr. Jorge Elias Zahran, representante dos empresários do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. JORGE ELIAS ZAHARAN — Exmº Sr. Senador Beni Veras, Presidente-coordenador deste Simpósio e demais componentes da Mesa, senhores e senhoras:

Preparei um pequeno trabalho que me reporta muito atrás no tempo, para ser lido aqui, mas irei fazer algumas pequenas considerações antes da leitura do trabalho.

Este assunto foi esgotado *ad infinitum* pelos oradores que me precederam. Eu levo a vantagem ou a desvantagem de ser possivelmente o último do dia e da tarde.

Não há mais novidades a serem ditas. Nós falamos das ferrovias, falamos das hidrovias, falamos do que é caro, o transporte para as regiões tão longínquas dos centros consumidores, como é o caso do Centro-Oeste. Nós falamos da necessidade de melhorar os vencimentos, a massa consumidora do País está prejudicada, porque ganha muito pouco, os empresários se sentem prejudicados, porque estão perdendo posição e recursos, o Estado é prejudicado porque não recebe, há sonegação e a economia informal é um fato no País. Nós precisamos que o Governo aumente a grade de recebimento e aumentando a grade reduza o volume de cada um imposto, diminua também a quantidade de impostos.

Tudo isso a nossa sociedade empresarial, os senhores, estão aqui, estão muito cansados de conhecer e de saber muito mais do que eu.

Muito bem! Ninguém falou do lucro. O lucro é o céu do empresário. No dia que o religioso souber que não existe céu, onde ele terá uma vida tranqüila, eterna, ele deixa de trabalhar. Para que é que ele vai trabalhar?

Não tem céu, não tem lucro. Fazemos nós o quê? Não adianta alguém dizer que precisamos ir mais para o interior e produzir em terra melhor e transportar melhor e mais barato e não ter lucro.

O que nos move a todos é o lucro, que vai fazer com que as diferenças regionais se eliminem, porque é mais barato investir aqui no grande norte do Mato Grosso, nós vamos produzir em terras tão férteis quanto... ou mais férteis do que as outras e vamos transportar de maneira mais econômica e, apesar de longe, a lucratividade vai existir e permanecer.

Hoje a lucratividade não é a primeira intenção do empresário, ela acontecerá se possível, porque a primeira e a principal é a manutenção da empresa, por consequência, a manutenção do emprego que é hoje a única maneira de nós alcançarmos a tranqüilidade social; não ainda a paz social sonhada por todo o mundo, mas a tranqüilidade social.

Qual é a nossa diferença social? É o arrastão do Rio de Janeiro, é a Febem de São Paulo ou é só a distância e a necessidade das autoridades olharem com mais carinho para um certo setor que produz e responde rapidamente por qualquer investimento colocado?

Em síntese, tudo o que falamos aqui, primeiro se resumiu no frete do professor, excelente colocação. Agora, acho, que ele se resume realmente no resultado, no corolário de toda a atividade industrial. O melhor imposto, o mais justo, o que todo o mundo gosta de pagar é o Imposto de Renda, desde que ele não incida sobre o salário. E é o que está acontecendo, ele vai sobre o salário, os empresários são poucos os que conseguem um nível de renda satisfatório, nós estamos todos sobrenadando, tentando sobreviver e vendo a situação se deteriorar a cada instante.

Eu trabalho pelo aumento da grade, mais pessoas pagando imposto, cada um pagando menos e o Estado arrecadando mais. Pela Legislação o Governo da União perdeu grande parte de sua receita que transferiu para o Estado, mas o Estado acostumado até hoje a depender do Governo, apesar de ele ter mais receita, pretende que o Governo Federal resolva os seus problemas estaduais, não um estado, mas todos. Todo

mundo pretende isso, até o Estado de São Paulo, que é essa potência. Costumo me referir ao Estado de São Paulo como um país vizinho, amigo, lindeiro de Mato Grosso do Sul, às vezes não se porta como um amigo. Estão fazendo agora uma excelente hidroelétrica e vai nos tomar 182 mil hectares de terra produtiva e o Estado de São Paulo perde 40 mil. Então às vezes eles são amigos, não são muito amigos, não, mas são amigos. Mui amigos!

Nós precisamos da energia elétrica! Por que não um esforço em cima desse gás boliviano que nos colocará energia elétrica, dependendo das nossas termoelétrica, lá no Estado, com variações, com segmento até São Paulo? Por que não resolver definitivamente, sem nenhuma poluição, já que o nosso Estado é um Estado de rio sem barranco, difícil de construção de hidroelétrica? O transporte será o do gás, não será o transporte da energia, porque a turbina trabalhará ao pé da necessidade. Essas coisas todas nivelariam pelo alto as nossas desigualdades regionais. Isto posto, devo colocar um pequeno trabalho que foi feito e que minimiza, naturalmente, essas nossas primeiras palavras.

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil mostra que um dos grandes problemas que este País sempre enfrentou foi, sem dúvida, a consolidação por regiões, em épocas diferentes, da concentração do capital, que, como os senhores verão, é a causa básica da grande desigualdade regional, característica do nosso modelo de crescimento.

Acredito na concentração de capital. Só capital concentrado pode gerar empresas e empregos. Não adianta que todos possam estar mais ou menos bem. Alguém tem que estar bem para fazer fábricas, para dar emprego. E empresas precisam existir por concentração de capital, para poder gerar novos empregos. Até porque, se a empresa depender de capital de bancos ou de qualquer outra receita que não a sua própria, não vai gerar muita coisa. Vai conseguir gerar para pagar, possivelmente, os juros abusivos que são praticados hoje no nosso País. Somos um grupo muito grande que trabalha com o olho no mercado financeiro, que quer saber quanto é que paga hoje o CDB, quanto é que deu a poupança. Mas não pode funcionar assim. Não se trata do tanto que se tem, o tanto que se precisa; trata-se do tanto que o operário precisa para sentir-se digno na sua vida, no seu dia-a-dia.

Se voltarmos um pouco no tempo, veremos que a nossa história econômica é baseada em ciclos, como o do pau-brasil, o da borracha, o do açúcar, o do ouro e o do café. Sem dúvida, o ciclo da cana-de-açúcar caracterizou-se como o primeiro de relevante importância, colocando o Nordeste como pólo de desenvolvimento do País, não só em função da monocultura da cana, mas principalmente da indústria açucareira. Por falar em cana e açúcar, nós, no Estado de Mato Grosso do Sul, temos uma quota destinada pelo falecido IAA de 2 milhões de sacas, há 4 anos. Destinada, porém não regulamentada. E aí não podemos fabricar açúcar; e aí as 8 destilarias de álcool, que querem fabricar açúcar, não podem investir, não podem aumentar sua área plantada e não podem, também, oferecer mais e melhores empregos.

Falei, há poucos dias, na Confederação Nacional da Indústria com o Ministro da Indústria e Comércio, Sr. José Eduardo de Andrade Vieira. Pedi uma audiência para discutir esse assunto. Talvez pelo fato de S. Ex^a ser grande empresário, além de ser banqueiro — é o caso do nosso companheiro Olacyr Moraes, que é empresário antes de ser banqueiro — talvez ele se sensibilize à necessidade de que o mercado aja de forma livre. Talvez S. Ex^a não pense tanto nas usinas de

açúcar do Paraná, de São Paulo, nem do nosso glorioso e sofrido Nordeste.

O Nordeste passa a ter uma importância ímpar para a nossa economia, com grande acúmulo de riquezas, além de monopolizar decisões políticas do País, já que a capital era Salvador. Porém, essa situação não se perpetua, infelizmente. E em função da superprodução, já que o Caribe e as Antilhas passam a ser nossos concorrentes no produto, esse parque agroindustrial começa a declinar. Observem os senhores: temos aqui uma situação de retrocesso econômico e paralisação da geração de riquezas na região. Os donos do capital não criam alternativas para a sua aplicação e, conseqüentemente, esse pólo econômico se desloca do litoral para o interior do País. É o ciclo do ouro, que se inicia nas Minas Gerais, estendendo-se por Goiás e até aqui em Cuiabá, 1600 a 1700.

Os senhores não se preocupem, serei mais rápido ao tratar dos acontecimentos de 1700 para cá; não será longa a colocação.

É uma época áurea para o Brasil. A interiorização da economia é uma realidade. O Nordeste perde sua influência e Salvador entrega para o Rio de Janeiro o status de capital do País.

Vejam vocês como é interessante observar que não existe uma integração em termos de crescimento econômico. As regiões apresentam um surto de desenvolvimento de maneira isolada, sem proporcionar condições de continuidade ao processo, não dando ao território nacional característica de unidade quanto ao desenvolvimento. É assim que, com o esgotamento das primeiras minas e a conseqüente decadência do ouro como produto de maior importância no cenário, o eixo da nossa economia começa a se deslocar novamente, dessa vez para o Sudeste. E, no final de 1800 e início de 1900, configura-se um novo ciclo: o do café.

Sobre o lucro: "A potencialidade da região e a perspectiva do lucro rápido passam a atrair os migrantes, principalmente da Europa". Mas, como tudo neste País é cíclico e como há fatores externos à economia do Brasil, o café também não durou; até queimado foi.

Eu era guri nessa época; lembro-me perfeitamente bem do anúncio e das informações, via rádio e via jornal, dizendo que estávamos queimando café e jogando café no mar para manter o seu preço. Erros de política econômica, em outros tempos. Não é isso? Nós, os antigos, lembramo-nos bem disso.

No entanto, a situação se modifica. O ciclo do café termina, mas a região não abre mão do seu status de pólo econômico. O ciclo muda, mas já estava consolidada em São Paulo a estrutura necessária para, dentro da própria região, surgirem alternativas para a aplicação de capital acumulado com a produção do café. "A mentalidade empresarial dos migrantes europeus que ali aportaram, aliada ao estancamento das importações de manufaturados, em função da Guerra Mundial, mais a necessidade de se produzir para o consumo interno, cria a era da substituição de importação, muitas vezes mencionada aqui, iniciando assim o processo de industrialização da economia brasileira, que se estende por toda a Região Sul".

É claro que esse processo de substituição de importações dos anos 50 e 60 e a necessidade de ampliação do mercado consumidor para produtos gerados pelas novas indústrias, nem sempre prioritárias para a sociedade, impôs ao Nordeste e demais regiões um modelo econômico e de consumo desvinculado, muitas vezes, das realidades daquelas regiões. Assim, principalmente o Nordeste passou a ser subordinado à lógica de acumulação do Sudeste, transferindo para lá força de traba-

lho e excedentes econômicos. Estava dessa forma consolidada, àquela época, a grande desigualdade entre as regiões brasileiras".

Estamos aqui a conversar do Nordeste, do Sudeste e do Sul, mas o nosso tema é o glorioso e sofrido Centro-Oeste.

Dizem os meus assessores que essas duas Regiões estão ainda deitadas em berço esplêndido. Não concordo. Estamos trabalhando — e muito — e não trabalhamos deitados. Trabalhamos em pé, e firme.

A conformação econômica dessas duas regiões é completamente diferente daquela ocorrida no Nordeste e Sudeste, pois ainda não passaram por nenhum processo de grande impacto econômico e, conseqüentemente, não sofreram nenhum retrocesso também.

Como sou da fase heróica, da mesma fase do Dr. Olacyr — estamos aqui desde antes de 1965; em 1967 inauguramos aqui a TV Centro-América — creio que sofremos, ou nos beneficiamos, de um processo, um procedimento de melhoria econômica da vida no Mato Grosso, principalmente aqui, em Cuiabá. Venho de quando em vez a Cuiabá; a cada vez que venho, surpreendo-me com as modificações que encontro; nenhuma delas para pior. Naturalmente, o centro da cidade, o centro antigo, o centro histórico da cidade está automaticamente preservado. Mas Cuiabá espalha-se pelo grande Planalto, e é uma coisa rica de se ver. Orgulha-me, agrada-me muito essa situação.

O que nos parece lógico é que o empresariado brasileiro ainda não se conscientizou das potencialidades existentes por aqui. E o Governo também não o fez. Tínhamos a Sudeco, que cuidava dos interesses do Centro-Oeste. Foi extinta a Sudeco. Permanece a Sudam, permanece a Sudene. A Sudam, com todas as dificuldades, com todos os desvios, está trabalhando, trabalha tanto, oferece algumas possibilidades que, a respeito da Sudam, gostaria mesmo é que o Paralelo 16 se deslocasse aqui de perto de Rondonópolis e fosse levado até o rio Paraná e englobasse o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, na tal da Amazônia Legal, e poderíamos continuar a trabalhar, até, talvez, com uma pequena folga, amanhã.

É bom lembrar, aqui, que houve, na década de 40, a primeira tentativa, por parte do Governo Federal, da interiorização da economia brasileira a famosa "marcha para o Oeste". Quando, em 1941 e 1943, foram criados, através de projetos de reforma agrária, a Colônia Nacional de Ceres e a de Dourados, respectivamente, e, se não estou enganado, a de Rondonópolis.

Na década seguinte, 1950, a população do Centro-Oeste cresceu 73.11%, contra 36.66% do Brasil. Nessa época, cresceu bem a população do Centro-Oeste. (Risos.)

Recente trabalho publicado pela Fundação Pedroso Horta, de Campo Grande, mostra-nos que o segundo ensaio de incorporação do Centro-Oeste à economia nacional se deu com a construção de Brasília pelo saudoso Juscelino Kubitschek, sendo construída, logo em seguida, a Belém—Brasília.

O crescimento populacional da região nessa década de 60 foi semelhante ao da década anterior, sendo mais que o dobro da população do Brasil: 71.85% e 33.12%, respectivamente, o que nos sugere que as tentativas de interiorizar a economia nacional estavam, até certo ponto, dando certo.

Daí para cá, foram abertas várias rodovias, cortando de norte a sul, de leste a oeste a região. Nos anos 70, houve vários programas nacionais de desenvolvimento: o Prodoeste, o Polocentro, o Prodegran e o Prodepan, a Prodiat e o Polocentro.

Houve um forte fluxo migratório e o processo de desenvolvimento se baseou na cultura de grãos para exportação, principalmente a soja, e na produção da carne bovina.

Em produzir soja e produzir carne, somos craques. Produzimos e muito bem. Transportamos muito mal e, aí a nossa competitividade fica prejudicada.

As soluções virão, seja pela rodovia, seja pela hidrovía, seja pela agroindústria, que está se instalando aqui e se instalou há uns seis ou sete anos, graças a um projeto, um plano de incentivo fiscal instituído ao tempo do Senador Wilson Barbosa Martins, como Governador do Mato Grosso do Sul, que, de cara, colocou três ou quatro grandes indústrias de esmagamento de soja a funcionar, lá, em Mato Grosso do Sul. São oito hoje. Não sei dizer se todo o mundo está muito bem, dada a essa nossa conjuntura, dado esse problema de sermos grandes produtores de soja, mas não sermos ordenadores dos valores se não mandarmos no preço internacional. Dado às defasagens cambiais antigas e não existentes agora, tivemos grandes dificuldades para superar a diferença de até 70% no câmbio, à época desses acontecimentos.

Lembro-me que uma das nossas indústrias — vou tomar como exemplo — implantada em Dourados, para esmagar 300 e poucas mil toneladas de soja/ano, trabalhou menos de 100 dias, porque não existia mais grão para esmagar. Numa região que produz cinco, seis, sete vezes mais do que a necessidade da indústria. O grão foi para o Paraguai, ou, às vezes, nem foi; do Paraguai foi para Paranaguá — é muito parecido o nome Paraguai e Paranaguá — e acabou sendo exportado como soja paraguaia, até porque soja, como boi, não tem sotaque; ninguém sabe onde é que ela foi produzida e, aí, vai-se embora pelos valores possíveis de serem praticados.

Realmente é um processo de expansão econômica, excelente, mas será que esse é o modelo que estamos querendo mesmo? Será que é isso que estamos pretendendo? Esse modelo nos coloca numa posição de menos exportadores de matéria-prima, coisa que não queremos ser. Queremos exportar menos a matéria-prima e até, se possível, exportar os nossos manufaturados para os grandes centros e até para os países que compõem o Mercosul.

Por algum motivo, a nossa balança comercial com a Argentina mostra um excedente de um bilhão de dólares, que começa incomodar o industrial o argentino. Ele quer diminuir essa diferença. O mesmo ocorre com o Paraguai, porque a balança comercial com o Paraguai sempre foi prejudicada. Com relação ao Paraguai, hoje ela é beneficiada, porque o Paraguai nos vende a energia que ele produz porque entrou com as margens do rio, entramos como o dinheiro e fizemos a Usina de Itaipu e, agora, estamos comprando a energia por valores maiores do que os conveniados, pelos próximos cinquenta anos.

O nosso ex-Chanceler Francisco Rezek, nas articulações para implantação do Mercosul, disse que a energia elétrica produzida por Itaipu estava também na quantificação dos excedentes das mercadorias que podíamos vender. Logo, o Paraguai quer pegar o excedente que não estamos consumindo, ou que ele está produzindo em 50 ciclos, e vender para a Argentina por preço melhor do que o nosso e, depois, nos obriga à equalização dos preços.

Então, essa é, nesse setor, a situação que estamos vivenciando. Acredito que o Chanceler Fernando Henrique Cardoso vá dar cobro a essa situação e vamos poder consumir o que o nosso dinheiro, ou a nossa dívida fez produzir, lá, no Paraguai.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, as transferências de recursos para São Paulo é enorme. Quanto a isso, já fiz referência, porque somos uma região de grande potencial, atrelados ao desenvolvimento do Sudeste e engatinhando num processo de agroindustrialização e perdendo dia a dia espaços para os Estados do Nordeste.

Para os Srs. terem uma idéia, em 1991, a receita do Senai — sou Presidente da Federação do meu Estado e sou, naturalmente, Diretor do Senai, devo conhecer, estávamos em décimo quinto lugar no ranking nacional; hoje, somos vigésimo lugar. Tão ruim quanto à nossa posição é a posição do Mato Grosso como também a de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Essa concentração de renda industrial ou pagamentos de salários industriais é maior nos outros Estados, porque não temos grande concentração industrial. Temos baixado de seis por cento a participação do setor industrial no recolhimento do ICMS do Estado, antes do Programa de Incentivo Fiscal, ficando em vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro por cento, atualmente.

O Programa de Incentivo Fiscal, instituído e modificado, porque a economia se modificou, mas instituído pelo Dr. Wilson Barbosa Martins, lá, em Mato Grosso do Sul, deu um excelente resultado e continua dando. Ao longo desses seis ou sete anos, a economia se modificou e chegamos a ficar uns oito meses com inflação zero, à época do Plano Funaro. O Projeto e o Plano se baseavam, realmente, na devolução do dinheiro perdido pelo Estado, um percentual que seria o da correção monetária. Devolveríamos o dinheiro ao início dos trinta e seis meses até possivelmente sessenta meses, com uma correção igual a trinta por cento da correção medida no período. Ora, inflação zero não tem benefício. Como fica? Então, essas coisas foram se modificando até termos, hoje, um benefício de sessenta e sete por cento, de cem por cento que poderiam ser dados pelo ICMS.

Dentro desses trinta e poucos por cento, fica a participação do município em vinte por cento; um fundo para a consolidação e a melhoria desses núcleos industriais e esses recursos voltam para a iniciativa privada.

Além desse plano de incentivo fiscal, nós só temos o FCO, e mais nada. A parte que cabe ao Mato Grosso do Sul no Fundo Constitucional do Centro-Oeste é igual a 23% de 0,6%, que é o que nos toca, mas é dinheiro suficiente para termos implantado mais de cem empresas nestes últimos dois anos com a gestão pelo Banco do Brasil desses recursos. Realmente, envolve bastante dinheiro a gestão desses recursos do FCO.

Agora, o FCO está arriscado a sofrer uma redução de valores, porque se preconiza a eliminação do IPI, a mudança do IPI. Ora, esse dinheiro basicamente vem do IPI, que todos devemos pagar, e do IR, que paga quem, graças a Deus, tem lucratividade, o que não é muita gente — menos de 1% neste País paga Imposto de Renda.

Nós precisamos desses recursos para continuar um desenvolvimento que se vem dando de forma firme, paulatina, mas vem se dando. Nós não estamos regredindo na nossa atividade. Há crescimento e ele precisa desses recursos.

Se houver perda pelo IPI — e eu espero, naturalmente, que os representantes, no Congresso Nacional, dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que incorpora mais dois Senadores neste momento, fiquem sendo nossos padrinhos nessa luta, além de parlamentares de outros Estados,

até porque o FCO é o correspondente ao Fundo Constitucional do Nordeste e do Norte.

O Nordeste tem 1,8, o Norte tem 0,6 e o Centro-Oeste também tem 0,6.

Bom, nós podemos seguir vários exemplos de união, já que estamos falando do Centro-Oeste. As nossas necessidades são muita parecidas, e eu me refiro, agora, o Mato Grosso do Sul e a Mato Grosso.

Essa união que nós estamos vendo aqui poderia e poderia... Desculpe, você também é nosso padrinho. É que você está tão aqui na minha frente, é tão amigo, de tão longa data, que eu já estou achando que você é do Mato Grosso do Sul, tranquilamente.

Nós devemos, no Centro-Oeste, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, seguir o exemplo das Bancadas do Nordeste, que reivindicam duro e junto, para que consigamos não ficar para trás nesse processo de ainda buscar recursos ao nível de Governo Federal.

Nós precisamos também — sempre o Mato Grosso do Sul —, pelas nossas potencialidades, pelo que nós podemos ser, não pelo que nós somos — muito pelo que nós somos, mas muito mais pelo que nós poderemos ser no cenário nacional, como Estado produtor — de uma política arrojada de captação de recursos, uma política estável e efetiva de industrialização, de incentivos fiscais coerentes com a nossa realidade regional e econômica, implantação de um pólo siderúrgico em Corumbá, com o aproveitamento do ferro e manganês da região, desde que nós tenhamos energia elétrica.

E seria até da maior importância para o Estado do Mato Grosso do Sul que o Governador Jaime Campos encampasse uma campanha para possibilitar o retorno das minas de Urucum à posse do Estado de Mato Grosso. Eu não me refiro ao direito de propriedade, porque ele é, no meu entender, de quem detém a posse das ações, que é o Estado de Mato Grosso. Eu não discuto o direito de posse. Eu reivindico a devolução, até como uma prova de boa vontade, de carinho, de amizade do Estado de Mato Grosso para com o Estado de Mato Grosso do Sul.

Fica o pleito colocado, porque há uma necessidade impreciosa dessa devolução.

A implementação urgente de um sistema energético passa principalmente pela viabilização do gás boliviano; criação de um banco de fomento; política de fomento ao turismo, racionalizando a exploração dos pantanais; implantação de uma matriz de transporte rodo-hidroferroviário, com a construção de ferrovias como a Norte-Sul e a Leste-Oeste; condições de plena navegabilidade aos rios Tietê/Paraná e Paraguai/Paraná; estruturação dos portos fluviais da região, como, por exemplo, o de Porto Murtinho.

Pensem os senhores o que pode representar para a economia produtiva do Estado de Mato Grosso do Sul poder descer essas barcas com ferro, com manganês para o porto de Nova Palmira, ou para os portos argentinos, e voltar de lá com o trigo argentino não sobretaxado, liberado, com a economia de mercado em pleno funcionamento. Produzir um moinho em Porto Murtinho, ou em Corumbá, onde as instalações físicas ainda estão lá para serem utilizadas, já que o maquinário saiu de lá há tanto tempo. Mas, como trazer esse trigo? Há o carvão de Santa Catarina para ser usado na indústria siderúrgica. Deve-se incrementar um pólo minero-siderúrgico em Corumbá, em função da energização pelo gás, em função da utilização do rio Paraguai e da bacia do Prata, como trans-

portadores das nossas riquezas, tanto na descida, quanto na subida.

Por enquanto, senhores, muito obrigado pela paciência de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Passaremos, agora, para o bloco de palestra dos Parlamentares.

O tema é “A Estratégia do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste”, trabalho a ser desenvolvido pelos Senadores da República da Região Centro-Oeste.

Passamos, agora, o comando da palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Sr. Presidente deste encontro, Senador Beni Veras, e demais colegas do Congresso Nacional, Senadores e Deputados aqui presentes, Srs. participantes deste ciclo de debates:

Nós, Parlamentares, não iremos fazer uma palestra, mas apenas um pequeno debate entre os companheiros de Congresso Nacional presentes a este evento, com vistas a discutir a estratégia do desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Realmente, hoje, tivemos um dia muito proveitoso aqui em Cuiabá.

Pela manhã, ouvimos três palestras importantíssimas, por parte das autoridades estaduais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Goiás, representados pelos Secretários de Planejamento de Mato Grosso, da Indústria, Comércio e Turismo de Mato Grosso do Sul e pela Subsecretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

Em seguida, tivemos a visão das nossas universidades, da Universidade Federal de Mato Grosso, representada pelo Professor Alfredo Mota Menezes; da Universidade Federal de Goiás, representada pelo Professor Luís Alberto; e também, em seguida, tivemos um debate popular, com várias personalidades da sociedade mato-grossense aqui presentes expondo seus pontos de vista.

À tarde, tivemos o prazer de ver essas três grandes palestras. Na visão empresarial, os empresários Olacyr de Moraes, o Dr. Jorge Elias Zahram e também o Dr. Luiz Antônio Carvalho — representantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás — expuseram a visão do empresário. Palestras de alto nível e importância para nós, políticos. Estamos analisando — através da Comissão Mista que o Congresso Nacional instituiu para o estudo do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro — agora o setor Centro-Oeste.

Todos nós aprendemos muito no dia de hoje e saímos com a consciência de que a nossa luta no Congresso Nacional, praticamente, coincide com a visão dos nossos palestrantes, dos nossos expositores, dos nossos debatedores. O que posso concluir, ouvindo os mais diversos pensamentos aqui expostos através dos segmentos dos governos estaduais, das nossas universidades e da nossa classe empresarial, é que ainda há tempo de conseguirmos diminuir essa desigualdade, com o nosso trabalho, e a curto prazo, na próxima semana.

A nossa responsabilidade, Senador Beni Veras e colegas Senadores e Deputados presentes, aumentou muito. Mas ainda temos condições de, ao receber do Congresso Nacional o Orçamento da União para 1993, tentar e conseguir mudar o nosso Orçamento, impondo a somatória de esforços da Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que são as três regiões brasileiras que estão desequilibradas do Centro-Sul do País. Creio que conseguiremos destinar um percentual mínimo

de recursos para viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado dessa região que, potencialmente, é muito forte, muito rica, pode dar muito para o Brasil, pode promover um retorno a curto prazo na situação da melhoria da economia do País, da sociedade brasileira, da melhoria da qualidade de vida da sua gente.

Até hoje o Centro-Oeste — Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul — é uma região que tem recebido os problemas sociais do Centro-Sul e resolvido da melhor maneira possível. É a fronteira agrícola nova, é a fronteira da esperança desses brasileiros e até do Nordeste.

No passado, muitos nordestinos vinham para essa região, mas ultimamente diminuiu muito. Aliás, os que foram para São Paulo estão até retornando para o Nordeste, porque a situação econômico-financeira do Centro-Sul do País, e hoje o próprio Centro-Oeste, que era uma opção, já não é uma opção tão boa como foi no passado a região amazônica.

O convite sempre existiu. O Centro-Oeste sempre abriu as portas e o coração, tanto é que tivemos vários ex-governadores filhos de nordestinos, parlamentares brilhantes. O próprio Ceará já deu a Mato Grosso um dos mais brilhantes senadores: Senador Vicente Bezerra Neto, que representou por duas vezes o Mato Grosso no Congresso Nacional, político de Corumbá, onde nosso querido Jorge Zahram reivindicou tão brilhantemente a construção do pólo industrial, em termos minerais do Estado, que realmente é uma potência.

Olhando a navegação fluvial tão bem exposta, debatida hoje pela manhã, como disse o professor Alfredo Mota Menezes, com US\$12 milhões, o Brasil teria a mais rápida rodovia, ferrovia, a mais rápida forma de transformar nossos produtos no mercado internacional a preço de um terço do valor atual.

No ano passado, na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura do Senado, promovemos aqui em Cuiabá um encontro nesse nível com a participação de vários segmentos sociais e debatemos com o então Secretário Nacional de Transportes a imediata recuperação do rio Paraguai, luta de há muito tempo do Senador Márcio Lacerda, que representa a região da grande Cáceres, onde chega o porto final do rio Paraguai. Nesse encontro, chegamos a que com US\$12 milhões que significam algo como 35, 40, 50km de asfalto de boa qualidade se faria essa navegação permanente, pelo menos no trecho do Brasil, e com US\$60 milhões, seria feita toda a sua extensão.

O próprio Banco Mundial, o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento poderia dar esse financiamento a curto prazo ou talvez essa obra nem precisasse ser financiada; o próprio Governo brasileiro, no nosso trecho, poderia fazer esse serviço, e com menos de um ano de atividades teríamos essa grande valorização da navegação fluvial.

Aí está o projeto da ferrovia Leste-Oeste que o empresário Olacyr de Moraes está implantando com recurso próprio, com financiamento, com apoio. Enfim, temos a saída. Temos muitas terras férteis. O projeto que o Mato Grosso do Sul está lançando agora, de grandes incentivos para novas áreas, realmente merece ser olhado com carinho. O Governo de Mato Grosso está lançando inúmeros projetos de colonização. Temos áreas disponíveis ainda, ricas, não só em termos de solo, como também o subsolo mineral é muito rico.

A nossa região tem uma força política muito fraca. Somando os três estados, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, representamos 30 deputados federais e 9 senadores. Se somarmos com os 3 do Distrito Federal e mais os de Tocantins, que são irmãos incondicionais, e também Rondônia, se

nos unirmos — Norte, Centro-Oeste — já seremos fortes. Se nos unirmos como fizemos por ocasião da Constituinte para votar o fundo constitucional que hoje querem nos tirar, seremos a maioria, porque somos mais de 2/3 do Congresso Nacional.

E corre mais um perigo. O Centro-Sul do País está se movimentando politicamente para nessa revisão constitucional de 1993 diminuir o número de parlamentares na nossa região. Já há uma tese nesse sentido, apoiada até por alguns nordestinos; há poucos dias o Deputado Roberto Magalhães, de Pernambuco, defendeu na própria FIESP de São Paulo que realmente é preferível aumentar a representação de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Centro-Sul, de acordo com a tese dos grandes Estados de que o número mínimo de deputado federal, que hoje é oito por cada Estado brasileiro, seja quatro.

Quer dizer, os Estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima passariam a ter quatro parlamentares e São Paulo iria para 130. Afim, estaríamos totalmente massacrados. Seria um desastre total, ainda mais se se implantar o parlamentarismo, como aí está previsto na revisão constitucional, aí estaríamos totalmente liquidados. Se hoje, com essa força toda, não temos praticamente nada — ainda agora um repórter me entrevistava sobre as dívidas: “Por que não sai a renegociação da dívida dos Estados brasileiros?” Não sai porque São Paulo deve alguns bilhões de dólares, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, são os grandes devedores, e não têm interesse.

Se fosse cumprida a lei que o Congresso aprovou no ano passado, se Mato Grosso destinasse 11% da sua receita para pagamento no primeiro ano da sua dívida interna e externa, pagaria cerca de 22 bilhões/mês; hoje Mato Grosso está tendo retidos 35 bilhões do FPE para quitar uma dívida que poderia ser paga com 20 ou 22 bilhões se fosse cumprida a lei que o Congresso aprovou.

Isso também está ocorrendo com Mato Grosso do Sul, que está em situação difícil; está ocorrendo com Goiás, mas São Paulo não quer fazer esse acordo porque os 11% da receita de São Paulo significam alguns milhões de dólares, o que não torna interessante para ele assinar o acordo da dívida.

Hoje o “Triângulo das Bermudas” — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais representa 50% da dívida externa dos Estados brasileiros, aliás, acrescentando o Rio Grande do Sul, atinge uns 60%, 70%; 28% referentes aos demais Estados brasileiros; cinco Estados devem 70% da dívida.

Por isso é indispensável, não tanto pelo desequilíbrio regional, justamente uma união política muito forte agora, no Orçamento de 1993, e, em seguida, na revisão constitucional, para evitarmos que a nossa Região, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste continuem sendo os grandes prejudicados no contexto nacional.

E neste instante em que Cuiabá recebe com muita honra a presença de eminentes Senadores e Deputados que compuseram esta Comissão, eu quero dizer que, embora não fazendo parte dela — não tive o prazer de ser incluído pela Liderança do meu partido para compô-la —, estarei lutando, Senador Beni Veras, haja vista que prontamente atendi à sua convocação para sediarmos e apoiarmos esse encontro aqui em Cuiabá, e dizer que estaremos unidos, formando agora um “bloco dos desequilibrados”, não mental, mas regional, para que possamos, no Orçamento da União, ter alguma parcela de recursos para a nossa região, para aquelas mais sofridas do

Brasil, para que possamos fazer com que o Presidente em exercício, Itamar Franco, veja com carinho os problemas dessa região, porque tem muito mais a dar ao Brasil do que o Brasil tem recebido nesse instante.

O nosso potencial é muito grande. Esses três Estados representam hoje um peso econômico forte. Vinte por cento da produção nacional já sai da região, e, a duras penas, com muito sacrifício, conseguimos emplacar o Ministro da Agricultura, um homem da Região Centro-Oeste, que é o Ministro Lázaro Barboza. Fora disso, até hoje não conseguimos nenhum outro cargo federal. Nem sequer na assessoria do próprio Ministro conseguimos incluir pessoas dessa região. Está muito difícil obtermos algo. Mas mesmo assim estamos oferecendo todo o nosso apoio. Queremos também o apoio do Nordeste e do Norte para que possamos juntos alcançar mais equilíbrio social, econômico e político no nosso Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Ilustre Senador Beni Veras, demais Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Um minutinho. O Senador Wilson Martins vai ter que viajar, portanto, ele vai se antecipar um pouco.

O SR. WILSON MARTINS — Caro colega Senador Beni Veras, prezados companheiros do Senado, da Câmara, prezas Lideranças do Norte do Estado, visitantes e participantes da reunião do Estado de Goiás, Senhoras e Senhores, cabe-me tecer alguns comentários às breves palavras proferidas pelo eminente companheiro Júlio Campos, como um dos debatedores da parte relativa aos Parlamentares.

As palavras que S. Ex^a proferiu eu me permitiria, em primeiro lugar, fazer algumas considerações sobre o Orçamento da República que já estava sendo examinado, recebendo emendas por parte dos Congressistas e que foi retirado, já na última fase de emendas, pelo Poder Executivo.

O Poder Executivo levou em conta, naturalmente, a circunstância de a Proposta Orçamentária ter sido preparada pela Administração do Governo afastado.

Nesta semana, a proposta deveria ter sido devolvida, mas a proposta não retornou ainda ao Congresso, e consta que já tenha sido marcada data para o seu retorno.

Fiz breves considerações a respeito do assunto da tribuna do Senado e referi-me especificamente à questão dos recursos incluídos na Proposta Orçamentária no tocante à agropecuária. Comparativamente aos do exercício anterior, de 1991, esses recursos foram reduzidos. Dessa forma, pedi fosse acrescentado o dobro da quantia, equivalente ao dobro da proposta.

Nesse mesmo sentido, estou expedindo correspondência aos Ministros do Planejamento e da Fazenda para que levem o próprio discurso que fiz na devida consideração.

Somos, antes de tudo, um Estado, uma região agropecuarista. Destes Estados, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, a nossa riqueza principal ainda se baseia na agropecuária. E não podemos, de maneira nenhuma, deixar de levar em conta os aportes do Governo Federal nessa questão.

Eu me permitiria ainda fazer rápidos comentários às palavras do companheiro Júlio Campos no tocante ao ajustamento fiscal.

O Presidente Itamar Franco se preocupa, neste instante, com o fato de ser um Vice-Presidente em transição, embora, na verdade, nós Senadores, não o consideremos desse modo,

pois acreditamos que reeditaremos no Senado Federal a mesma decisão equilibradamente tomada pela Câmara dos Deputados.

O prazo de defesa do Presidente afastado está na fase final, e, por melhores que sejam os seus defensores, os seus advogados, é evidente que Sua Excelência não tem uma defesa válida, coerente, que possa arredar de si e de sua família as denúncias, as acusações já formuladas e que pesam muito fortemente contra o seu retorno ao cargo.

Já não é uma questão do Senado Federal, no meu modo de ver, essa é uma questão de sobrevivência do País. Não somos uma Nação leviana. Tivemos um Presidente leviano, mas não podemos ser um Congresso leviano. A decisão a ser tomada pelos Senadores, no meu modo de ver, é uma decisão que tem repercussão interna e internacional; é uma decisão que está na casa, é uma decisão coerente cara com a decisão já tomada pela Câmara dos Deputados.

O problema do ajustamento fiscal é uma questão que o Senhor Presidente Itamar Franco colocou já ao Congresso, mas Sua Excelência não quis mandar a proposição pessoal do Executivo; preferiu que a proposição fosse preparada pelos próprios Congressistas.

Eu diria melhor se dissesse que essa proposta vai ser feita na Câmara dos Deputados pela comissão encarregada de estudar a matéria do ajustamento fiscal. Há uma comissão constituída ainda ao tempo do Governo do Presidente Collor para esse fim, e ela está elaborando o projeto de ajustamento fiscal.

Eu entendo que na preparação, na discussão e na votação dessa matéria, agora em 1992, faltando dois meses para se encerrar o exercício financeiro, não poderemos, de maneira nenhuma, por escassez de tempo, dar ao assunto um tratamento definitivo como se pretende. Como examinaremos este assunto em termos definitivos em dois meses, tendo em vista que, para se alterar ou modificar profundamente essa matéria, temos que alterar inúmeros artigos da Constituição Federal? Seria uma levandade também nós querermos solucionar um assunto de tamanha complexidade, que vai interferir, que vai comover todo o mundo empresarial do País, em apenas poucos dias.

A minha opinião é de que poderíamos dar agora um tratamento provisório à questão, até porque em 1993 é que se discutirá profundamente a revisão constitucional. E aí, em 1993, teremos tempo e condições de abrir uma discussão ampla, profunda sobre a matéria de ajustamento fiscal.

Esta é a minha posição. Não sei realmente qual seria o pensamento da Assembléia, mas creio que seria uma posição extremamente difícil se nós, agora, como Congressistas, tomássemos o compromisso que se pretende em primeira mão, de revermos profundamente essa matéria. Creio que temos que aprovar uma lei fiscal e fazer um ajustamento fiscal com um número menor de impostos; temos que procurar armar o Governo de poderes contra a sonegação — esta é uma questão muito importante — e não podemos armar o Fisco de poderes que possam trazer um peso extremamente forte contra aqueles que pagam e que sabem o que custa pagar em uma empresa os impostos que são cobrados hoje, quando não se faz sonegação.

Essas as breves considerações que queria fazer em relação aos dois pontos que foram aqui abordados nas palavras do companheiro Júlio Campos: o orçamento da agropecuária e a questão do ajustamento fiscal.

Quanto ao mais, quero cumprimentar o nosso Presidente Beni Veras pelo sucesso, pelo êxito desta reunião e dizer que o trabalho que S. Ex^a está fazendo na Presidência desta Comissão é um trabalho da maior importância, de grande relevo e que tem o endereço certo: estamos trabalhando com um objetivo, com uma meta prevista. Se temos uma revisão constitucional em 1993, a ser feita proximamente, é evidente que temos que discutir com a sociedade, com a nossa região, com o Centro-Oeste, as magnas questões que teremos que levar para essa mesma revisão constitucional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Eu queria agradecer a presença do Senador Rachid Saldanha Derzi e, em seguida, a do Senador Wilson Martins que tem que se retirar.

Passo a palavra ao Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Ilustre colega Beni Veras, nossos colegas Senadores e Deputados, demais representantes do setor público de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, representantes do setor privado, Srs. Empresários.

voú fazer uns breves comentários, e até gostaria de aproveitar um pouco o início da palestra do Sr. Zahram. Ele coloca claramente a questão da dificuldade em que vive o assalariado hoje, assim como vivem os empresários e o próprio setor público.

Essa é uma matéria na qual venho trabalhando há algum tempo. Já realizei, inclusive, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, um trabalho nessa direção. Tenho a impressão de que, efetivamente no cerne, no bojo da crise brasileira existe de fato a exaustão absoluta e total do modelo da organização do Estado brasileiro. E, na realidade, o que temos hoje — e aí estão os dados — é um índice de sonegação fiscal, conhecido, mais ou menos em torno de 60%. Na realidade, a economia brasileira está em torno de 50% no informal, ou muito próximo disso. Acredito que em Mato Grosso seja muito mais do que isso, como no Rio de Janeiro e em outras partes.

Ora, se fizermos um raciocínio linear, onde se tem 50% da economia fora do Estado pela informalidade e na área formal 60% de sonegação, algo em torno disso, nós veremos, em tese, o Estado abrangendo qualquer coisa como um quarto da atividade econômica do País.

Claro que em muitos cruzamentos não vamos chegar exatamente a esses números, mas vamos estar muito próximos disso.

Isso significa que praticamente reside aí a falência, a exaustão do nosso modelo. Não é possível que um quarto da atividade do País sustente os quatro quartos (o que recolhe mais os três que não recolhem), e aí está a falência das estradas...

Então, na minha opinião, muito mais do que a questão do ajuste fiscal, de uma simples reforma tributária, o que existe é uma incompatibilidade do modelo tributário com a realidade do País, que leva grande parte das empresas a sonegarem, que leva grande parte da atividade econômica a estar fora, ou estar na informalidade.

Na realidade, é a incompatibilidade do modelo tributário com a realidade do País o que leva grande parte das empresas a sonegar e que leva grande parte da atividade econômica a estar na informalidade.

Além dessa pequena parcela do esforço nacional que é abrangido pelo Estado de forma inadequada, na realidade,

vivemos num Estado unitário. O Senador Júlio Campos exemplificou muito bem isso. O sacrifício que resta hoje aos Estados menores é por conta do desequilíbrio da pressão política dos Estados maiores. A falta de autonomia dos Estados e dos Municípios, em função do Estado centralizado que ainda persiste, mesmo após a nova Constituição, leva ao agravamento desse tipo de desequilíbrio e também da incapacidade do Estado de dar respostas. O Orçamento da União este ano espelha exatamente isto, porque ressaltadas as transferências constitucionais para a educação, Estados e Municípios, restam praticamente 4% para investimentos. Se considerarmos que esse Orçamento da União é produto, é resultado da economia formal no País que tem o controle dela, na realidade é 4% de um quarto.

Gostaria de saber qual é o governo que vai governar com 1% do esforço nacional para investimentos. Qual é o papel que esse Estado vai exercer na alavancagem de qualquer projeto de desenvolvimento? Na minha opinião, hoje, o Estado brasileiro vive em função de governar o próprio Estado, porque se desse Orçamento, que é produto de um quarto da atividade, temos 66% para a rolagem da dívida pública, parte das transferências, parte das despesas de custeio e 4% para investimentos, é impossível isso funcionar.

Na realidade, o Estado brasileiro hoje governa a máquina do Estado e os interesses a ele afetos. Por quê? O sistema financeiro, por exemplo, cuja dívida pública hoje consome algo em torno de 66% do Orçamento, tem cerca de 85% do seu risco financiando o Estado, financiando a máquina pública, e incapacitando o Estado de dar respostas às responsabilidades sociais.

Neste momento em que criamos essa situação absolutamente nova, em que se tem uma situação que não serve para os empresários, não serve para os trabalhadores, não serve para o setor público, não serve para ninguém, estamos às vésperas de uma revisão constitucional convocada, qual é a dificuldade que temos hoje de encaminhar o grande entendimento nacional, sentando os empresários, os trabalhadores e o setor público nas prefeituras, governo de Estados e o próprio setor público federal. Estão praticamente todos inviabilizados. Nós deveríamos encaminhar esse grande entendimento. Acho que o papel central de um Presidente da República — como é o Presidente Itamar Franco hoje, sem nenhum compromisso político, com o respaldo de todas as forças políticas que afastaram o Presidente Collor e que dão apoio e sustentação política a ele hoje — o papel central, repito, seria o de promover esse grande debate e entendimento nacional. Acredito que a partir daí podemos realmente pensar em definir um projeto para o Brasil.

Em relação à questão do Centro-Oeste, é um assunto que venho trabalhando há muitos anos, particularmente nessa área de integração. Temos feito alguns esforços, e eu defendo uma tese, há muito tempo, de que a solução do nosso problema regional extrapola nossas fronteiras. Qualquer proposta de solução para Mato Grosso não estaria nem dentro das fronteiras de Mato Grosso, muito menos nas fronteiras do Brasil. Uma das alternativas colocadas, a questão da hidrovia, envolve mais quatro países: a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

Uma segunda alternativa, na qual temos trabalhado há alguns anos, já existe até um trabalho em conjunto, seria uma saída para o Pacífico, que numa primeira etapa nos daria acesso ao mercado andino; um mercado que, por mais pobre que seja, é expressivo para produtos que eventualmente pos-

sem ser produzidos aqui, para indústrias que possam eventualmente se instalar aqui.

Foi colocado aqui, também, um projeto que reputo como, talvez o principal alavancador de todos os projetos de desenvolvimento dessa região, que é questão do gás boliviano. Não uma proposta que foi feita inicialmente pela Petrobrás e Eletrobrás, de construir um gasoduto até Corumbá, que não era para ser feito, pois Corumbá não tem capacidade de absorver a oferta desse gás; essa capacidade de consumo teria que ser fomentada. Esse projeto não ia sair nunca. Mas o atual projeto, que está sendo trabalhado, é a construção do gasoduto Santa Cruz de La Sierra — São Paulo. Não meramente pelo gasoduto, mas pelo que ele vai representar em termos da parceria econômica efetiva, podendo criar condições de emancipação viáveis e auto-sustentáveis na região do Centro-Oeste e na região do leste boliviano. Esse gasoduto representaria hoje um investimento da ordem de US\$2 bilhões, e compras brasileiras em torno de US\$300 milhões por ano nas importações brasileiras da Bolívia. Evidente que isso criaria uma parceria muito grande, uma vez que a Bolívia não tem tecnologia de ponta nem indústria de base; isso seria feito pela indústria brasileira basicamente e pela engenharia brasileira.

Estão sendo feitos alguns esforços, e me parece que nós de Mato Grosso não percebemos muito bem isso. A consolidação do Mercosul é uma realidade; com todos os percalços, todas as dificuldades, ele vai andando.

Mas o grande projeto brasileiro, na realidade, é a formação do mercado sul-americano, é a junção do Pacto Andino com o Mercosul. Em relação ao Mercosul, o Brasil representa praticamente 80% do mercado e os outros 3 países-membros, pouco mais de 20%. Com a formação do mercado sul-americano, englobando o restante dos países sul-americanos, teríamos um mercado equivalente ao mercado brasileiro; algo como 160 milhões de lá e 150 milhões de cá.

É evidente que isso abriria algumas oportunidades extremamente importantes, como a questão da redefinição da matriz energética com a utilização do gás boliviano, com o próprio petróleo peruano que está na Amazônia, impossibilitado de ser explorado pelo Peru, porque tem que transpor a Cordilheira, e impossibilitado de ter acesso a um eventual mercado brasileiro porque a política brasileira define outras fontes.

Na minha opinião, falando em estratégia do desenvolvimento do Centro-Oeste, existe um quadrilátero formado por Campo Grande, Assunção (no Paraguai), Santa Cruz de La Sierra (na Bolívia) e Cuiabá, exatamente o centro da América do Sul, uma região que tem a maior fonte de recursos naturais renováveis ou não, com possibilidade de solução inclusive para a questão do transporte, porque há como viabilizar um sistema hidroviário tanto para o sul como para o norte, via rio Paraguai e bacia do Amazonas. Enfim, com uma das maiores reservas de recursos minerais, energéticos, tanto minerais como hídricos, petróleo, gás, com os maiores potenciais hídricos que ainda não estão explorados na região.

Na verdade, temos um papel fundamental num grande projeto de desenvolvimento que vai extrapolar, sem dúvida nenhuma, as fronteiras do Centro-Oeste.

Estamos passando da condição de periferia do Brasil para a condição de centro da América. Tenho a impressão que o cenário, o palco onde vão se dar — e hoje é consenso entre todos os países essa ação pela integração — os principais acontecimentos econômicos nas próximas décadas vai ser exatamente aqui, nesta região do Centro-Oeste, particularmente

nesse quadrilátero compreendido pelas cidades de Assunção, Santa Cruz, Cáceres e Campo Grande.

Essa é uma advertência, um alerta que temos que fazer aos nossos empresários, aos nossos políticos, aos nossos homens da inteligência da universidade para chamar a atenção de nossos economistas e estudiosos sobre essa perspectiva que se abre, mesmo no bojo dessa crise, dentro dessa dificuldade que o País vive. No momento em que o País retomar o crescimento, quer seja de 2 ou 3%, a tendência é de que a nossa explosão seja de 15, 20 ou 30; ninguém é capaz de estimar que potenciais econômicos podem ser alavancados a partir dessa iniciativa; ou seja: da consolidação desses corredores de exportação, como o acesso ao mercado andino, a consolidação da hidrovía Paraná — Paraguai e também, com um esforço muito grande de São Paulo, incorporando o sistema Paraná — Tietê, com a viabilização desses projetos, até esse Projeto do Gashe que reputo fundamental para a alavancagem desse processo. O Dr. Jorge Elias Zahram levantou aqui a questão de colocar o componente lucro, uma vez que ele baratearia energia, viabilizaria transporte, enfim, daria contrapartida efetiva a outros financiamentos, além das parcerias econômicas para indústria de base, para engenharia, enfim, tudo que possa ocorrer no Centro-Oeste; esta seria uma responsabilidade nossa, como homens públicos, tanto de Mato Grosso quanto dos empresários aqui presentes, da gente de inteligência das universidades. Que nós possamos, realmente, a partir dessa gama de oportunidades, definir um Projeto para o Centro-Oeste que, efetivamente, será uma grande contribuição para a definição de um projeto de desenvolvimento brasileiro mais equilibrado, mais justo e com uma efetiva emancipação não só dos empresários mas dos trabalhadores e, aí, com um efetivo aumento de renda das populações pioneiras que vieram para este Centro-Oeste. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Sr. Senador Onofre Quinan.

O SR. ONOFRE QUINAN — Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, qual a região do Brasil que não deseja desenvolver-se? Mesmo as regiões mais ricas, de maior prosperidade, sem dúvida nenhuma, têm vontade de continuar desenvolvendo, crescendo e não poderia ser diferente com o Centro-Oeste que, ainda carente de muita coisa, não tivesse este objetivo, não pleiteasse este direito; mas nós estamos num País de solo e subsolo rico e povo pobre. Não existe nação rica com o povo pobre. Temos, sem dúvida nenhuma, que transformar essa riqueza do solo e do subsolo em benefício do povo. Este é o princípio da coletividade, o princípio da própria vida humana. A situação incômoda de todo o povo brasileiro, da Nação brasileira, como citou, aqui, o Dr. Luiz Carvalho, é desesperadora — e todos aqui presentes sabem — do trabalhador brasileiro. Como podemos explicar que uma Nação de solo e subsolo rico possa passar por tamanhas dificuldades? São acúmulos e acúmulos de erros. Costumo dizer que a prosperidade, sem dúvida alguma, passa pela produção. A produção é o vaso que irriga toda essa prosperidade que é igual a água: se derrarmos a água, aqui, ela escorre e vai chegar a todos os pontos. A riqueza é isto. Tem que acontecer isto com a riqueza. E reverter esse angustiante quadro nacional?

Nesta semana, tive a oportunidade de, juntamente com a Bancada do meu Estado, fazer uma visita, ter um encontro de trabalho com o Presidente da República e, nesse dia, discutimos vários assuntos do meu Estado. Tive a oportunidade

de falar ao Presidente da República, que felizmente concordou comigo. Sua Excelência, inclusive, tem declarado na imprensa nacional a necessidade de modificar o custo do dinheiro porque o custo do dinheiro, tão alto, é inibidor da produção.

Se a produção é uma fonte que gera riquezas, gera prosperidade, gera bem-estar, então, temos que ir por esse caminho. Como bem citou aqui o Sr. Senador Márcio Lacerda, 85% dos recursos estão financiando a dívida pública. Esses recursos que estão financiando a dívida pública têm que ser deslocados para a atividade produtiva, de qualquer forma, a qualquer custo. Qualquer aberração que se fizer para deslocar esses recursos para a atividade produtiva, por mais errado que seja, é mais benéfico do que como está acontecendo. Este é o meu ponto de vista.

Não podemos continuar com essas dificuldades; os problemas regionais do Centro-Oeste, os problemas do Nordeste e do Norte só serão resolvidos na hora em que resolvermos os problemas do Brasil. Não há como resolver problema deste ou daquele Estado, desta ou daquela região, se não resolvermos o problema do Brasil — é a avaliação que faço.

Portanto, todos nós — a classe empresarial, a classe política e outros segmentos da sociedade — temos que estar imbuídos neste princípio, temos que fazer desta bandeira o nosso objetivo, custe o que custar. Devemos resolver o problema do Brasil, e eu, apesar dos meus cabelos brancos, acho que o Brasil é um país muito viável.

Temos tido a infelicidade de não ter governos bem-sucedidos, governos que desacertaram e, lamentavelmente, o povo brasileiro aceitou muitos erros que não podia aceitar. Foi preciso que a juventude brasileira buscasse agir, que os carapintadas saíssem às ruas para ajudar a depor esse Presidente. O povo brasileiro tem que reagir mais nesses momentos em que se sente afetado por fatos negativos, da mesma forma que aplaudimos e apoiamos as coisas positivas, as coisas boas. É um momento decisivo para a Nação brasileira.

Os interesses brasileiros, muitas vezes, sem dúvida nenhuma, são conflitantes com interesses de outras nações, especialmente as chamadas nações do Primeiro Mundo, e cabe a nós nos defendermos. Cabe a nós, cada brasileiro, nos defendermos, sem dúvida nenhuma. Interesses de nação são interesses comerciais, são interesses deste ou daquele momento; mas cada nação tem que defender as suas riquezas, os seus interesses porque, se os defendermos bem, teremos êxito; se defendermos mal, não teremos êxito.

Eu, modestia à parte, sou empresário há quase meio século. Tive a satisfação de ser Governador do meu Estado; hoje sou Senador e estarei lá no Congresso Nacional, junto dos meus companheiros, para ter essa conduta que sempre tive na minha vida: os altos interesses nacionais têm que ser defendidos de qualquer forma, porque este é o interesse da coletividade, é o interesse da Nação brasileira, é o interesse do povo. Temos, sem dúvida nenhuma, que resolver o problema do Brasil, que é um País viável; se resolvermos o mais rápido possível a situação do Brasil, vamos resolver a situação do Centro-Oeste, vamos resolver a situação do Norte, do Nordeste, enfim, de qualquer região. Portanto, repito e reafirmo que, naquela oportunidade em que estivemos com o Presidente da República, eu enfatizei — acho que perdi um pouco o raciocínio na hora, não completei o raciocínio —, a Sua Excelência a necessidade de reduzirmos o custo do dinheiro, não subsidiar (acho que o subsídio não é tão benéfico como parece), deixar o dinheiro no curso normal do mercado. O que não pode acontecer é pagar custo 50%, 60%, 70% do

custo real. Não há atividade produtiva que consiga pagar esse custo. É aí que começa o processo de recuperação da economia brasileira; aí é que começa o processo de recuperação de tudo. O arrastão do Rio de Janeiro, a rebelião na Febem, tudo são desajustes sociais advindos do mau desempenho da economia brasileira. O desemprego é uma das maiores injustiças sociais que podemos cometer para com o nosso irmão, com o cidadão. Portanto, vamos equacionar o problema brasileiro pois, conseqüentemente, ficará mais fácil resolver o problema do Centro-Oeste e de outras regiões do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Senador Lavoisier Maia, pelo Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. LAVOISIER MAIA — Senador Beni Veras, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras, hoje, estamos vivendo um dia muito importante para todos aqui, em Cuiabá, porque, democraticamente, foram debatidos problemas de interesse nacional e inter-regional.

O Brasil, todos sabem, não preciso dizer, está vivendo um momento grave de sua história. Mas eu fico preocupado, porque represento, no Congresso Nacional, um Estado pequeno da Federação, o Rio Grande do Norte, do Nordeste brasileiro. Esta Comissão, que é presidida por um nordestino do Ceará, vizinho do meu Estado, sabe muito bem a importância desta Comissão que investiga o desequilíbrio inter-regional. Mas, meus senhores, a minha preocupação é porque esse desequilíbrio entre regiões no Brasil é o resultado de uma política de desatenção dos governos que passaram pelo Brasil. Estamos brincando com fogo, porque a pobreza, menos aqui, mas muito mais no Nordeste, é grave; não é pobreza, é miséria.

Perguntava ao Senador Júlio Campos como é a situação do Mato Grosso. “Existe favela aqui, em Cuiabá”? E ele disse: “Existe um cinturão de pobreza”. Eu disse: “De pobreza ou de miséria?” Ele disse: “De pobreza, 50% de gente vivendo bem, 50% de gente vivendo mal, sendo que 10% desses 50% são miseráveis, miseráveis total”. É um percentual já acentuado.

Agora, é uma Região rica, de muito potencial, não tem maiores problemas com a natureza, que é privilegiada. Não falta água para a população beber, tem muitos alimentos e, a cada dia, produz mais. Apesar disso, que são condições vitais para uma pessoa viver, há miséria também aqui.

Agora, meus amigos, meus irmãos, no Nordeste, a situação é diferente. O percentual de miséria é muito maior. É uma Região abandonada, ao longo da História, pelos governos. E ainda existem problemas mais sérios, que agravam isso, como por exemplo o fato de determinados governantes não gostarem do Nordeste. E, confirmando isso, dizem: “Não vamos investir no Nordeste porque o retorno é lento; vamos investir no Sul, porque o retorno é mais rápido”. São palavras de um ex-Ministro da Economia. Quer dizer, o social não vale nada.

Isso é muito preocupante. Eu governei o Rio Grande do Norte num período de seca do Nordeste. Foram quatro anos sem chover, sem água nem para o povo beber, quanto mais para produzir alimentos. Então, um homem nos salvou, salvou-nos inclusive da migração através dos famosos caminhos pau-de-arara com destino a Minas Gerais, Rio de Janeiro, mas principalmente com destino a São Paulo. E esse homem não era um nordestino, mas um gaúcho. Ele não é mais

vivo, mas quero lhe fazer justiça. Foi o Ministro Mário David Andreazza, gaúcho, que vestiu a camisa do povo nordestino e, graças a ele, a migração não aumentou, e o povo não morreu de fome nem de sede. Eu governava o meu Estado naquela época, e Júlio Campos governava o Estado do Mato Grosso.

Sou uma pessoa preocupada, meu caro Carvalho — empresário que falou há pouco —, porque já tivemos revoluções neste País, já estivemos na iminência de ver muita gente morrer, com o Exército nas ruas; mas, graças a Deus, morreu pouca gente. No entanto, se esse desequilíbrio continuar, se essas injustiças continuarem... A fome está aumentando. Aqui, graças a Deus, só há 10% de miseráveis, não há aquele que morre de fome. No Nordeste, a proporção percentual é muito maior. Digo que os Estados ricos como São Paulo e Rio de Janeiro também sofrem conseqüências dessa situação, pois os nordestinos, pensando melhorar sua condição de vida, vão para as capitais e não encontram o que esperavam, ficando na marginalização, propiciando arrastões como os que aconteceram no Rio de Janeiro. Isso tudo é reflexo da situação de miséria, de fome e de necessidade que influencia essas pessoas a enfrentarem canhões.

Estou preocupado com isso e aproveito a oportunidade aqui para dizer que fiquei muito satisfeito nesta cidade aplausível, mas a miséria é maior lá. As favelas aumentaram estupidamente em Mossoró e em Natal. Nessa cidade, temos uma favela que é até aplausível, bonita, de clima ameno, praias lindíssimas, culinária agradável de crustáceos, tanto que quem chega logo observa como a cidade é bonita, com avenidas largas e limpas. Acontece, porém, que, no centro da cidade, há um viaduto e, debaixo dele, existem favelas de papelão, onde moram dezenas de famílias.

Isso aumenta a minha preocupação nesta hora de tanta injustiça social, de tanto desequilíbrio. Estou com medo, Dr. Carvalho, que o pior aconteça. Vamos rezar e pedir a Deus para que não aconteça.

Por outro lado, esta reunião foi importante, porque aprendi muito com todos os que usaram da palavra, do primeiro palestrante ao último. Esse empresário, que é inteligente e corajoso, poderia até ser senador, e falou muito bem.

Então, aprendi muito com todos: com a Secretária que falou bem de Goiás; com o empresário vitorioso, mas preocupado também com o desequilíbrio — Olacyr de Moraes, um homem conhecido no Brasil todo, o maior produtor de soja. Todos estão preocupados com a produção que gera empregos, o que é importante em uma região que pode produzir muito. Vejam até que mentalidade empresarial progressista teve o Sr. Olacyr de Moraes — quero até cumprimentá-lo por isto — construindo ferrovias para facilitar o escoamento da produção a custo mais barato, beneficiando a ele e a todos.

Isso é louvável, meu nobre Senador e amigo Júlio Campos, que tanto ama essa terra, que quer tanto bem ao Mato Grosso. A V. Exª, que sempre conversa comigo no Senado e me cobra a minha vinda aqui, quero lhe dizer que quem gosta volta, e voltarei outras vezes a Cuiabá e Mato Grosso do Sul. Tenho muito a aprender com as pessoas inteligentes que moram nesta cidade e nesta região.

Agora, eu não gostaria de ser presidente da República numa hora dessas. O Presidente Itamar Franco assumiu o Governo em um momento muito difícil. Precisamos da união de todos para ajudá-lo, porque Sua Excelência vai errar, e temos que mostrar-lhe o erro para que possa consertá-lo; para que não seja um ditador, para que não seja um imperador

como o outro foi, e por isso caiu. Caiu, porque instalou neste País, como nunca vi na nossa História republicana — nem os mais velhos — um processo de ataque desonesto aos outros, montou uma quadrilha, praticou erros em detrimento de milhões de brasileiros. Esse foi o motivo de sua queda.

Tenho dito ao Presidente Itamar Franco que, se mantiver a seriedade nos negócios públicos da Pátria brasileira, iremos aplaudi-lo. Estou falando para uma platéia de pessoas responsáveis, que amam o Brasil e desejam o melhor para ele. E para que isso se concretize, é preciso a união de todos, não só do Congresso, que já tem uma responsabilidade muito grande numa hora dessas, mas da sociedade brasileira, que também tem que colaborar. Trinta e cinco milhões de brasileiros elegeram o Presidente Collor e mais de 35 o derrubaram. O que me acalma um pouco é que o povo brasileiro é pacifista, não é um povo guerreiro. Se tivéssemos índole bélica, iríamos sofrer muito mais.

O Rio Grande do Norte é um Estado potencialmente rico: é o segundo maior produtor de petróleo no Brasil, o primeiro produtor do sal que vai para a cozinha do Mato Grosso e para engordar os bois — o meu Estado contribui, também, para o desenvolvimento do Mato Grosso; é o maior produtor de xilita (tungstênio); enfim, é um Estado potencialmente rico, mas com um povo muito pobre, pois tem mais de 10% de miseráveis.

Então, vamos distribuir melhor a renda, esta é a nossa salvação. O governo tem de encontrar uma maneira de fazer isso, pois só assim poderemos salvar esse povo que está morrendo de fome, sem teto para morar, sem nada para comer, está em desespero, e tenho medo disso. Vamos todos ajudar a encontrar um caminho para o Brasil, porque ele está estreitando. Vamos ajudar a encontrar um caminho, uma estrada mais larga para o Brasil. Fico preocupado com essa situação de desigualdade.

É preciso que o rico se torne mais consciente. Na Constituinte, por exemplo, unimo-nos para que esse fundo constitucional para as regiões mais pobres — Norte, Nordeste, Centro-Oeste — ficasse menos fraco. A proposta inicial era de 5% do imposto de renda e do IPI. O Estado de São Paulo, entretanto, não concordou e argumentou ser preciso aumentar a sua Bancada em mais 20 Deputados, a fim de exercer o domínio maior. No processo de negociação, o fundo constitucional foi de 3%, gerando muito emprego a muitos miseráveis nessas três regiões.

Não concordo com a idéia do Sr. Roberto Magalhães de se diminuir as bancadas. Ele não será mais reeleito em Pernambuco, se tentar diminuir a força do povo. Não podemos concordar com isso de forma alguma. Haverá uma batalha nessa revisão constitucional. Por isso, de forma alguma. Haverá uma batalha nessa revisão constitucional. Por isso, precisamos nos unir cada vez mais, os pobres, para não sermos engolidos pelos ricos e para tentarmos evitar o pior para esta Nação.

O Dr. Luiz Antônio de Carvalho está certo: a nossa responsabilidade é muito grande. Precisamos realmente gerar mais emprego, construir uma ferrovia, aumentar a produção, ampliando a visão empresarial moderna.

Essa era a contribuição que eu gostaria de dar a todos. O homem tem que ser sincero, tem que ter coragem para falar o que sente e o que vê. Precisamos ficar cada vez mais de olhos arregalados e de ouvidos abertos para ouvir o clamor do povo.

Agradeço aos Senadores Beni Veras, Júlio Campos e a toda a população do Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pinheiro Landim, do PMDB, Ceará.

O SR. PINHEIRO LANDIM — Senador Beni Veras, Relator da Comissão Mista que estuda o desequilíbrio econômico da infra-estrutura do País, demais Senadores, Deputados, palestrantes que aqui estiveram representando o Mato Grosso do Sul, Goiás, Dr. Olacyr de Moraes, meus senhores e minhas senhoras:

Neste primeiro momento, quero parabenizar o Senador Beni Veras pela iniciativa de propor ao Congresso Nacional a formação desta Comissão. Nesta tarde, aqui no Centro-Oeste, tivemos a oportunidade de sentir que, apesar da visão que se tem de fora, o Centro-Oeste não é uma coisa só; que o Mato Grosso, que anteriormente era só um Estado, hoje se divide em Mato Grosso do Sul, com nítidas diferenças econômicas, sociais, na formação do solo e na formação biológica.

Encontramos, já no Estado de Goiás, divergências e pensamentos empresarial e administrativo diferentes. É evidente que, com a criação do Estado de Tocantins, este também tenha suas diferenças com o Estado de Goiás. Imaginem se formos examinar o Brasil como um todo. Quanto ao Nordeste, a idéia de quem não conhece o País, é a de que o Nordeste é uma coisa só, da Bahia até o Piauí. Não é verdade. Cada Estado tem suas diferenças, suas conformações, sua economia divergente e suas potencialidades, que precisam ser examinadas individualmente.

Até tenho dito, em algumas oportunidades, que qualquer cidadão, para ser candidato a Deputado Federal ou a Senador, devia antes fazer um vestibular de conhecimento do País; devia percorrer todo o Brasil para conhecer nossos problemas e discuti-los dentro do Congresso Nacional. Na realidade, uma decisão política, tanto do Congresso quanto do Poder Público Federal, do Presidente da República, deve estar baseada numa análise e num conhecimento profundo do País, o que realmente não temos. O desconhecimento dos homens públicos com relação à dimensão e às necessidades do Brasil é total.

Esta Comissão, de iniciativa do Senador Beni Veras, seu Relator, e hoje aqui presidindo e coordenando este encontro, é, sem dúvida nenhuma, de muita importância para o funcionamento do Congresso Nacional, porque temos a oportunidade de ouvir, ver sentir os problemas de cada região, principalmente os das menos favorecidas do País, como é o caso do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Evidentemente sabemos e sentimos aqui, pelos palestrantes, que os problemas do Centro-Oeste não são tão graves; referem-se mais à decisão política do Governo Central, como disseram o Dr. Luiz Antônio de Carvalho e o Dr. Olacyr de Moraes. Por exemplo, uma das soluções para resolver a economia do Centro-Oeste do País seria a conclusão e a definição das leis dos portos, se não me falha a memória, já aprovada na Câmara e em discussão no Senado Federal. Trata-se, portanto, de um problema em fase final, que precisa ser resolvido a nível nacional. Mas, sem dúvida nenhuma, vem dar alento à solução dos problemas da economia do Centro-Oeste brasileiro.

Outro problema é o da estrada de ferro. Com muito arrojo, decisão empresarial e política, o Dr. Olacyr de Moraes encampa a construção da estrada de ferro da região para resolver, quem sabe, um problema definitivo para a economia do Centro-Oeste brasileiro, principalmente a do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Como foi mostrado pelo expositor, a solução das hidrovias requer poucos recursos, constituindo-se numa maneira fácil, prática e econômica de transportar a produção da região.

Parece-me que, com uma decisão política do Governo Federal, o Centro-Oeste estaria razoavelmente atendido na sua economia, dando condições à população de viver condignamente na área de saúde, de educação, de alimentação, etc.

Mas aí, meus amigos do Mato Grosso, brasileiros, temos um problema sério, que é a fome e a miséria realmente crescentes e alarmantes no Nordeste brasileiro, e preocupantes, como disse o Senador Lavoisier Maia. Penso que esse não é um problema do Nordeste: é um problema do Brasil, porque a liberdade de ir e vir é de todo brasileiro, de quem mora no Sul, de quem mora no Nordeste, de quem mora no Centro-oeste, ou de quem mora no Sudeste.

Por exemplo, os gaúchos, quando da construção de Itaipu, com o crescimento populacional e falta de terra para plantio, espalharam-se por todo Brasil — em Rondônia, em Roraima, no Acre, no Piauí, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás — na busca de terras para produzir e trabalhar. É um direito do cidadão brasileiro procurar o melhor local para viver condignamente com sua família.

O que observamos e sentimos com muita clareza é que, assim como há necessidade de uma decisão política do Governo Central para resolver esses problemas estruturais e facilitar a produção do Centro-oeste, é preciso também uma decisão política do Governo Federal para sanar essas desigualdades regionais. Nós, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, não somos contra São Paulo. Pelo contrário, temos orgulho do seu desenvolvimento, da sua riqueza e da sua prosperidade. Apenas desejamos uma pequena parcela dessa riqueza e desse desenvolvimento para o resto do Brasil, a fim de que diminua a miséria que assola muitos pontos do País.

Tivemos na ocasião, como citou o Senador pelo Rio Grande do Norte, problemas com relação à Constituinte, quando foi instituído o Fundo Constitucional — FCO, para o Centro-Oeste, o FNE para o Nordeste e FNO para o Norte. Algumas vezes, no Governo Collor, enviou-se proposta para o Congresso no sentido de retirar o FNE, o FCO e o FNO.

Portanto, temos que nos unir novamente, as Bancadas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, e não permitir essa alteração. Por quê? Não se trata de dinheiro dado pelo Governo; é apenas uma obrigação de alocar um recurso constitucional que sirva de base para desenvolver a economia de cada uma dessas regiões. Essa verba é emprestada aos empresários para instalar empresas, gerando empregos e riquezas. É isso o que desejamos. Evidente que desejávamos que fosse mais, para dar a mais empresas, a mais indústrias, a mais agroindústrias, visando à melhoria da economia da região e, por conseguinte, do poder aquisitivo da população. Serviria de base para comprar a produção agrícola do Mato Grosso, como a soja, o trigo, o milho, o feijão etc.

Essa é a nossa luta. Precisamos, portanto, continuar unidos — o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste — no Congresso Nacional, para enfrentar os donos da verdade, que são aqueles Estados que detêm a Rede Globo, o SBT, a TV Manchete, a TV Bandeirantes, a TV Record, o *Jornal do Brasil*, o *jornal O Globo*, *A Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Esses são os donos da verdade, porque, através desses veículos de comunicação, ditam para o Brasil o que bem entendem, e

nós temos que ouvir e ficar calados, pois não temos como responder-lhes.

Qual jornal de força do Mato Grosso pode responder a uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* ou no jornal *O Globo*? Nenhum. A mentira deles lá é uma verdade nacional que induz as pessoas daqui a acreditarem que é verdade, e nos curvamos a essas "verdades".

O único modo de enfrentarmos tudo isso é nos unirmos, nós do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, no Congresso Nacional e não abrimos mão, um milímetro sequer, do direito que temos conquistado ao longo da vida pública no Brasil.

Só para citar aqui um pequeno exemplo: na década de 20, quando Epitácio Pessoa, um paraibano, era Presidente da República, o *Jornal do Brasil* fez a ele sérias críticas, dizendo que S. Ex.^a havia investido muito dinheiro no Nordeste durante seu Governo; e ele respondia que, só nas ferrovias do Rio Grande do Sul, havia aplicado mais recursos do que em todo o Nordeste brasileiro. Contudo, ele não tinha meios para contradizer o que havia sido escrito nesse jornal pois o *Jornal do Brasil* traduzia a verdade dessa época para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO — Prezado Senador Beni Veras, Relator desta Comissão e seu presidente neste instante, Srs. Senadores, prezado companheiro Deputado Pinheiro Landim:

Penso que não nos resta quase nada a dizer. No Grande Expediente da tarde de ontem no Congresso Nacional, fizemos um pronunciamento e fomos aparteados por Deputados de todo o Brasil. Na oportunidade, falávamos da potencialidade do Estado do Mato Grosso; Estado que, se não é virgem, pelo menos está começando bem a sua vida.

O Estado de Mato Grosso tem hoje uma produtividade de soja em torno de dois mil e quatrocentos quilos por hectare, acima da média nacional; possui também oito milhões e quinhentas mil cabeças de bovinos, tem uma produção verticalizada e bastante diversificada.

Em termos de agricultura, esse Estado conta com quarenta milhões de hectares aproveitáveis, dos quais não utiliza nem três milhões de hectares. Portanto, é um dos Estados brasileiros que estão aí para fazer valer ao País a sua potencialidade.

Estive no Palácio do Planalto anteontem. Havia uma preocupação do Governo Federal com a expectativa de diminuição em 4% da área plantada no Brasil para a safra que ora iniciamos. Isso é muito preocupante.

Eu dizia ao Ministro-Chefe da Casa Civil que o Mato Grosso não vai diminuir áreas cultivadas; ao contrário, estimamos um aumento dessa área entre 18% e 20%; e, muito mais do que isso, em função da correta aplicação da tecnologia, em quantidade certa, penso que vamos ter uma produtividade até maior do que a do ano passado. Portanto, se, há dois anos, tivemos três milhões e duzentas mil toneladas de grãos e se, na safra atual, colhemos acima de cinco milhões de toneladas de grãos, estimamos para o próximo ano, uma produção acima de seis milhões de toneladas de grãos.

Podemos admitir que Mato Grosso é verdadeiramente um celeiro para o País, assim como todo o Centro-Oeste brasileiro. Temos, porém, um problema que bloqueia o apoio que esse Estado pode dar a si próprio, bem como a toda a Nação brasileira e à humanidade: a infra-estrutura, que ainda estamos

a merecer. O nosso produto está sendo muito bem conduzido da porteira para dentro da fazenda, mas temos o grande problema da porteira até o consumo, até o destino dessa produção, seja para exportação, seja para consumo interno.

Hoje já se debateu muito a respeito da conotação do nosso transporte intermodal; as nossas rodovias têm de ser expandidas e conservadas, as estradas de ferro têm de ser construídas e a hidrovia, utilizada. Essa é a saída para Mato Grosso e para todo o Centro-Oeste.

Nesse estudo que fizemos, que vários mato-grossenses conhecem, constatamos que, para chegar ao porto de Cáceres, percorre-se uma distância média de 600km. Da área de produção em Mato Grosso até o porto de Cáceres são 600km; são gastos, nesse percurso, 17 dólares por tonelada de produto. No entanto, se usamos uma barcaça para transportar os produtos de Cáceres a Nova Palmira, no Prata, percorremos 3.440km e gastamos apenas 45 dólares.

Concluimos que a navegação barateia em 60% o custo de produção não só no Mato Grosso, como no Mato Grosso do Sul e em outras áreas do Centro-Oeste, porque podemos aproveitar, com esse mesmo custo, a bacia do Amazonas, através do Madeira, e também o caudal do Araguaia-Tocantins.

O que está faltando, na verdade, para Mato Grosso — e acho que isso vai fazer parte do relatório desta Comissão que trata exatamente da desigualdade regional — é, além de outra infra-estrutura necessária, dar realmente à sua produção um destino mais barato, seja para o consumo interno do povo brasileiro, seja para a exportação.

Há dois anos, corríamos a região de produção dos Estados Unidos, que tem Chicago como seu eixo e onde há a maior produção de soja e milho; e toda a conversa que tínhamos com as organizações americanas, bem como com os produtores americanos era sobre a viabilidade de transporte no Centro-Oeste. A grande preocupação hoje dos países produtores concorrentes do Brasil é em viabilizar o Centro-Oeste brasileiro.

Portanto, acho que isso é para a nossa geração. Dentro de cinco ou, no máximo, dez anos. Mato Grosso, como todo o Centro-Oeste, vai ter condições de evitar que o custo de sua produção seja tão grande por causa do transporte, de tal forma que inviabiliza a concorrência do nosso produto em relação a outras regiões e países.

Concluo, dizendo que confiamos nesta Comissão, no Congresso Nacional; confiamos em que a união dos homens possa fazer com que este Brasil seja o Brasil que sempre imaginamos; e, muito mais do que isso, que o Governo Federal, o Governo Estadual e a iniciativa privada possam, unidos, dar a Mato Grosso condições e aproveitar a sua grande potencialidade e dar ao Brasil e ao mundo a sua contribuição. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O Sr. Olacyr de Moraes ainda quer acrescentar algo, e o ouviremos com prazer.

O SR. OLACYR DE MORAES — Só quero fazer uma observação e depois uma pergunta ao Senador Onofre Quinan e também dar um testemunho.

Nasci no Estado de São Paulo, mas meus pais vieram de fora. Convivi muito com o povo daquele Estado, porque nasci lá. Vejo que o paulistano tem muito carinho e um interesse enorme pelo resto do Brasil, principalmente pelos nordestinos. Não sei a atuação dos nossos políticos, mas, no

meu contato diário com a população de São Paulo, percebo grande preocupação com o que ocorre no Nordeste.

Por outro lado, notamos certa incompreensão em todo lugar a que se vai, onde são feitas certas observações a São Paulo. Entendemos os problemas da miséria, das dificuldades que levam as pessoas a fazerem determinadas observações não muito justas em relação à população.

Na cidade de São Paulo deve haver cerca de seis milhões de pessoas morando em favelas e cortiços. Também lá existe muita miséria. É uma vida infernal, com poluição, crime, ou seja, um sistema de vida muito mais difícil do que o que se encontra no resto do Brasil.

Grande parte da população de São Paulo gostaria que as indústrias, tão pleiteadas por outros Estados, se deslocassem para outras regiões do País. O sentimento da população é nesse sentido, porque já não aguenta a poluição, o congestionamento. Assim, a transferência de algumas indústrias para outros Estados, o que representaria um fator de desenvolvimento para eles, seria muito bem recebida pela população de São Paulo. No dia-a-dia, nota-se, além desse sentimento muito fraterno, o que eles sentem pelos demais brasileiros.

Essa é a observação que me senti na obrigação de fazer.

A pergunta que faço ao Senhor Onofre Quinan é a seguinte: V. Ex^a acabou de mencionar, em sua fala, que 66% dos recursos da União hoje se destinam ao pagamento da rolagem da dívida do Governo Federal.

Quero lembrar que, quando o Presidente Collor assumiu o Governo, a situação era exatamente igual a essa: o Brasil estava absolutamente quebrado, porque tinha assumido uma dívida interna de tal volume que praticamente a sua receita destinava-se integralmente à rolagem da dívida externa. Com esse argumento, o Presidente Collor bloqueou o dinheiro de todo mundo e emitiu um papel chamado CP — Certificado de Privatização —, que foi estocado por determinados industriais do setor financeiro. O Governo disse: “Vocês não se preocupem, porque vamos fazer um grande programa de modernização no Brasil e vocês vão usar esses papéis para comprar essas empresas. Não estamos tomando”.

O mesmo fez com a poupança de todo mundo, alegando que devia muito e gastava toda a sua receita só para rolar a dívida. Por isso, emitiu esses papéis, que serviriam para a compra das empresas a serem privatizadas.

Hoje assistimos ao seguinte: esses papéis passaram a ser chamados de papel podre. O Governo emitiu o papel com o qual seriam compradas suas empresas e, no momento em que vai vendê-las, classifica esses papéis como podres. Não dá para entender mais nada sob esse aspecto. Se os papéis foram emitidos, se o dinheiro foi tomado do povo com aquela finalidade e agora os papéis, não servem mais porque viraram papéis podres... Isso começa a apavorar o sistema financeiro, sem o qual não vamos a lugar nenhum.

Nos Estados Unidos, por exemplo, uma pessoa começa a vida, compra um apartamento, um automóvel, faz seguro de vida, obtém um crédito de trinta anos com juros de 3 a 4% ao ano; passa a ser um consumidor, a ter uma vida decente, passa a ser um cidadão, não um miserável que vai ter que juntar economias para depois tentar comprar. Daí a força dos Estados Unidos, que têm um sistema financeiro muito bom, que permite à pessoa viver bem logo que se torne adulto.

No Brasil, convertemos esses papéis em papéis podres. Agora estamos ouvindo a mesma conversa que levou o Governo daquela época a tomar o dinheiro de todos e a acabar

com o sistema financeiro. Há dois anos, quando fizeram isso, a dívida brasileira quase desapareceu, ficou pequena, porque “passaram a mão” no dinheiro de todo mundo e não pagaram juros — era juro zero. A dívida quase desapareceu naquele momento — repito. Em dois anos, já contraímos novamente outra dívida que está levando-nos a uma situação idêntica àquela que tínhamos.

O que pode acontecer? Vamos chegar a um ponto em que não mais haverá solução. A máquina do Governo é inchada, gastadora e está muito acima das possibilidades do Brasil. Estamos há dez anos parados. Caiu a receita.

V. Ex^a fez uma observação muito importante porque esse fato está ocorrendo e é muito preocupante.

O SR. ONOFRE QUINAN — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um comentário a respeito do que o Dr. Olacyr estava dizendo.

Entendo, Dr. Olacyr de Moraes, que não se trata de posicionar-se contra o sistema financeiro. A questão é que o sistema...

O SR. OLACYR DE MORAES — Não estou defendendo o sistema financeiro. Estou observando que a culpa não é do sistema financeiro. Tomaram o dinheiro de todo mundo.

O SR. ONOFRE QUINAN — Gostaria de fazer uma observação a respeito do que o senhor estava dizendo.

Entendo que a grande questão que está havendo hoje é o uso do sistema financeiro como instrumento da política monetária, quer dizer, tentam controlar a economia por meio da política de juros altos, o que não serve nem para o próprio sistema. O banco hoje perdeu a sua função, que, por natureza, seria o seu serviço: usar a poupança de terceiros para dinamizar o setor de produção. Hoje isso não ocorre, porque quem pode tomar dinheiro a 40%?

O SR. OLACYR DE MORAES — É um verdadeiro absurdo. Quem levou a isso foi exatamente o Governo, porque é ele quem paga 40%.

O SR. ONOFRE QUINAN — Claro. Essa é a questão.

O SR. OLACYR DE MORAES — Ninguém mais toma dinheiro no mercado. Não existe investimento, não existe mais nada, porque ninguém é louco de pagar 40% de juro.

Mas quem se endivida, irresponsavelmente, muito acima do que pode, é quem paga 40% no mercado, que, em última análise, é o Governo. Destruíu-se o sistema financeiro via Governo, pagando-se juros absurdos e alijando todo o resto da economia brasileira do mercado financeiro, só ficando o Governo.

Realmente a situação é muito preocupante — o Senador tem razão —, porque na hora “H” só existe um devedor no Brasil, que é o Governo. Quando ele der o “cano”, acabará tudo. Não existe mais ninguém que deve; só o Governo.

Essa história vai e vem: começa tudo de novo e se repete. Desculpe a intervenção. Era essa a observação que queria fazer com relação ao sentimento de São Paulo. Acho que o Senador tem razão. Realmente esse aspecto financeiro é tremendamente preocupante. V. Ex^a tem razão. No meu ponto de vista, esse sistema é reciclado por quem já utilizou. É o próprio Governo que tem que revertê-lo. Não há nada contra o novo Governo. Estou apenas me referindo a um fato que vem ocorrendo no Brasil repetitivamente.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. ONOFRE QUINAN — Devo ao Dr. Olacyr de Moraes uma explicação.

Acho que não cheguei a mencionar o problema da moeda podre. É absurda a privatização mediante moeda podre, porque, quando o Governo lançou o papel da privatização, ele dizia uma coisa, e esse papel representava, talvez, 10% das moedas podres. Sabemos que a TDA, que é o grande volume da moeda podre, é uma das coisas mais desonestas que se fez no País. Não vamos justificar um ato errado com outro mais errado ainda.

Há uma sangria instalada na economia brasileira, uma hemorragia, que tem de ser estancada o mais rápido possível, que é esse recurso que está financiando o déficit público, que tem de sair do Governo e ir para iniciativa privada. Sou empresário e sei que o Governo no Brasil e no mundo todo é mau administrador, sem dúvida nenhuma. Temos de fazer tudo de forma mais transparente, mais honestamente. Esse é o problema brasileiro.

A hemorragia que se instalou nas finanças brasileiras tem de ser estancada, senão o doente vai morrer. Morrer é força de expressão; vai acontecer o pior. Se o Governo disser aos bancos hoje: “Não vou pagar vocês”... Isso foi feito com o poupador, com o contínuo do hotel, com a lavadeira, com todo mundo. Hoje esse dinheiro está na mão de gente que pode suportar uma pequena moratória, até negociada, mas que pode chamar esses credores, esses investidores e negociar com eles; não precisa ser algo unilateral. Sou pela negociação. Acho que temos que caminhar para resolver o problema brasileiro com a negociação e esses credores — vamos chamar assim — do Tesouro Nacional? Tem que ser negociado e eles vão ganhar com isso, porque, amanhã, qualquer governo que for dirigir a Nação brasileira não vai ter outra saída a não ser, como você disse, dar o calote, o que não é bom para ninguém. É só isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Srs. Senadores, Srs. Convidados, Srs. Palestrantes que acorreram ao nosso convite para participar desta reunião:

Somos muito gratos ao Senador Júlio Campos pelo cuidado que teve em preparar esta reunião e pela atenção que tem tido conosco aqui em Mato Grosso. Quando pensávamos em convocar, através do Congresso, esta comissão para discutir as desigualdades inter-regionais, preocupava-nos o fato de, na nossa visão, o Brasil não poder ser estável, não poder ter futuro com desigualdades tão gritantes. Não se pode esperar que um país tenha, sob o mesmo teto, pessoas de condições tão desiguais, como as periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro — exemplos de miséria absoluta — e todo o Nordeste, algumas áreas do Norte e até aqui do Centro-Oeste também. Preocupávamo-nos com a situação por entendermos que esta precisa ser enfrentada pelo País, não se pode fazer de conta que não existe, não se pode varrer para baixo do tapete.

Sou de uma região muito árida, de Crateús, uma cidade do centro do Ceará. Lá, a população paga um preço muito alto para viver, sofre muito, ganha pouco, não tem emprego. Agora mesmo, estamos vivendo o terceiro ano de seca na cidade, na região onde a minha cidade se situa e, infelizmente, não consigo apagar a marca que essa cidade deixou em mim, porque acho que há algo que precisa ser mudado quanto a isso; não é justo que parcelas tão importantes da população brasileira vivam tão mal.

O País não é tão pobre assim, o Brasil tem um PNB de 400 bilhões de dólares; nações com esse volume de recursos têm um padrão de vida muito melhor do que o brasileiro,

como média. O que há é que se construiu aqui uma nação muito desigual muito injusta e nós, brasileiros, acostumamos a aceitar isso. Eu me nego a aceitar esse fato como algo natural e acho que o meu papel no Congresso, que fixei como meta, é o de lutar contra essa situação que me parece injusta e desigual; vou nessa luta até onde puder. Nesse sentido é que temos procurado alianças com outros Estados do País, que também sofrem essas situações de desigualdades. Através dessas alianças, procuraremos fazer com que o Congresso assuma o papel de luta pela correção dessas desigualdades. Não são justas, não são cabíveis, nem são necessárias para o desenvolvimento do País. O País cresce menos à medida que essa desigualdade é maior e estaria melhor se a desigualdade fosse menor, se a população do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte fosse composta de consumidores e não uma população marginalizada.

Existem cidades no Nordeste e no Norte, talvez até aqui no Centro-Oeste também, que não se sabem do que vivem. O Deputado Pinheiro Landim é de uma região assim, que realmente não se sabe do que vive, não há fonte de renda, não há trabalho; quando não chove, as pessoas não têm a safra que seria em janeiro, fevereiro e março, passam todo o ano famintas, precisando do apoio governamental para sobreviver. Atualmente, o Estado do Ceará paga às pessoas que estão desassistidas pela seca metade do salário mínimo e eles se julgam muito felizes por receberem esse valor, porque é disso que eles vivem. Então essa situação existe e não podemos deixar de lutar contra ela.

Procuramos, com o trabalho desta comissão, tornar evidente essas desigualdades e estruturar o Congresso e o Governo, no sentido de que se combata essa questão, que não é necessária nem faz bem ao país. Portanto, temos esse convencimento e achamos que nós, dos Estados periféricos, que têm recebido um tratamento desigual da União, precisamos nos articular, de tal maneira que o País possa funcionar melhor. A questão não é de o Nordeste estar indo à pobreza; é uma questão de o País não ter tantos miseráveis. O País é que precisa se cuidar nessa questão. Por isso é que me causou tanta revolta o que fez o último presidente — ele envergonhou a Nação. Um homem que rouba por necessidade, que bate uma carteira, que comete qualquer crime, vai preso. Uma pessoa que lança mão dos recursos públicos, em seu próprio proveito, para o proveito de apaniguados, de uma corriola de safados, com a maior falta de vergonha, como foi o caso, não pode ser encarada de outra maneira que não como um criminoso comum, que precisa ser execrado pela Nação. Às vezes, os meus companheiros dizem que somos juízes; eu não sou juiz de nada; sou contra um presidente que envergonhou o País, e vou até o fim no sentido de excluí-lo da vida nacional, pelo que ele representa — a falta de respeito pelo povo, a falta de respeito pelo sofrimento de nossa gente, a falta de seriedade no trato com a coisa pública, cometendo o pior dos roubos, que é o roubo contra o interesse comum.

Nós falamos com o Júlio sobre essa reunião aqui em Cuiabá, porque tínhamos interesse em que essa região fosse vista por nós, para que a conhecêssemos melhor, para poderemos, no Congresso, trabalhar de maneira mais própria, porque à medida que se conhece a região, que se conhece os seus problemas, pode-se atuar de maneira mais proveitosa. Nesse sentido, as audiências que temos feito em várias cidades do País têm o objetivo de levar os congressistas a participarem mais da vida desses Estados, conhecê-los melhor, podendo decidir melhor a respeito deles. Faremos ainda audiências

em Recife e em Porto Alegre, buscando sempre esse ponto de equilíbrio entre o Congresso e a Nação, de tal maneira que possamos agir adequadamente, no sentido de melhorar o País. Acho que essa questão é ética. É a ética que procura a justiça. Levaremos essa questão em frente. Esperamos que os companheiros do Centro-Oeste possam nos ajudar nessa longa luta. Será uma troca de interesses. O Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte trabalharão conjuntamente para que essas regiões melhorem. Nós nos beneficiamos do progresso do Centro-Oeste, nós nos beneficiamos também do progresso de São Paulo. Só não podemos nos beneficiar de um país falido. Mas num país próspero, sim, haverá oportunidade para todos nós. Esse era o sentido de nossa reunião. Continuaremos a buscar essa convivência com o Centro-Oeste, com os Deputados e Senadores aqui do Estado do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, para que possamos ajudar o País a funcionar melhor. Muito obrigado a todos vocês. Sou muito grato pela atenção que os senhores nos dispensaram e esperamos voltar aqui em outras oportunidades.

(Muito bem! Palmas.)

Para fazer um ligeiro resumo do que se realizou aqui, concedo a palavra ao Dr. Nilson Holanda, Secretário Executivo.

O SR. NILSON HOLANDA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais parlamentares, empresários, professores, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente, quero dizer que posteriormente será feita uma memória desta reunião, com base na transcrição das gravações e dos documentos escritos que foram apresentados. De modo que, em breves minutos, vamos tentar pinçar alguns pontos que julgamos mais relevantes, dentre os vários tópicos que foram abordados. Em primeiro lugar, ficou bastante evidente que, no contexto das regiões chamadas periféricas do Brasil, aquela que apresenta maiores potencialidades e que se encontra em melhor posição econômica é exatamente o Centro-Oeste, em função da sua disponibilidade de recursos naturais, da sua proximidade do principal pólo dinâmico do Brasil, da menor pressão demográfica sobre os seus recursos. A despeito do grande crescimento populacional, essa região tem crescido a taxas bastante elevadas e hoje tem uma renda *per capita* que se aproxima ou é praticamente igual à renda *per capita* nacional, ou seja, situa-se numa posição bem melhor que a Amazônia e bem melhor ainda que o Nordeste. Em consequência, é uma região que tem perspectivas muito favoráveis para o futuro.

Um outro ponto que ficou bem claro, e acho que é importante assinalar, que foi salientado por vários participantes é que a política regional é parte indissociável do que poderíamos caracterizar como projeto nacional de desenvolvimento, ou seja, não podemos pensar no desenvolvimento regional sem pensarmos antes no desenvolvimento do País; isso foi ressaltado aqui por várias pessoas, a começar pelo Senador Beni Veras, o Senador Onofre Quinan, Professora Sônia Perobon, Senador Márcio Lacerda, que salientaram a necessidade de resolvermos primeiro o problema do Brasil, a fim de que possamos resolver o problema regional. Eu participo de reuniões como esta há bastante tempo e, no passado, nessas discussões sobre questões regionais predominava uma postura reivindicante, como se o problema regional pudesse ser isolado do problema nacional. Essa modificação de comportamento deve existir não apenas de parte dos que analisam esse problema do ponto de vista da periferia, mas também do ponto de vista daqueles que analisam o problema no plano nacional. É preciso que o problema regional seja inserido como uma

parte integrante das políticas nacionais de desenvolvimento, passando a fazer parte de toda a formulação de política em seus diversos níveis, como a política tarifária, a política cambial, a política de crédito, e assim por diante. Considero essa mudança de percepção, essa mudança de comportamento extremamente importante para a articulação das políticas regionais e nacionais.

Por outro lado, ficou bem claro que o Brasil vive hoje um desafio, talvez dos mais graves da sua história, ou seja, conciliar uma política de estabilização com a retomada do desenvolvimento. Temos convivido durante muitos anos com o problema da inflação, que atingiu níveis insuportáveis. Há necessidade de se encontrar meios que possibilitem a reversão rápida desse processo inflacionário e a retomada do processo de desenvolvimento, eliminando a recessão que hoje aflige o País.

Um terceiro ponto, uma vez normalizada a situação da economia brasileira — e isso foi referido por vários participantes —, a estratégia de desenvolvimento do Brasil, daqui para frente, terá um novo paradigma, um novo modelo. O Brasil terá que partir para a integração competitiva. Esse processo já se iniciou com a abertura do comércio exterior e está em contraposição às políticas do passado, de elevada proteção aduaneira e de insulamento relativo à autarquia econômica. Em todo o mundo estão se formando blocos econômicos e os países que têm alcançado um ritmo de crescimento mais elevado são justamente aqueles que se integraram nas grandes correntes do comércio mundial. Essa nova estratégia de desenvolvimento, por sua vez, abre perspectivas muito boas para a região Centro-Oeste, em função da criação do Mercosul.

Alguns participantes deste encontro salientaram que o Mercosul além de abrir novas oportunidades, também cria novos desafios. Quer dizer, todo processo de integração econômica é extremamente complexo e que tem benefícios e custos. Obviamente num balanço os benefícios superam os custos. Isso exige um tempo relativamente longo, a exemplo do que acontece com o Mercado Comum Europeu, que se vem desenvolvendo desde a década de cinquenta e só agora está atingindo o seu objetivo final. O Mercosul cria oportunidades, mas também cria desafios no sentido de que algumas atividades econômicas de países limítrofes são competitivas com as atividades econômicas do Centro-Oeste.

Nesse processo de integração competitiva foi salientada a importância do desenvolvimento tecnológico, da aplicação da ciência e da tecnologia. Em consequência, a estratégia regional terá que se basear fundamentalmente na diversificação da atividade produtiva do Centro-Oeste, que ainda está muito concentrada na produção de alimentos e matérias-primas que são exportados sem beneficiamento.

Entre os vários setores que foram indicados, sobressai-se, em primeiro lugar, o desenvolvimento da agroindústria. Mencionou-se aqui também o setor de turismo e outro setor que é extremamente importante, mas que normalmente é negligenciado, ou seja, o setor de serviços. São setores que deverão receber uma atenção especial na estratégia de desenvolvimento da região. Por outro lado, toda essa estratégia tem que estar conformada por um esforço de melhoria de produtividade, a fim de assegurar a competitividade da economia regional.

Com relação ao aspecto da competitividade, ficou também bastante claro que há necessidade de se promover um esforço permanente para a redução dos custos de produção,

principalmente dos custos de transportes. Nesse particular, o desenvolvimento de um sistema de transporte intermodal na região, que é particularmente bem dotada hidrograficamente, assume uma importância crucial. Em primeiro lugar, a hidrovia do Rio Paraguai. Poderíamos aqui nos referir, numa perspectiva mais remota, à hidrovia do Araguaia — Tocantins e à complementação de sua rede ferroviária, destacando-se a construção da Ferrovia Leste-Oeste, que será um marco como projeto de infra-estrutura, não só pela importância que vai ter, melhorando a infra-estrutura da região, mas também pelo fato de ser o primeiro grande projeto de infra-estrutura realizado como o apoio e sob a liderança de um grupo empresarial privado. Temos ouvido muitas conversas sobre abertura do setor público para investimentos do setor privado, mas este, na realidade, é o primeiro exemplo concreto de um projeto de infra-estrutura e de grande porte sob a responsabilidade do setor privado.

O outro aspecto, a outra prioridade mencionada é a energia, que envolve não só o aproveitamento das oportunidades hidrelétricas, não apenas grandes hidrelétricas, mas também pequenas e mini-hidrelétricas, talvez um novo esforço na busca de fontes não convencionais de energia e, principalmente, o aproveitamento do gás boliviano.

Um outro ponto que foi mencionado pelos participantes deste encontro e que considero de importância crucial é o fato de que o desenvolvimento deve ter uma dimensão qualitativa, ou seja, deve abranger o aspecto de melhoria das condições sócio-educacionais da população. Neste particular, os setores de educação e de treinamento da mão-de-obra devem constituir um segmento importante na estratégia de desenvolvimento regional. Sobre isso, foi referido aqui o caso dos chamados Tigres Asiáticos, que tiveram na base do seu desenvolvimento — a exemplo da Coreia, do Japão e de Taiwan — a reforma agrária, muito mais importante nesses países do que no Brasil, pelo fato de que lá existe a limitação de recursos físicos, de território. Mas foi feita principalmente, uma ampla reforma educacional. Quer dizer, nenhum país do mundo, até hoje, desenvolveu-se sem antes ter realizado um trabalho de base no campo da educação. Com relação a esse particular, o Brasil encontra-se, infelizmente, muito atrasado.

Vou fazer uma referência muito rápida ao aspecto da proteção ambiental. Toda essa estratégia de desenvolvimento deve ser articulada dentro da visão do que chamamos, hoje, de desenvolvimento sustentado, ou seja, um desenvolvimento que permite conciliar a preservação e a reprodução dos recursos naturais com um crescimento econômico.

Existem alguns aspectos institucionais importantes que foram abordados de relance, mas que sugeriria fossem aprofundados em futuras discussões. Um deles, extremamente importante, é com relação ao papel do Estado dentro dessa nova visão, que se chama de visão neoliberal. Isto porque, na minha opinião, existe um certo equívoco nas posições que foram assumidas, especialmente pelo Governo Collor, que tinha, fundamentalmente, uma agenda negativa em relação ao papel do Estado. O que se pretende não é eliminar o Estado ou a sua intervenção na órbita econômica, mas simplesmente transformar a natureza dessa intervenção. Vamos sair de uma situação em que o Estado é providencial, é intervencionista, atua diretamente no setor produtivo, mas não podemos prescindir, particularmente nas regiões menos desenvolvidas, do Estado como órgão coordenador, de planejamento e apoio ao setor privado. Voltaria a mencionar aqui o exemplo

dos chamados Tigres Asiáticos, particularmente Coreia, Taiwan, Cingapura e Japão, que foram a países que se desenvolveram, estimulando a empresa privada, mas com uma forte presença do Estado, articulando, de forma eficiente e inteligente, a mão orientadora do Estado e o apoio do Estado com o esforço produtivo do setor privado.

Com relação a esse aspecto, assume uma importância muito grande a tentativa de restabelecer os instrumentos de planejamento que foram praticamente destruídos no Brasil, nos últimos anos, não só em função da crise em que o País entrou, provocando a diminuição dos investimentos, mas também em decorrência de uma reforma administrativa — particularmente a que foi realizada no governo passado — absolutamente desastrosa. Tal reforma extinguiu, por exemplo, o Ministério do Planejamento e todos os instrumentos para elaboração de planejamento. Isso está sendo reconstituído, em parte em função de dispositivos constitucionais e, em parte, com a restauração da Secretaria do Planejamento.

Foi mencionado aqui, embora não tenha sido aprofundado, o fato de que a Região Centro-Oeste não tem hoje um instrumento de planejamento dos investimentos governamentais ou de coordenação de investimentos privados, com a extinção da Sudene. Este é um assunto que deveria ser aprofundado e sugeriria que fossem examinadas novas alternativas. Não uma mera restauração da Sudene, que seria o resultado do que chamamos “a falácia das falsas analogias”, procurando reproduzir o modelo da Sudene e da Sudam que, hoje, consideramos ultrapassado e precisa ser reformado. Há a idéia da criação de um órgão com a participação dos Estados e do Governo Federal; um órgão extremamente leve, atuando na base de estudos contratados, com equipes pequenas, mas de alto nível e agindo fundamentalmente como um elemento de coordenação da ação dos Estados com a ação do Governo Federal. Um outro aspecto extremamente importante...

O SR. JÚLIO CAMPOS — Apenas para esclarecimento, estamos apresentando uma sugestão no sentido de que, dentro da nova estrutura do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, seja criada uma coordenadoria do Centro-Oeste, que seria um elo de ligação entre o novo Ministério e a nossa Região que ficou realmente sem nenhum órgão público, sem nenhum órgão oficial, para cuidar dos problemas do Centro-Oeste. O Ministro Alexandre Costa aceitou e a mesma já está sendo providenciada.

O SR. NILSON HOLANDA — Um outro tópico, rapidamente mencionado aqui, diz respeito ao Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que está previsto na Constituição, mas que, aparentemente, encontra-se num impasse institucional. E, nesse particular, vale ressaltar que o Brasil tem a melhor experiência da América Latina em termos de bancos de desenvolvimento, temos experiências bem-sucedidas do Nordeste, com o Banco do Nordeste, uma experiência mais eclética de sucessos e fracassos com o Banco da Amazônia; uma experiência diferente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que chegou a ser extinto e agora está sendo ressuscitado e experiências também bastante variadas de bancos estaduais.

O que eu sugeriria é que fosse estudada a alternativa de criação de um banco de segunda linha, ou seja, um banco que atuaria não diretamente, mas através dos bancos estaduais, e que pudesse incorporar tudo o que de melhor pudéssemos levantar nessa experiência que é extremamente rica. Temos condição de criar, no Centro-Oeste, um banco de de-

envolvimento que fosse o mais moderno do mundo, o mais eficiente e com capacidade de funcionar como um instrumento de indução e coordenação dos investimentos privados na Região, inclusive com a participação do setor privado.

Finalmente, mencionaria os aspectos políticos que foram aqui magistralmente referidos pelo nosso mestre Júlio Campos, que nos deu uma aula da importância da mobilização política do Centro-Oeste em articulação com as demais regiões periféricas do Brasil, para defender os interesses da região Centro-Oeste, particularmente, em função das reformas políticas que estão sendo previstas. Está prevista uma reforma na Constituição; considero que é uma grande oportunidade de serem escoimadas uma série de dispositivos que vêm atraindo o desenvolvimento brasileiro; está prevista uma reforma do sistema político, é possível a implantação do Parlamentarismo, criação de voto distrital etc, e tudo isso pode ter implicações muito profundas em relação à representatividade e à força política dessa região. Então, esse é um aspecto a ser considerado, já há uma experiência proveitosa de união entre as três regiões durante a Constituinte, e seria conveniente que fossem examinadas alternativas de se estabelecer uma união cada vez mais forte entre essas regiões, cujos interesses são coincidentes e não competitivos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Em virtude do adiantado da hora e do avião que vai decolar agora com os Senadores de outros Estados, queremos agradecer a presença e pedir aos nossos ouvintes...

O SR. JÚLIO CAMPOS — Apenas uma correção: os nossos produtos vão contribuir com a redução do frete, o custo de produção vai ficar mais barato e a procura de um empréstimo mais barato vai produzir um alimento de menor custo, incluindo-se a produção do Centro-Oeste que contribuirá com alimentos mais baratos.

O SR. NILSON HOLANDA — Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Muito obrigado.

Queremos, nesta oportunidade, agradecer em nome do Senado Federal, por delegação do eminente companheiro Beni Veras, Senador pelo Estado do Ceará, e Relator da Comissão Mista do Senado, que estudou as desigualdades regionais, a presença de todos os segmentos sociais do Centro-Oeste aqui presentes, representantes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, de Goiás, bem como dos Srs. Parlamentares, que honraram este nosso ciclo de debates e dizer que Mato Grosso sentiu-se honrado pela realização deste evento aqui, em Cuiabá, na nossa Capital eterna, e agradecemos ao Senador Beni Veras essa deferência especial em escolher a nossa capital para sediar este Encontro. Temos certeza de que teremos grandes frutos deste trabalho, a começar pela união do Centro-Oeste com a Amazônia que, a partir de agora, é maior, principalmente com o Nordeste. E vamos juntos defender os interesses dos Estados periféricos brasileiros.

Muito obrigado a todos. Felicidades e que Deus nos abençoe. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 30 minutos.)